

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Helena Sabino Rodrigues Cunha

Movimentos socioterritoriais e gênero: feminismos emergentes nas periferias de São Paulo e de Buenos Aires a partir da atuação de mulheres no MTST e na FPDS

São Paulo
2023

HELENA SABINO RODRIGUES CUNHA

Movimentos socioterritoriais e gênero: feminismos emergentes nas periferias de São Paulo e de Buenos Aires a partir da atuação de mulheres no MTST e na FPDS

Versão Final

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP) para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Linha de Pesquisa: Sociedade, Economia e Estado

Orientadora: Profa. Dra. Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi

São Paulo
2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Cm Cunha, Helena Sabino Rodrigues
Movimentos socioterritoriais e gênero: feminismos emergentes nas periferias de São Paulo e de Buenos Aires a partir da atuação de mulheres no MTST e na FPDS. / Helena Sabino Rodrigues Cunha; orientadora Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi - São Paulo, 2023.
139 f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina. Área de concentração: Integração da América Latina.

1. Movimentos socioterritoriais. 2. Feminismos Latinoamericanos . 3. Periferia. 4. MTST. 5. FPDS. I. Urquidi, Vivian Grace Fernández-Dávila, orient. II. Título.



ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE
Termo de Ciência e Concordância da(o) orientador(a)

Nome do(a) aluno(a): Helena Sabino Rodrigues Cunha

Data da defesa: 22 de setembro de 2023

Nome do(a) orientador(a): Prof. Dra. Vivian Grace Fernandez-Davila Urquidi

Nos termos da legislação vigente, declaro ESTAR CIENTE do conteúdo deste EXEMPLAR CORRIGIDO elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me plenamente favorável ao seu encaminhamento e publicação no Portal Digital de Teses da USP.

São Paulo, 25 de outubro de 2023.

Vivian Grace Fernandez Davila Urquidi
Assinatura do(a) orientador(a)

CUNHA, Helena Sabino Rodrigues. **Movimentos socioterritoriais e gênero**: feminismos emergentes nas periferias de São Paulo e de Buenos Aires a partir da atuação de mulheres no MTST e na FPDS. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Aprovada em: 22 de setembro de 2023.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Vivian Grace Fernandez-Davila Urquidi

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: Aprovada

Prof. Dr. Bernardo Maçano Fernandes

Instituição: Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho

Julgamento: Aprovada

Profa. Dra. Fernanda Valeria Torres

Instituição: Universidad Nacional de La Plata

Julgamento: Aprovada

Às militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e da Frente Popular Darío Santillán,
que incansavelmente dedicam parte de suas vidas para a construção de novas possibilidades de
mundo.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Vivian, pela confiança, incentivo e pelas grandes contribuições que me ajudaram a pensar e a realizar a pesquisa desde o sentipensar feminista latino-americano.

À Profa Cacciamali, pelas valiosas orientações durante a execução do projeto realizado pelo Núcleo de Pesquisa Diálogos Interseccionais e Epistemologias Latino-americanas (NUPEDELAS).

Ao Prof. Bernardo, pelo referencial teórico, pelas observações pertinentes durante o exame de qualificação e pela oportunidade de integrar a equipe do DataLuta.

Ao Prof. Dennis, pelas valiosas sugestões no meu exame de qualificação.

À Prof. Fernanda, pela oportunidade de participar de seu grupo de pesquisa na Universidade Nacional de La Plata.

A todas as colegas do NUPEDELAS, que além de contribuírem decisivamente para as reflexões existentes nesta dissertação, foram companheiras muito valorosas para que eu pudesse dar continuidade à pesquisa durante a fase mais crítica da pandemia.

À equipe do DataLuta, pela oportunidade de aprendizado e pelo compartilhamento de reflexões e escritas.

Ao Thom, Nanci, Débora, Elza e Cláudia, por dividir suas experiências e pela oportunidade de aproximação ao Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST).

À Vanessa, Guillermo, Celina, Esteban e Vivi, pelo acolhimento na Argentina e pela possibilidade de ouvir e conhecer suas histórias.

Aos funcionários e funcionárias do Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM), pelo apoio para realização da pesquisa.

À representação discente e Associação de Pós-Graduandos do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (APG PROLAM), pela luta incansável em defesa dos direitos dos estudantes de pós-graduação durante a pandemia.

À Isa, pela ajuda com a revisão, pelo compartilhamento de reflexões que me ajudaram a escrever esta dissertação e por todo o apoio de anos de amizade.

À Marcelly, pelas trocas valiosas sobre feminismos e o pensamento de Paulo Freire, pela cuidadosa revisão desta dissertação e pela inestimável amizade que preencheu de ternura os anos de mestrado.

Ao movimento RUA – Juventude Anticapitalista, que me ensinou a habitar este mundo desde a coletividade e possibilitou que meus sonhos de transformação radical da sociedade não morressem.

Aos meus pais e à minha irmã, pelo apoio incondicional de sempre.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Brasil – Código de Financiamento 001.

“[...] as rosas da resistência nascem do asfalto.”

Marielle Franco (2018)

RESUMO

CUNHA, Helena Sabino Rodrigues. **Movimentos socioterritoriais e gênero**: feminismos emergentes nas periferias de São Paulo e de Buenos Aires a partir da atuação de mulheres no MTST e na FPDS. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Esta dissertação tem como objetivo analisar os modelos de organização social das populações periféricas urbanas latino-americanas, comparando a atuação política de mulheres e a organização de redes de solidariedade no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), na cidade de São Paulo, e da Frente Popular Darío Santillán (FPDS), em Buenos Aires, durante a pandemia de Covid-19. Para entender o contexto em que atuam os movimentos, foi comparado o desenvolvimento da urbanização de ambas as cidades, dando especial ênfase aos processos de periferização e de formação de movimentos sociais urbanos em cada um dos contextos. A atuação do MTST e da FPDS foi analisada, principalmente, sob a perspectiva dos estudos sobre *movimentos socioterritoriais*, considerando a *crise* intensificada pela pandemia enquanto *método* de leitura de sociedades atravessadas pela *colonialidade do poder*. Metodologicamente, esta é uma pesquisa qualitativa, que utiliza a pesquisa bibliográfica e a história oral como método de coleta de dados. Foram realizadas entrevistas abertas com militantes de ambos os movimentos, em pesquisa de campo realizada em São Paulo e em Buenos Aires. Com base nessa metodologia, constatou-se que os processos de urbanização de ambas as cidades guardam bastante semelhanças entre si, devido, entre outros fatores, ao processo de industrialização implementado no Brasil e na Argentina. Todavia, são as particularidades históricas de cada processo que explicam o desenvolvimento de diferentes tipos de movimentos socioterritoriais em cada contexto. No caso da Argentina, por diversos motivos, incluindo os altos índices de desemprego, predominou a formação de movimentos de trabalhadores desempregados nas periferias de Buenos Aires. No Brasil, o rápido e desorganizado crescimento urbano foi um dos fatores que levou à formação de movimentos socioterritoriais que têm como centralidade a reivindicação de uma reforma urbana em cidades como São Paulo. Ambos os movimentos contam com alta participação de mulheres, o que pode ser explicado, entre outros motivos, pelo maior índice de desemprego e informalidade entre elas e pela centralidade que ocupam historicamente na manutenção do lar e nas tarefas de cuidado, devido aos padrões de gênero estabelecidos. Durante a pandemia, observou-se que se por um lado houve um aumento na demanda de acolhimento por casos de violência de gênero, por outro, estas mulheres tiveram papel central para a garantia da sobrevivência de suas comunidades, a partir de sua atuação em refeitórios comunitários, na garantia dos cuidados de seus familiares e vizinhos, bem como de suas fontes de trabalho. Partindo da perspectiva do feminismo decolonial, dos feminismos latino-americanos e das entrevistas realizadas, foi analisado como, nesse processo, são forjadas novas sociabilidades, pautadas na valorização dos cuidados, na horizontalidade e na coletividade, contribuindo para a emergência de feminismos periféricos.

Palavras-chave: Movimentos socioterritoriais. Feminismos latino-americanos. Periferia. MTST. FPDS.

ABSTRACT

CUNHA, Helena Sabino Rodrigues. **Socio-territorial movements and gender**: emergent feminisms in the outskirts of São Paulo and Buenos Aires from the MTST and FPDS performances. 2023. Dissertation (Masters in Sciences) – Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

This dissertation aims to analyse the models of social organisation of Latin American urban peripheral populations, comparing women's political performances and the organisation of solidarity network in the scope of the Homeless Workers Movement (MTST), in Sao Paulo City, and the Popular Front Darío Santillán (FPDS), in Buenos Aires, in the course of Covid-19 pandemic. To understand the context in which each movement act, there have been made comparisons of both cities' urbanisation development, giving special emphasis to the process of peripherization and the formation of urban social movements in each context. The MTST's and FPDS's performances have been analysed, mainly, from the perspective of *socio-territorial* movements studies, considering the *crisis* intensified by the pandemic as a *method* of reading societies affected by the *coloniality of power*. The focus of this work was to identify women's participation in the building of solidarities during the pandemic. Methodologically, it is a qualitative research, which uses oral history as the method of collecting data. There have been interviews with militants from both of the movements, through ground research conducted in Sao Paulo and in Buenos Aires. Based on this methodology, it has been verified that both of the cities' processes of urbanisation keep a lot of similarities due to, among other factors, the industrialization process implemented in Brazil and Argentina. However, there are historical particularities in each process that explains the development of different kinds of socio-territorial movements in each context. In the case of Argentina, due to many reasons, including the high indexes of unemployment, there has been a predominance of the formation of unemployment workers' movements in the outskirts of Buenos Aires. In Brazil, the fast and disorganised urban growth was one of the reasons that led to the formation of socio-territorial movements that centre their claims for an urban reform in cities like Sao Paulo. Both of the movements count with a high participation of women, which can be explained, among other reasons, by the higher unemployment and informality index among them and because of women's historical centrality in the maintenance of the home and in the care tasks, due to established gender standards. During the pandemic, it has been observed that, in one hand, there has been a growth of the demand for gender violence services, while in the other hand these women had a central role to guarantee the survival of their communities, since their acting in comunitary dining halls and in the guarantee of their families and neighbours care. From the decolonial and Latin American feminisms perspective and based on the interviews that have been conducted for this research, it has been analysed how, in this process, new sociabilities are forged, guided on care valorization, horizontality and collectivity, contributing therefore for the emergence of peripheral feminisms.

Keywords: Socio-territorial movements. Latin American feminisms. Outskirts. MTST. FPDS.

LISTA DE SIGLAS

AGTCAP	Associação Gremial de Trabalhadorxs Cooperativistas, Autogestivos e Precarizadxs
ALBA Movimentos	Articulação Continental de Movimentos Sociais e Populares da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América
AMBA	Área Metropolitana de Buenos Aires
ATE	Associação de Trabalhadores do Estado
CABA	Cidade Autônoma de Buenos Aires
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COMPA	Coordenadora de Organizações e Movimentos Populares da Argentina
DDM	Delegacias de Defesa da Mulher
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DTT	Divisão Territorial do Trabalho
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEOB	Encontro Nacional de Estudantes de Organização de Base
EZLN	Exército Zapatista de Libertação Nacional
FGP	Frente Pátria Grande
FLM	Frente de Luta por Moradia
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPDS	Frente Popular Darío Santillán
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MCMV	Minha Casa Minha Vida
MMC	Movimento de Moradia no Centro
MNCI	Movimento Intersindical Classista e o Movimento Nacional Campesino Indígena
MRV-26	Movimento Resistir e Vencer 26 de Junho
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTC	Movimento Sem-Teto do Centro
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
MTDs	Movimentos de Trabalhadores Desocupados
MUP	Movimento de Unidade Popular
NMS	Novos Movimentos Sociais
NUPEDELAS	Núcleo de Pesquisa Diálogos Interseccionais e Epistemologias Latino-americanas
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PROLAM	Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
Rede PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
RNMA	Rede Nacional de Meios Alternativos
SABs	Sociedades de Amigos de Bairro
TDS	Territorialização-desterritorialização-reterritorialização

UBA	Universidade de Buenos Aires
USP	Universidade de São Paulo
UTEP	União de Trabalhadores e Trabalhadoras da Economia Popular
UTIs	Unidades de Terapia Intensiva
UTLS	União de Trabalhadores em Luta Sul
YPF	Yacimientos Petrolíferos Fiscales

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 CAPÍTULO 1 – CIDADES DE SÃO PAULO E DE BUENOS AIRES: FORMAÇÃO TERRITORIAL URBANA, SEGREGAÇÃO E COLONIALIDADE.....	24
2.1 O PADRÃO DE COLONIALIDADE PRESENTE NA URBANIZAÇÃO LATINO-AMERICANA	24
2.2 CAPITALISMO E SEGREGAÇÃO URBANA	28
2.3 A PANDEMIA DE COVID-19: ANÁLISE DAS DESIGUALDADES URBANAS A PARTIR DE UMA CRISE MULTIDIMENSIONAL	32
2.4 A FORMAÇÃO DAS PERIFERIAS EM SÃO PAULO E AS CARACTERÍSTICAS DA SEGREGAÇÃO PAULISTANA	35
2.4.1 A formação de movimentos socioterritoriais nas periferias paulistanas.....	41
2.4.2 Os sujeitos periféricos na metrópole paulista	43
2.5 BUENOS AIRES: DAS <i>VILLAS</i> AOS ASSENTAMENTOS	44
2.5.1 A formação de movimentos socioterritoriais no conurbano bonaerense	49
2.6 ASCENSÃO DA DIREITA E OFENSIVA NEOLIBERAL NO BRASIL E NA ARGENTINA DURANTE A DÉCADA DE 2010.....	51
2.7 GÊNERO, PANDEMIA E TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL.....	53
3 CAPÍTULO 2 – O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO E A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DE TRABALHADORAS NAS PERIFERIAS DE SÃO PAULO	57
3.1 DAS OCUPAÇÕES AOS TRANCAMENTOS DE RODOVIAS: A (RE)APROPRIAÇÃO FEMINISTA DA CIDADE DO CAPITAL	59
3.2 DAS PERIFERIAS DE SÃO PAULO ÀS ARTICULAÇÕES INTERNACIONAIS.....	63
3.3 A TERRITORIALIZAÇÃO DO MTST E A (DES)CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO DA PANDEMIA.....	65
3.3.1 O Fundo de Emergência do MTST	69
3.3.2 As cozinhas solidárias.....	70
3.3.3 Gênero, território e pandemia nas periferias de São Paulo.....	72
4 CAPÍTULO 3 – FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN: DO PIQUETE À CONSTRUÇÃO DE PODER POPULAR.....	74

4.1 O NASCIMENTO DA FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN: DIANTE DA ESCALADA DA REPRESSÃO, A BUSCA POR UNIDADE	80
4.2 A CONSTRUÇÃO DE PODER POPULAR ENQUANTO CAMINHO E HORIZONTE	86
4.3 DO BAIRRO AO CONTINENTE: AS ARTICULAÇÕES POLÍTICAS DA FPDS	89
4.4 CORPOS, TERRITÓRIOS E RELAÇÕES DE GÊNERO DURANTE A PANDEMIA ..	91
5 CAPÍTULO 4 – TECENDO COMPARAÇÕES ENTRE O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO E A FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN....	99
5.1 FORMAÇÃO TERRITORIAL E CARACTERÍSTICAS POPULACIONAIS DE SÃO PAULO E DE BUENOS AIRES: BREVE ANÁLISE DA EXPANSÃO URBANA DO SÉCULO XIX AOS DIAS ATUAIS	99
5.2 TRABALHO, DIGNIDADE E REFORMA URBANA: CONSTRUÇÃO DE PODER POPULAR COMO CAMINHO PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	106
5.3 DA ESTRATÉGIA PARA A AÇÃO: TÁTICAS E TERRITORIALIZAÇÃO DO MTST E DA FPDS	112
5.4 GÊNERO, TERRITÓRIO E PANDEMIA.....	116
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
6.1 PERIFERIA: TERRITÓRIO FÉRTIL DE CONSTRUÇÃO DE NOVOS MUNDOS....	122
6.2 POSSIBILIDADES DE CAMINHOS FUTUROS DE PESQUISA.....	124
REFERÊNCIAS	126

1 INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação nasceu em 2018, durante minha experiência de intercâmbio na Universidade de Buenos Aires (UBA). Certo dia, em uma aula da disciplina “Ações coletivas, protestos e movimentos sociais no interior do país. O contexto da América Latina”, ministrada na Faculdade de Ciências Sociais, havia uma paralisação docente, reivindicando melhores condições de trabalho, e a forma encontrada pelos professores daquela cátedra de incorporar-se à mobilização de sua categoria foi realizar a aula na rua. Assim, nós, estudantes e professores, posicionamos as cadeiras em forma de círculo no centro da rua Santiago del Estero, que se encontrava interditada para a passagem de carros, e ali ao ar livre realizamos nossa classe.

O assunto daquela aula era “Movimentos sociais e territorialidade”, e a leitura que embasou nossa discussão foi um texto do Prof. Bernardo Mançano Fernandes (2005), geógrafo marxista brasileiro, no qual tive contato pela primeira vez com o conceito de *movimento socioterritorial*. Até hoje me recordo das palavras do Prof. Juan Wahren naquela noite: “não há melhor forma de compreender o que é um movimento socioterritorial do que através deste formato de aula, porque vocês estão vivenciando na prática a territorialização de um movimento”. De fato, aquelas palavras ficaram guardadas na minha memória e, mesmo tendo participado de inúmeras mobilizações na Universidade de São Paulo (USP) em defesa do caráter público da Universidade, naquele dia pude sentir algo diferente, porque de fato estávamos incorporando e *territorializando* uma pauta que eu já havia ouvido e enunciado diversas vezes: a defesa da Universidade Pública, gratuita, com garantias de condições dignas de trabalho docente e cuja produção de conhecimento deve estar a serviço das maiorias da sociedade e disponível ao alcance de todas e todos. Assim, a partir da conexão das lutas travadas pelo movimento estudantil na USP e pela mobilização docente na UBA, naquele momento pude me territorializar também enquanto estudante latino-americanista.

O tema da territorialização dos movimentos sociais ficou na minha cabeça por alguns anos até que, quando decidi ingressar no mestrado, quis levá-lo para dentro da minha pesquisa. Meu objetivo era tentar unir o projeto de universidade que sempre defendi ao longo da minha trajetória no movimento estudantil, isto é, uma universidade pública, gratuita e de qualidade, conectada às demandas reais da sociedade, à minha realidade local enquanto moradora da cidade de São Paulo e à minha vivência na Argentina. Foi aí que decidi estudar as experiências de movimentos socioterritoriais existentes nas periferias de São Paulo e de Buenos Aires, pensando no que estas experiências têm a contribuir para a descolonização da Universidade e a produção de conhecimento crítico e com potencial de transformar a realidade. Ao mesmo

tempo, tentando colaborar de alguma forma com a visibilização e o fortalecimento das lutas desses movimentos.

A perspectiva de gênero não poderia deixar de estar presente, devido à minha trajetória no movimento feminista desde o movimento estudantil e, em especial, pela oportunidade de vivenciar a Maré Verde¹, naquele mesmo 2018. Essa experiência me motivou a buscar entender as origens da força do movimento feminista argentino, e esta pesquisa constitui uma pequena parte desta busca, situada no movimento piqueteiro e em movimentos socioterritoriais que contam em suas fileiras com o trabalho diário e invisível de centenas de mulheres, como a Frente Popular Darío Santillán (FPDS). A comparação entre a atuação de mulheres nas periferias de grandes cidades do Brasil e da Argentina também possibilita a compreensão das diferentes formas de organização do movimento feminista em cada um desses países – fenômeno que poderá ser investigado com mais fôlego em pesquisas posteriores.

Mas a memória curta tem um fundo histórico de longa duração...

Na América Latina, o paradigma instituído pelos acordos de Bretton Woods e administrado por instituições como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), provocou, a partir da década de 1970, a aplicação de um intenso pacote de privatizações por diversos países da região, trazendo como consequências o aumento do desemprego e do subemprego, o desmantelamento de políticas de investimento em direitos sociais e a intensificação da privatização de recursos naturais, como a terra e a água. Trata-se da agenda neoliberal que, na atual configuração do capitalismo, tem se aprofundado, caracterizando-se sobretudo pelo predomínio do capital financeiro e estrangeiro e pela “acumulação por despossessão” (Harvey, 2011), provocando mudanças nas formas de organização do trabalho e a intensificação da exploração dos recursos naturais². Tal processo não se deu desacompanhado do aumento da violência territorializada nas periferias, a qual se manifesta de forma

¹ Como ficou conhecida a onda de manifestações que ocorreram na Argentina em 2018 pela legalização do aborto, impulsionadas pela “Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito” e outras organizações feministas.

² Partindo do conceito marxista de “acumulação primitiva”, o geógrafo britânico David Harvey cunhou o conceito de “acumulação por despossessão” para designar os mecanismos de acumulação do capital no contexto do neoliberalismo e de predomínio do capital financeiro. Segundo ele, assim como a fase de surgimento do capitalismo durante o século XVI foi responsável pela despossessão e destruição de formas pré-capitalistas, no contexto neoliberal a despossessão assume renovadas formas para a garantia de acúmulo do capital, seja através de mecanismos legais, como a privatização de bens comuns, seja através de meios ilegais, como o aumento da violência e da criminalidade. Além disso, para Harvey (2011), as instituições internacionais criadas no âmbito do Sistema de Bretton Woods, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, são centrais para a garantia dos fluxos internacionais de capital e das atuais formas de acumulação.

intensificada sobre corpos pretos e indígenas e, de forma renovada, sobre os corpos de mulheres (Federici, 2019)³.

Os mecanismos de exploração e expropriação de corpos e territórios característicos do atual paradigma neoliberal têm causado, por outro lado, o surgimento de novas formas de organização popular e coletiva. No contexto latino-americano, em particular, as lutas por território, materializadas nos conflitos indígenas e camponeses, bem como nas lutas por moradia urbana, ganham especial destaque. Soma-se a isso a emergência dos movimentos de trabalhadores desempregados, representando a síntese do contexto de precarização laboral ocasionado pelo neoliberalismo.

Para dar conta desta complexidade, cientistas sociais, historiadores e pesquisadores das ciências humanas têm recorrido, de modo geral, a uma diversa gama de teorias sobre movimentos sociais gestadas nos Estados Unidos e na Europa. Nesse sentido, destaca-se sobretudo a obra do cientista político estadunidense Sidney Tarrow (1997), que cunhou os conceitos de “estrutura de oportunidades políticas” e de “ciclo de protestos”. Ao se perguntar sobre as circunstâncias que fomentam a ação de movimentos sociais, Tarrow (1997) chega à conclusão de que as estruturas de oportunidades políticas, isto é, dimensões externas aos movimentos, podem estimular ou desincentivar a ação coletiva, a partir de mudanças na correlação de forças entre os movimentos sociais e o Estado. Um contexto de ampliação de oportunidades políticas, por sua vez, gera um ciclo de protestos, no qual setores para além da sociedade civil organizada passam a se mobilizar.

Entre os paradigmas europeus desenvolvidos a partir da década de 1970, destacam-se o marxista e o dos Novos Movimentos Sociais (NMS), este construído a partir da oposição a uma versão dogmática do primeiro. Segundo a socióloga brasileira Maria da Glória Gohn (1997), o paradigma dos NMS, influenciado pelas teorias pós-estruturalistas, caracteriza-se, entre outros elementos, pela construção de um modelo teórico baseado na cultura, pela eliminação da centralidade de um sujeito único e específico na análise dos movimentos sociais, pela valorização da micropolítica e pela análise dos atores sociais a partir de suas ações coletivas e pela identidade coletiva forjada no processo de construção dos movimentos. Trata-se de um

³ Segundo a filósofa feminista italiana Silvia Federici (2017), o processo de formação do capitalismo foi acompanhado de intensa violência sobre os corpos das mulheres, materializada sobretudo na caça às bruxas na Europa durante os séculos XVI e XVII. A reaparição desse fenômeno em algumas partes do mundo, acompanhado de novas formas de manifestação da violência contra as mulheres, das quais destaca-se o feminicídio, constitui para ela um sintoma de um novo processo de acumulação, caracterizado pela intensificação da privatização da terra e de demais recursos naturais, bem como pelo empobrecimento massivo nos países do Sul Global, ocasionado, entre outros fatores, pelo desemprego e pela precarização do trabalho (Federici, 2019).

paradigma que emerge como tentativa de explicar a eclosão, a partir da década de 1960, de movimentos contraculturais que apareciam tanto na Europa, tendo como marco o Maio de 1968 francês, como nos Estados Unidos, no qual destacam-se o movimento feminista, o movimento estudantil e o movimento hippie, entre outros.

Gohn (1997) identifica três principais correntes no âmbito do paradigma dos NMS. São elas: a corrente francesa, que tem como sua principal representante a obra de Alain Touraine (1985); a corrente italiana, cujo principal porta-voz é Alberto Melucci (1989); e a corrente alemã, da qual destaca-se o trabalho de Claus Offe e Helmut Wiesenthal (1980). As três correntes influenciaram o pensamento latino-americano na formulação de abordagens que procuram analisar os movimentos sociais na região, como o conceito de “totalidade cultural” de Touraine (1985), a ênfase na identidade coletiva na obra de Melucci (1989) e o “paradigma da ação” de Offe e Wiesenthal (1980).

Neste trabalho, embora também tendo como base essas correntes, optamos principalmente pela abordagem dos *movimentos socioterritoriais* para analisar a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e da Frente Popular Darío Santillán. Cunhado por Bernardo Mançano Fernandes (1999), o conceito de “movimento socioterritorial” visa dar uma contribuição geográfica ao estudo dos movimentos sociais, a partir da análise da espacialidade produzida pelos movimentos, bem como da transformação do espaço em território por meio da conflitualidade na qual se inserem. Nesse sentido, o que caracteriza um movimento socioterritorial, conforme será trabalhado nos capítulos 2 e 3, é a presença do território enquanto razão de sua existência (Fernandes, 2005).

A escolha do uso desse conceito se deve às características da territorialidade dos movimentos sociais latino-americanos, ancoradas em estruturas que remetem à propriedade da terra espoliada mediante dois procedimentos: a “colonialidade do poder” (Quijano, 2005) e a acumulação de terras pelo capital. Ademais, porque acreditamos que o território é uma potente lente de análise das consequências do processo de “acumulação por despossessão” (Harvey, 2011), característico do neoliberalismo, sobre as camadas populares das sociedades latino-americanas. Mais especificamente, o território em questão aqui analisado é a *periferia* – não no sentido geográfico do termo, mas sim social e político. Isto é, a periferia não implica necessariamente uma localização à margem das cidades, mas sim locais desprovidos de condições de infraestrutura urbana e de acesso a serviços de saúde, educação e emprego dignos, conforme se verá no capítulo 1. A existência das periferias materializa as formas de exclusão e segregação nas grandes cidades, mas, ao mesmo tempo, exprime potencialidades de emergência

de novas sociabilidades, construídas por fora do controle do Estado, o que as torna alvos constantes de processos de violência policial.

As periferias urbanas, portanto, convertem-se neste trabalho no eixo de comparação entre a atuação do MTST e da FPDS. Em outras palavras, analisaremos como estes movimentos atuam e se territorializam nas periferias de São Paulo e de Buenos Aires, respectivamente, produzindo novas sociabilidades a partir de práticas prefigurativas pautadas nos princípios de horizontalidade e coletividade.

Essa análise se dará em um contexto de crise: a pandemia de Covid-19. Segundo o sociólogo e filósofo marxista boliviano René Zavaleta Mercado (2015), a análise de fenômenos em contextos de crise possibilita a ampliação do conhecimento social, uma vez que há uma quebra das formas de representação dominantes. Nesse sentido, seguindo Zavaleta Mercado (2015), utilizamos a “crise como método” para a análise de um contexto de especial aprofundamento da precarização da vida nas periferias e sob a gestão de governos nacionais que adotaram posturas opostas em relação ao enfrentamento da crise sanitária. Assim, enquanto o presidente argentino Alberto Fernández adotou políticas de combate à pandemia que seguiam as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), a política do governo brasileiro caracterizou-se pelo negacionismo e pela completa desassistência das comunidades indígenas, quilombolas e periféricas.

A escolha do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e da Frente Popular Darío Santillán como objetos de estudo desta pesquisa justifica-se por cinco características desses movimentos: 1) sua atuação em periferias; 2) a grande presença de mulheres em suas fileiras militantes; 3) o predomínio de trabalhadoras informais, não sindicalizadas e desempregadas, expressando uma tendência das atuais formas de organização do trabalho no contexto neoliberal; 4) a relevância nacional que ambos os movimentos possuem em seus respectivos países; 5) a articulação existente entre os movimentos a nível internacional (embora esse elemento não tenha sido explorado ao longo da pesquisa).

Nesse sentido, o MTST se diferencia de outros movimentos urbanos⁴ existentes no Brasil, em especial dos movimentos de luta por moradia, por não realizar ocupações nos centros das cidades, mas apenas nas periferias. Desde o seu surgimento na década 1990, em um contexto de aplicação de políticas neoliberais e avanço da precarização laboral, o movimento

⁴ Entre os movimentos urbanos que realizam ocupações no centro da cidade de São Paulo estão o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), o Movimento de Moradia no Centro (MMC) e a Frente de Luta por Moradia (FLM).

foi crescendo, ampliando-se para diversos estados do país, tornando-se hoje destacado ator no cenário nacional.

Do mesmo modo, a Frente Popular Darío Santillán, embora consolidada formalmente apenas em 2004, tem seus antecedentes no contexto de investida neoliberal na Argentina durante a década de 1990, quando a política de recessão econômica provocou uma onda de desemprego, dando origem aos Movimentos de Trabalhadores Desocupados (MTDs), os quais desenvolveram-se principalmente nas periferias dos grandes centros urbanos. A formação da FPDS constitui-se enquanto esforço de unidade de diversas organizações que surgiram nesse contexto, consolidando-se enquanto um movimento de abrangência nacional, com bastante relevância na política nacional argentina.

Metodologicamente, a análise do MTST e da FPDS se dará com base na proposta de Maria da Glória Gohn (1997), que define dois ângulos básicos para o estudo de movimentos sociais: um ângulo interno e um ângulo externo. Internamente, segundo a autora, deve-se considerar as demandas, reivindicações, repertórios de ações coletivas, isto é, as táticas, a composição social, ideologia, projeto, organização e práticas de um movimento. Ao mesmo tempo, deve-se considerar os elementos externos:

Externamente, deve-se considerar o contexto do cenário sociopolítico e cultural em que se insere, os opositores (quando existirem), as articulações e redes externas construídas pelas lideranças e militantes em geral – enquanto interlocutores do movimento – e as relações do movimento como um todo no conjunto de outros movimentos de lutas sociais; suas relações com órgãos estatais e demais agências da sociedade política; articulações com a Igreja e outras formas de religião e com outras instituições e atores da sociedade civil, como o pequeno e médio empresários e suas organizações; suas relações com a mídia em geral (Gohn, 1997, p. 255).

Desde uma abordagem decolonial, analisaremos de que modo estes movimentos socioterritoriais, ao se territorializarem, possibilitam a construção de territórios que resistem à “colonialidade do poder” (Quijano, 2005), isto é, ao padrão de poder historicamente estabelecido pelas relações coloniais na América Latina, que tem como um de seus principais eixos a classificação da população mundial a partir da ideia de *raça*. Nesse sentido, procuraremos investigar de que modo a territorialização desses movimentos possibilitam a resistência de sujeitos não brancos, historicamente alijados dos espaços de poder.

As análises se deterão também para destacar, desde uma perspectiva de gênero, a atuação de mulheres em ambos os movimentos. Situamo-nos dentro da perspectiva do feminismo decolonial de María Lugones (2014, 2008, 2007, 2005), para quem o *gênero*,

enquanto imposição colonial, passou a ser um eixo organizador das sociedades atravessadas pela colonialidade, instituindo o “sistema moderno/colonial de gênero”. Deste modo, a partir da desestruturação das relações comunais e da imposição do Estado colonial/moderno, as mulheres foram afastadas dos espaços de decisão, e às mulheres não brancas foi instituído um local de não-humanidade.

A análise do sistema moderno/colonial de gênero será complementada com a Teoria da Reprodução Social (Bhattacharya, 2019) para compreender a atual dinâmica das relações de gênero sob o capitalismo. Segundo esta teoria, o capitalismo funciona como um sistema unitário, composto de duas esferas que funcionam de forma integrada: a *esfera de produção* e a *esfera de reprodução social*. Enquanto a primeira é a responsável pela produção de lucro no capitalismo, através da apropriação da mais-valia extraída da força de trabalho, a segunda esfera é a que garante a reprodução da mão-de-obra necessária para a esfera da produção através da realização de atividades não-remuneradas de cuidado. Em sociedades atravessadas pela “colonialidade do gênero” (Lugones, 2008), as tarefas da esfera da reprodução social têm ficado a cargo especialmente de mulheres não brancas.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho será comparar ambos movimentos, com especial análise para os elementos relativos ao gênero. Analisaremos de que modo militantes desses movimentos que vivem nas periferias de São Paulo e de Buenos Aires garantiram a manutenção da vida em suas comunidades a partir de sua participação e atuação no Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e na Frente Popular Darío Santillán, em um contexto de crise política, sanitária, econômica e social. Através de entrevistas realizadas com militantes de ambos os movimentos e com base em revisão bibliográfica, examinaremos de que modo as mulheres resistem a partir da diferença colonial, isto é, a partir da diferença entre o moderno e o não moderno (Lugones, 2014).

Para esta pesquisa, seis pessoas foram entrevistadas, sendo três militantes do MTST, duas militantes da FPDS e um ex-militante da FPDS. A escolha das entrevistadas e do entrevistado se deu com base na diversidade dos territórios onde atuam, buscando abarcar diferentes perspectivas de atuação e de vivência dentro de um mesmo movimento. Todas as entrevistas foram realizadas presencialmente, através de encontros únicos marcados com cada entrevistada e entrevistado, que aceitaram participar da pesquisa e estavam cientes de seus objetivos. Para preservar suas identidades, contudo, os nomes das pessoas entrevistadas foram ocultados, sendo utilizados em seu lugar apenas nomes fictícios.

A primeira fase de coleta das entrevistas foi realizada na cidade de São Paulo, com encontros previamente agendados com militantes do MTST, entre os meses de fevereiro e

março de 2022. A primeira entrevista ocorreu em um café no Paraíso, bairro nobre da cidade de São Paulo; a segunda foi realizada dentro de um barraco na Ocupação Nova Canudos, localizada no Jardim Lider, Zona Norte da cidade. Nessa ocasião, fui surpreendida com a notícia de que se tratava do dia do aniversário da entrevistada, o que me possibilitou participar da sua comemoração e estreitar laços com seus familiares e demais moradores e moradoras da ocupação. A terceira entrevista, por sua vez, ocorreu na Ocupação Carolina Maria de Jesus, no Jardim Laranjeira, Zona Leste, em um dia chuvoso de fim de Carnaval.

A segunda fase de coleta de entrevistas ocorreu durante viagem de campo à Argentina, realizada no mês de agosto de 2022. A primeira entrevista feita na Argentina ocorreu na casa do entrevistado, em La Plata, município localizado a 56 km da Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA), ocasião que também me possibilitou conhecer a esposa do entrevistado e compartilhar um pouco de suas vivências militantes. A segunda entrevista foi realizada na sede da Frente Popular Darío Santillán em Lanús, na Grande Buenos Aires. Durante essa visita, foi possível conhecer o trabalho territorial da FPDS em um bairro periférico e conversar com muitos militantes. Visitamos um refeitório, uma creche, uma oficina de costura e uma cooperativa ligada ao movimento. Por fim, a terceira entrevista realizada na Argentina, e a última da pesquisa, ocorreu em um café próximo ao Obelisco, na região central da Cidade de Buenos Aires.

Consideramos que as visitas a campo realizadas em São Paulo e na Argentina cumpriram um importante papel de aproximação aos movimentos analisados e às pessoas entrevistadas, contribuindo para a adoção de uma metodologia de pesquisa participativa. Nesse sentido, inspiradas na Oficina de História Oral Andina (Rivera Cusicanqui, 1987), buscamos compreender como as pessoas entrevistadas e suas comunidades pensam e interpretam sua própria experiência histórica, por meio de um exercício coletivo de desalienação, tanto para as pessoas entrevistadas, como para a pesquisadora, colaborando para a produção de conhecimento “sentipensante” (Fals Borda, 2015).

Focaremos no processo de sujeitificação das mulheres que participam do MTST e da FPDS, a partir da sua resistência infrapolítica, que seguindo Lugones (2014, p. 940) “mostra o potencial que as comunidades dos/as oprimidos/as têm, entre si, de constituir significados que recusam os significados e a organização social, estruturados pelo poder”. Desde o habitar a si mesmas, portanto, essas mulheres resistem no lócus fraturado da diferença colonial, criando novos sentidos para o estar no mundo e novas sociabilidades desde o sentipensar, centradas no cuidado e na lógica comunitária (Fals Borda, 2015; Lugones, 2014). Todas essas construções são materializadas nos territórios produzidos pelo MTST e pela FPDS.

Em um contexto de emergência sanitária, como o que provocou a pandemia de Covid-19, intensifica-se a necessidade de análises do contexto social sob a perspectiva de gênero por duas razões principais. Em primeiro lugar, pelo agravamento da violência de gênero. Nesse sentido, se por um lado, a necessidade de isolamento social forçou muitas mulheres ao convívio intenso com seus agressores, por outro, dificultou o acesso às redes de proteção e canais de denúncia, resultando em um aumento dos casos de violência e, em especial, de feminicídios (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020; Corte Suprema de Justicia de la Nación, 2021)⁵. Em segundo lugar, devido à atribuição das tarefas de cuidado às mulheres, característica da colonialidade do gênero, é possível afirmar que as mulheres tiveram um papel central no combate à pandemia, seja enquanto profissionais da saúde – das quais destacam-se as enfermeiras, assistentes sociais e psicólogas, profissões majoritariamente femininas –, seja no interior dos lares e das famílias. Nesta pesquisa, em especial, analisaremos como as tarefas de cuidado se estenderam ao âmbito dos bairros e ocupações.

Utilizaremos, portanto, a “crise como método” (Zavaleta Mercado, 2015), a partir da compreensão de que as crises são momentos em que o conhecimento social pode ser ampliado, pois as desigualdades estruturais se tornam mais aparentes. Deste modo, a partir da atuação de mulheres nas periferias de São Paulo e de Buenos Aires, buscaremos identificar quais são os “momentos constitutivos” (Zavaleta Mercado, 2015) que emergem durante a pandemia, isto é, novas formas de organização que surgem em um contexto de crise. A hipótese testada é que emergem novos feminismos nos territórios de atuação do MTST e da FPDS, a partir da criação e do fortalecimento de laços de solidariedade, horizontalidade e coletividade, que possibilitam a transcendência em direção ao “inédito-viável” (Freire, 2018), isto é, a crença no sonho possível e na utopia que apontam para um horizonte de transformação radical da sociedade.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos, além da presente introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo serão analisados os processos de urbanização de São

⁵ As diferenças de metodologia de coleta de dados sobre feminicídios de cada país dificultam a realização de uma análise comparativa acurada sobre os níveis de violência durante a pandemia. No entanto, alguns apontamentos podem ser realizados. No caso do Brasil, a pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020) aponta que muito embora tenha havido uma diminuição nos índices de denúncia de violência doméstica durante o primeiro ano de pandemia, houve um aumento no número de feminicídios registrados, o que indica que as mulheres encontraram maior dificuldades de realizar denúncias durante esse período. Já na Argentina, o índice de feminicídios em 2020 se manteve praticamente o mesmo em comparação ao período anterior. Cabe destacar que neste último país houve uma intensa campanha de prevenção à violência de gênero levada à cabo pelo Ministério de Mulheres, Gênero e Diversidade. No Brasil, por outro lado, não houve política semelhante por parte do governo federal e parte significativa do orçamento de combate à violência contra mulheres foi cortada ano após ano durante o governo Bolsonaro (Resende, 2022).

Paulo e de Buenos Aires, dando especial ênfase para as características da periferização, bem como para o surgimento de experiências de organização popular territorial nas periferias de ambas as cidades. No segundo capítulo, será abordada a formação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, seus eixos e bandeiras, suas principais formas de atuação e táticas adotadas pelo movimento, as alianças construídas e as estratégias levadas a cabo para conter a pandemia, conforme metodologia apresentada por Gohn (1997). De modo análogo, no terceiro capítulo serão analisados os mesmos fatores em relação à Frente Popular Darío Santillán. No quarto capítulo, serão traçadas algumas comparações entre as estruturas de urbanização de São Paulo e de Buenos Aires e levantadas algumas hipóteses sobre as motivações que levaram à formação de movimentos como o MTST em São Paulo e a FPDS em Buenos Aires. Além disso, será analisada em perspectiva comparada a atuação de ambos os movimentos no contexto da pandemia, com foco na participação de mulheres. Por fim, serão levantadas as considerações finais.

2 CAPÍTULO 1 – CIDADES DE SÃO PAULO E DE BUENOS AIRES: FORMAÇÃO TERRITORIAL URBANA, SEGREGAÇÃO E COLONIALIDADE

A formação de movimentos sociais nas periferias urbanas de São Paulo e da Cidade Autônoma de Buenos Aires relaciona-se com as estruturas de segregação e de reprodução de desigualdades presentes nessas cidades, as quais, por sua vez, compartilham aspectos semelhantes com a organização social e territorial de demais cidades latino-americanas que passaram por processos de industrialização. Neste capítulo, analisaremos as características da periferização de São Paulo e de Buenos Aires, localizando-as inicialmente no processo de urbanização das grandes cidades da América Latina de forma mais ampla e examinando as características da colonialidade presentes neste processo, em especial no que tange às desigualdades de gênero, raça e classe. Também será analisado de que forma essas desigualdades se intensificam no contexto da pandemia, tendo como referência o período de 2020 a 2022.

2.1 O PADRÃO DE COLONIALIDADE PRESENTE NA URBANIZAÇÃO LATINO-AMERICANA

Para o uruguaio crítico do modernismo latino-americano Ángel Rama (1998), a palavra-chave para descrever as cidades latino-americanas é a *ordem*, a qual foi inscrita no processo colonial por meio de três estruturas institucionalizadas: “Igreja, Exército e administração” (Rama, 1998, p. 19). Nesse sentido, diferentemente da cidade orgânica medieval europeia, para a qual era suficiente organizar as pessoas dentro de uma paisagem urbana, na América Latina o projeto colonial demandaria um futuro sonhado de maneira planejada para a cidade, em obediência às exigências do “sistema moderno/colonial de poder” (Quijano, 2005), que postulam a exploração da região colonizada para usufruto exclusivo da metrópole. A urbanização da América Latina, portanto, se dá a partir da inserção desigual desta região no padrão global de poder capitalista, associado à circulação de mercadorias em escala mundial.

Para a garantia das exigências da metrópole, organizam-se na colônia relações econômicas que não são baseadas na díade capital-trabalho, mas sim na exploração da mão-de-obra não assalariada dos povos indígenas e de negros escravizados trazidos à força do continente africano. As cidades latino-americanas, do modo como as conhecemos hoje, são, portanto, forjadas sob uma estrutura de relações moderno/coloniais, as quais, segundo o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005), possuem como um de seus elementos fundantes a categoria raça, “assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo,

fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia” (p. 117). Em contrapartida, a inserção da América Latina e de outras regiões sob dominação europeia no padrão de poder global capitalista possibilitou também um novo processo de urbanização na Europa Ocidental.

Segundo a antropóloga feminista brasileira Lélia Gonzalez (1988), a formação das sociedades latino-americanas é caracterizada pelo “racismo por denegação”, ou racismo disfarçado, sob o qual as profundas desigualdades raciais que caracterizam essas sociedades são sistematicamente negadas. Trata-se de um tipo de racismo que não opera através de mecanismos de segregação explícitos e institucionalizados – como os regimes de apartheid vigentes nos Estados Unidos, a partir do final do século XIX até meados do século XX, e na África do Sul, durante o século XX –, mas sim através das estruturas altamente hierárquicas das sociedades latino-americanas, herdadas de suas metrópoles ibéricas, que mantêm povos não brancos dentro das camadas mais exploradas. Este processo é possibilitado pelo mito da superioridade branca, que provoca a fragmentação da identidade racial e a internalização do desejo de embranquecimento.

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais (Gonzalez, 1988, p. 73).

O racismo por denegação relaciona-se à formulação de teorias de miscigenação e da democracia racial, que negam a violência historicamente perpetrada contra povos não brancos e postulam uma suposta “convivência harmoniosa entre as raças” (Gonzalez, 1998). No entanto, a igualdade entre brancos, negros, indígenas e mestiços é meramente formal.

Ao analisar o padrão de poder global capitalista, o qual dá origem ao conceito, central na obra de Quijano (2005) de “colonialidade do poder”⁶, a feminista decolonial María Lugones (2008, 2007) aponta para as opressões múltiplas decorrentes deste sistema: opressões de raça, gênero, classe e sexualidade, as quais, segundo a autora, operariam simultânea e inseparavelmente dentro do padrão de poder global vigente, caracterizando o “sistema moderno/colonial de gênero” (Lugones, 2007). Para Lugones (2008, 2007), portanto, o sistema

⁶ Para Quijano (2005), a constituição do continente americano e do capitalismo colonial/moderno culminou na formação de um novo padrão de poder mundial, que tem como um de seus eixos centrais a classificação da população mundial a partir da ideia de raça. A dimensão duradoura deste padrão de poder, que transcende o período colonial, implica um caráter de colonialidade.

de gênero constitui e é constituído pela colonialidade do poder, a partir da desestruturação das relações comunais, da subordinação das *mulheres de cor*⁷ e da imposição de uma lógica binária de gênero, apresentada ideologicamente como biológica, tornando desse modo imprescindível a inserção da categoria *gênero*, associada simultaneamente às categorias de *classe* e *raça*, para qualquer análise das sociedades latino-americanas que se pretenda emancipadora. Deste modo, a colonialidade não produz apenas uma classificação racial:

É um fenômeno abarcador, já que se trata de um dos eixos do sistema de poder e, como tal, permeia todo controle do acesso sexual, a autoridade coletiva, o trabalho, e a subjetividade/intersubjetividade, e a produção de conhecimento a partir do interior destas relações intersubjetivas (Lugones, 2008, p. 79, tradução nossa).

Ao postular uma suposta inferioridade de indígenas, negros e mestiços, bem como de seus respectivos saberes e experiências culturais, em relação ao conhecimento produzido pelo homem branco europeu, a hierarquização das relações raciais constitui o fundamento para a apropriação brutal de recursos naturais a partir da exploração e extermínio dos sujeitos colonizados. Ao mesmo tempo, a imposição do sistema moderno/colonial de gênero impõe a compreensão da sexualidade e dos corpos a partir de fundamentos biológicos, isto é, da “concepção binária do sexo” e da “organização patriarcal e heterossexual das relações sociais”, segundo a qual as mulheres são excluídas da arena pública e toda forma de relação não heterossexual é condenada. Este sistema subjuga de modo ainda mais profundo as mulheres não brancas à lógica da colonialidade, por meio de um processo de *desumanização* no qual suas capacidades cognitivas, intelectuais, políticas e econômicas são menosprezadas e seus corpos são constantemente hipersexualizados e violentados (Lugones, 2008, 2007).

Segundo Lugones (2008, 2007), o sistema moderno/colonial de gênero possui um *lado visível/claro* e um *lado oculto/escuro*. O primeiro constrói hegemonicamente o gênero e as relações de gênero, organizando apenas as vidas de homens e mulheres brancos e burgueses, mas dando forma ao significado colonial/moderno de homem e mulher. O lado visível/claro do sistema moderno/colonial de gênero é responsável, portanto, pela associação das mulheres brancas e burguesas à pureza e passividade sexual e pela exclusão delas “da esfera da autoridade coletiva, da produção de conhecimento e de quase toda possibilidade de controle sobre os meios

⁷ Categoria originada nos Estados Unidos e utilizada por Lugones para abarcar as diversas *mulheridades* vítimas da colonialidade do gênero. Segundo ela: “Mulher de Cor não aponta a uma necessidade que separa, mas sim a uma coalizão orgânica entre mulheres indígenas, mestiças mulatas, negras, cherokees, porto riquenhas, sioux, chicanas, mexicanas, povo” (Lugones, 2008, p. 75, tradução nossa).

de produção” (Lugones, 2008, p. 98, tradução nossa). De acordo com a autora, a heterossexualidade entre homens e mulheres brancos é compulsória, servindo como mecanismo de controle patriarcal e racializado sobre a produção, no qual as mulheres brancas e burguesas têm como função obrigatória a reprodução, e devem estar à disposição constantemente de seus esposos/companheiros.

Já o lado escuro/oculto, aponta Lugones (2008, 2007), é extremamente violento e se caracteriza pela animalização dos sujeitos colonizados, pelo sexo forçado (estupro) com os colonizadores brancos e a exploração laboral tão profunda que levou indígenas e negros a trabalhar até a morte. Assim, na visão da autora, o controle sobre o trabalho é simultaneamente racializado e atribuído ao gênero, de modo que não é possível separar o controle sobre o trabalho do controle sobre os corpos racializados e sexualizados. Para Lugones (2008), o gênero é, portanto, um *eixo articulador da modernidade*. A autora aponta, ainda para a existência de uma zona intermediária, que concebe/imagina/constrói as mulheres brancas que são serventes, mineiras, lavadeiras, prostitutas, ou seja, mulheres que não produzem mais-valia, como seres que não podem ser captados pelas lentes binárias e que são racializadas de forma ambígua, não como brancas ou negras.

Para Gonzalez (2020a), é no interior das desigualdades raciais, que caracterizam as sociedades latino-americanas, que é inscrita a desigualdade sexual. Deste modo, devido à maneira como as hierarquias sociais são estabelecidas nestas sociedades, as mulheres não brancas, definidas por ela como *amefricanas* e ameríndias, sofrem um triplo processo de discriminação devido à sua condição racial, sexual e de classe, constituindo “parte do imenso proletariado afro-latino-americano” (Gonzalez, 2020a, p. 132).

Desde a sua fundação, portanto, as cidades coloniais latino-americanas foram atravessadas por uma desigualdade estrutural, tornando-se espaço de reprodução de uma ordem excludente para os povos não brancos e colonizados e, em especial, para as mulheres não brancas e colonizadas. Conforme aponta Quijano (2005), não se pode falar de Estados-nação na América Latina, porque o processo de independência política desses Estados ocorreu sem a devida democratização social, de modo que negros, indígenas e mestiços foram excluídos do projeto nacional das pequenas minorias brancas que controlam esses países. Este processo, segundo Quijano (2005), possibilitou uma situação aparentemente paradoxal: “Estados independentes e sociedades coloniais” (p. 134) caracterizados por uma dependência histórico-estrutural das elites dominantes, que compactuam com os interesses da burguesia do Norte Global e contribuem para a perpetuação da colonialidade do poder. Desse modo, a assimetria de poder entre brancos e não brancos, sob uma lógica patriarcal, permanece como característica

estruturante das cidades da região ao longo dos séculos, vertendo-se impossível separar as questões racial e de gênero do processo de desenvolvimento capitalista latino-americano.

O arquiteto e historiador argentino Adrián Gorelik (2005) afirma que as condições que propiciaram a construção da categoria *cidade latino-americana* na modernidade foram produzidas entre as décadas de 1950 e 1970, no marco da “explosão urbana” no continente. Segundo o autor, mais do que uma invenção teórica, as cidades latino-americanas foram produzidas enquanto “construções culturais” (Gorelik, 2005), impondo consequências concretas sobre a realidade. Deste modo, no auge de seu crescimento demográfico, cidades onde houve processo de industrialização, como São Paulo e Buenos Aires, passaram a ser vistas “como motor[es] da modernização social, em íntima relação com as forças produtivas e com a consolidação dos poderes políticos centralizados” (Gorelik, 2005, p. 117). Do mesmo modo, cidades em países menores e agroexportadores também concentraram o poder político, reproduzindo as características da colonialidade do poder e de gênero na sua constituição.

A produção da cidade latino-americana na modernidade está profundamente relacionada com o modelo da cidade europeia ocidental, considerada o parâmetro do que se tinha de mais avançado e moderno. O que distingue as cidades na América Latina e no Caribe é que, se por um lado há uma aspiração de modernidade inspirada num modelo eurocêntrico, por outro, a racialização das relações sociais constitui o modo específico da modernidade latino-americana, o que faz com que as estruturas de desigualdade presentes nessas cidades tenham fortes componentes raciais.

2.2 CAPITALISMO E SEGREGAÇÃO URBANA

Se para Quijano (2005), o padrão de poder sob o qual é constituído o continente latino-americano é associado a dois processos simultâneos (a codificação das diferenças sociais a partir da categoria raça e a articulação das estruturas de controle do trabalho, de recursos e produtos sob a lógica do capitalismo mundial), nos deteremos agora sobre as implicações do segundo eixo estruturante da colonialidade do poder na formação das cidades latino-americanas, ou seja, o capitalismo. Nesse sentido, os pesquisadores brasileiros do planejamento urbano Nabil Bonduki e Raquel Rolnik afirmam que no capitalismo a cidade é caracterizada pela *segregação*, a qual é provocada, essencialmente, “pela manutenção da propriedade privada dessa mercadoria peculiar que é o terreno urbano, como a forma dominante de ocupação do espaço” (Bonduki; Rolnik, 1982, p. 146). Em outras palavras, a transformação de parcelas do solo urbano em algo rentável é o que propicia o surgimento da segregação socioespacial na

sociedade capitalista, pois as diferentes classes sociais se apropriam de formas distintas do terreno urbano, a depender, entre outros fatores, do nível de renda a que têm acesso.

O processo desigual de apropriação do solo urbano, característico do desenvolvimento capitalista moderno na América Latina, dá origem às *periferias*, definidas por Bonduki e Rolnik (1982, p. 147) como “as parcelas do território da cidade que têm baixa renda diferencial”, sendo a renda diferencial “o componente da renda fundiária que se baseia nas diferenças entre as condições físicas e localizações dos terrenos e nos diferenciais de investimentos sobre eles, ou no seu entorno” (p. 147). Deste modo, a distância em relação ao centro urbano não pode ser o único elemento definidor da periferia, mas sim um fator em meio a uma série de outras características conjugadas, como, por exemplo, a deficiência de políticas públicas e de infraestrutura urbana, principalmente no momento de sua formação. É nas periferias onde se desenvolvem as condições mais vulneráveis de reprodução da força de trabalho.

Segundo o geógrafo brasileiro Milton Santos (2012), a organização dos territórios periféricos obedece a lógica do capital, pois os fluxos do capital tendem à apropriação seletiva de *capitais comuns*, isto é, de “meios coletivos à disposição do processo produtivo” (p. 118). Assim, a partir da lógica de acumulação de capital, os meios coletivos tendem a ser apropriados constantemente por uma parcela cada vez menor da sociedade, seguindo uma hierarquia de poder na sociedade capitalista. Muito embora os serviços de infraestrutura urbana tenham sido muitas vezes impulsionados pelo esforço coletivo, através do pagamento de impostos, o que ocorre é um processo de *socialização capitalista*, que permite a “transferência de recursos da população como um todo para algumas pessoas e firmas” (Santos, 2012, p. 118). Nesse sentido, os territórios periféricos são inseridos nos fluxos de capital, pois ao favorecerem concentrações, esses fluxos são produtores de desigualdades e marginalizações. Para o autor:

Cada lugar, dentro da cidade, tem uma vocação diferente, do ponto de vista capitalista, e a divisão interna do trabalho a cada aglomeração não lhe é indiferente. Assim, às diversas combinações infraestruturais correspondem diversas combinações superestruturais específicas (Santos, 2012, p. 125).

Partindo dessa lógica, os territórios periféricos estão inseridos no processo de produção global capitalista, a partir da produção de “deseconomias”⁸ que permitem a reprodução de desigualdades e da pobreza. Trata-se, segundo Santos (2012), de um ciclo vicioso, no qual o

⁸ Para Santos (2012), as “deseconomias”, fruto do acesso desigual ao Capital Geral, são o que permite a chegada e a permanência dos pobres nas grandes cidades. Nos territórios periféricos, as deseconomias tornam-se as próprias economias.

capital é apropriado de forma cada vez mais seletiva, aumentando desigualdades e produzindo novas deseconomias, que se tornam as próprias economias dos territórios periféricos.

Devido ao padrão de colonialidade do poder vigente, este processo, segundo já se demonstrou até aqui, possui forte componente racial. Como veremos adiante, é nas periferias das cidades – Buenos Aires e São Paulo são exemplo disso –, de um modo geral, onde vive a maior parte de seus habitantes de origem indígena e afrodescendentes⁹. Nesse sentido, embora não exista uma política de segregação racial explícita, como ocorreu nos Estados Unidos nos séculos XIX e XX ou como sucede atualmente na Palestina, a *segregação racial* nas cidades principais da América Latina é determinada pela apropriação do espaço pelo capital e pelos modos como se realizam as relações da colonialidade do poder, no qual classe e raça encontram-se profundamente interligadas – seja a ocupação das periferias pelos povos negros e indígenas no caso de São Paulo; seja em relação à população indígena, negra e aos migrantes do Sul Global, no caso de Buenos Aires.

A partir da compreensão do sistema moderno/colonial de gênero enquanto eixo articulador das relações sociais nas sociedades latino-americanas, é possível realizar uma análise ainda mais aprofundada sobre a composição social dos habitantes das periferias urbanas. No caso do Brasil, Lélia Gonzalez (2020b) aponta que as mulheres negras foram “o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família” (p. 33) no pós-abolição, obrigando-as a dividir seu tempo entre os cuidados de familiares e o trabalho fora de casa, muitas vezes relacionado a atividades domésticas. Dados mais recentes apontam que as mulheres negras – que vivem principalmente nas periferias urbanas – ainda estão sujeitas a situações de maior desigualdade em relação às mulheres brancas, seja no mercado de trabalho, sendo a maioria entre as empregadas domésticas e entre as mulheres sujeitas à informalidade, seja no acesso à educação (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, 2015). Na Argentina, assim como no Brasil, é persistente a brecha salarial entre homens e mulheres – situação agravada mais ainda

⁹ No caso da Argentina, a população afrodescendente é menos expressiva (mas não inexistente) quando comparada à do Brasil e a de demais países latino-americanos (Keindé; Mello, 2019). Em Buenos Aires, esta população foi paulatinamente expropriada das regiões centrais em direção aos bairros mais distantes do centro ao longo do século XIX, no contexto da chegada massiva de imigrantes de origem europeia à cidade (Silva, 2020). A população indígena, por sua vez, sofreu um processo de desterritorialização do campo com o avanço do capital sobre a produção agrícola e o aumento da concentração da propriedade da terra, ocasionado uma expressiva migração indígena do campo em direção às periferias de Buenos Aires a partir da segunda metade do século XX. Essa população indígena oriunda de províncias como Chaco, Salta e Jujuy une-se à população indígena ou descendente de indígenas imigrantes de países sul-americanos como Bolívia, Paraguai e Peru nas periferias de Buenos Aires (Engelman; Weiss, 2015). Já no caso de São Paulo, conforme veremos adiante, há uma expressiva concentração da população negra nas periferias, assim como a população indígena, embora esta em menor número.

no contexto das mulheres indígenas e moradoras das periferias (Observatorio Nacional de Violencia Contra las Mujeres, 2017). As condições de precariedade laboral e desemprego podem provocar ainda maiores índices de fome e desnutrição, fatores que, conforme veremos adiante, foram agravados durante a pandemia de Covid-19.

Segundo Santos (2012) e Bonduki e Rolnik (1982), apesar de ser função do Estado criar as condições para a reprodução da força de trabalho, a realidade é que o Estado privilegia a acumulação em detrimento da reprodução da força de trabalho, significando na prática a priorização do oferecimento de infraestrutura urbana às “parcelas habitadas pelas faixas de renda média e alta” (Bonduki; Rolnik, 1982, p. 125). Nesse sentido, ao favorecer as camadas sociais hegemônicas no planejamento urbano, o Estado neoliberal possibilita, segundo Santos (2012), não apenas o enriquecimento planejado pelos planejadores do espaço, mas também o empobrecimento planejado de parcelas cada vez maiores das cidades.

De acordo com a feminista comunitária indígena Julieta Paredes (2008), nos países do Terceiro Mundo, a ausência do Estado na garantia das condições da reprodução das forças de trabalho é coberta pelos cuidados das mulheres. Segundo ela,

O estado se desentendeu de todos os deveres de seguridade social, como a saúde, a educação, a moradia, a aposentadoria, a estabilidade de emprego, conseguidos pelas lutas e conquistas sociais do povo trabalhador. Isto significou, nos fatos, que as mulheres têm sido as encarregadas de cobrir estas necessidades sociais a partir das famílias e das comunidades rurais. Nunca antes o Estado atuou de maneira tão descarada; era totalmente servil aos interesses do capital, essa vez já sem nenhum disfarce (Paredes, 2008, p. 3, tradução nossa).

Conforme aponta o jornalista uruguaio Raúl Zibechi, “estima-se que um bilhão de pessoas vivam nos bairros periféricos das cidades do Terceiro Mundo, e que os pobres das grandes cidades do planeta cheguem a dois bilhões, um terço da humanidade” (Zibechi, 2015, p. 18). Nas cidades latino-americanas, de acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), mais de 100 milhões de pessoas vivem em condições precárias de moradia (Montero; García, 2017). Devido à concentração de serviços e oportunidades nas áreas centrais, os moradores das periferias urbanas possuem muito mais dificuldade de acesso ao emprego, ao estudo e ao lazer. Esta dificuldade se traduz na perda da qualidade de vida ao ter que se gastar muito tempo no deslocamento até as regiões centrais, sendo a rede de transporte público precarizada e insuficiente para dar conta da crescente demanda. Este fator contribui ainda para a elevação dos preços das tarifas de transporte e para o agravamento do processo de exclusão social, afetando em especial mulheres negras, indígenas e imigrantes.

Na América Latina, o crescimento das cidades relaciona-se com a industrialização de cada país e com a modernização conservadora provocada pela Revolução Verde¹⁰, que impulsionou o processo migratório do campo para a cidade. Nesse sentido, São Paulo e Buenos Aires despontam como os dois principais polos industriais da região sul do continente. Ao passo que as cidades cresceram, a população mais pobre foi expulsa da região central devido ao processo de especulação imobiliária.

A existência das periferias contradiz, portanto, a diferenciação dicotômica que coloca o rural como sinônimo de “atrasado” e o urbano como “moderno”, “desenvolvido” (Andrade; Alves, 2014, p. 167), uma vez que ela mesma é produto da modernidade. Nesse sentido, podemos considerar a *periferia como a cara (menos) visível da colonialidade*.

Seguindo a geógrafa brasileira Ana Fani Alessandri Carlos (2007), é possível analisar as desigualdades das cidades capitalistas do sistema moderno/colonial de poder a partir da diferenciação, que está imanente à produção espacial, “tanto em sentido real e concreto (vivido, percebido praticamente, gerando segregações), quanto possível (a ideia de que a desigualdade vivida pode produzir a diferença como negatividade)” (Carlos, 2007, p. 48). Em outras palavras, a desigualdade característica da modernidade produz diferenciações dos membros de uma sociedade a partir do lugar que cada sujeito ocupa tanto na produção quanto nas decisões sobre a distribuição da riqueza. Estas diferenciações são, ao mesmo tempo, vividas e praticadas na produção do espaço, gerando estruturas de segregação.

2.3 A PANDEMIA DE COVID-19: ANÁLISE DAS DESIGUALDADES URBANAS A PARTIR DE UMA CRISE MULTIDIMENSIONAL

No final de 2019, a emergência de um novo vírus que provoca uma doença respiratória até então desconhecida acendeu um alarme na comunidade internacional, devido à sua alta transmissibilidade. Tratava-se de uma nova cepa do coronavírus, responsável por provocar a doença que depois ficaria conhecida como Covid-19. No início do ano seguinte, o coronavírus espalhou-se pela Oceania e pela Europa, chegando posteriormente ao continente americano e à África. Em março de 2020, a OMS caracterizou a Covid-19 como uma pandemia, referindo-se à distribuição geográfica do coronavírus em todos os continentes do planeta (Organização Pan-Americana da Saúde, c2023).

¹⁰ Como ficou conhecido o processo provocado pelo aumento do uso de tecnologia agrícola, no qual se enquadra o uso de vegetais geneticamente modificados e uso de fertilizantes químicos (Andrade; Alves, 2014).

Consideramos a crise provocada pela pandemia de Covid-19 como o aprofundamento de uma *crise do neoliberalismo*, que pode ser analisada sobre diversas dimensões: sanitária, econômica, política, ambiental, social e de reprodução social. Trata-se de uma emergência sanitária, porque a rápida transmissibilidade e letalidade do coronavírus provocou a lotação de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) em todo o mundo, além de um grande número de mortes em decorrência de infecções graves de Covid-19. Devido a essa característica da doença, a orientação adotada pela OMS, em um contexto onde ainda não havia sido desenvolvida a vacina contra a Covid-19, foi a de distanciamento social e do uso de máscaras.

Deste modo, a pandemia provocou um colapso financeiro, com a paralisação de atividades econômicas, o fechamento de comércios e indústrias e a migração de atividades antes realizadas de forma presencial para a modalidade virtual, dentre as quais destacam-se as aulas em escolas e universidades. Esse processo provocou uma onda de desemprego e aumento da precarização laboral; como consequência, trabalhadores informais que antes tiravam o sustento do seu dia na rua passaram a se deparar com a fome. Nesse sentido, os dados do Brasil são alarmantes: segundo pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), em 2022 havia 125,2 milhões de pessoas no país em algum grau de situação de insegurança alimentar – o que representa 58,7% da população brasileira –, e mais de 33 milhões (15,5% da população) passando fome, expressa pela situação de insegurança alimentar grave (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, 2022). Na Argentina, em 2021, 37% da população estava em situação de insegurança alimentar moderada e 13% em situação de insegurança alimentar grave (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura; Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola; Fundo das Nações Unidas para a Infância; Programa Mundial de Alimentos; Organização Pan-Americana da Saúde, 2023).

Por todos esses aspectos, a pandemia de Covid-19 também pode ser caracterizada enquanto uma *crise de reprodução social*, uma vez que significou o aumento da demanda das tarefas de cuidado em hospitais e clínicas de saúde, bem como no interior dos lares, tarefas que, em sociedades atravessadas pela colonialidade do gênero, são desempenhadas principalmente por mulheres. Assim, em locais de carência habitacional e de infraestrutura urbana, como são as periferias, com altas porcentagens de mulheres chefes de domicílios, as desigualdades históricas se somam às desigualdades emergentes da pandemia (Czytajlo, 2020), provocando uma sobrecarga de tarefas às mulheres cuidadoras.

O contexto político em que cada país estava inserido durante a pandemia também é fator relevante na análise das consequências desse fenômeno. Deste modo, merece destaque a

conjuntura brasileira que atravessava uma crise política desde meados da década de 2010 com a ascensão da extrema-direita no país, que culminou com a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República em 2018. A postura adotada por Bolsonaro durante a pandemia foi de completo negacionismo em relação à gravidade da doença, desincentivando o uso de máscaras bem como de qualquer orientação da OMS, além de ter postergado deliberadamente a chegada de vacinas ao Brasil. O presidente argentino de centro-esquerda Alberto Fernández, por outro lado, destacou-se pela gestão exemplar diante da pandemia¹¹, uma vez que adotou as recomendações da OMS. Todavia, conforme será visto no capítulo 3, sua atuação foi criticada pelos setores populares por não garantir as condições necessárias para a realização da quarentena.

Por fim, compreendemos a pandemia de Covid-19 também como manifestação de uma *crise ambiental*, uma vez que ela é resultado da relação predatória do capitalismo com a natureza, que passa a explorar cada vez mais recursos naturais para manter seu regime de acumulação. Segundo o sociólogo marxista franco-brasileiro Michel Löwy (2021, p. 49), “as epidemias e a crise ecológica resultam ambas de um sistema que transforma tudo – a terra, a água, o ar que respiramos, os animais, os seres humanos – em mercadoria”. Os efeitos das mudanças climáticas decorrentes da exploração da natureza recaem de forma desproporcional sobre populações que vivem em condições de vulnerabilidade habitacional, tais como encostas de morros, locais sem saneamento básico e nas periferias urbanas, locais onde vive a maior parte da população negra e migrante nordestina, o que caracteriza o fenômeno de “racismo ambiental” (Herculano, 2008).

Em um contexto de crise, como a que provocou a pandemia de Covid-19, as estruturas de desigualdade se aprofundam. Por outro lado, abrem-se espaços de disputa, rachaduras do sistema, nos quais podem ser gerados novos tipos de sociabilidade, baseados na solidariedade de classe e na organização coletiva, desafiando assim as estruturas patriarcais e coloniais da modernidade. Nesse sentido, seguindo Zavaleta Mercado (2015), a *crise como método* possibilita a análise mais aprofundada de estruturas e formas de representação da vida – cujas desigualdades estavam ocultas sob as formações ideológicas dominantes homogeneizadoras – que começam a falhar. Em outras palavras, a crise torna mais evidente a heterogeneidade de uma sociedade, possibilitando a ampliação do conhecimento social. Essa conjuntura, segundo

¹¹ Cabe destacar que a gestão de Alberto Fernández, embora muito elogiada no início da pandemia, foi paulatinamente perdendo apoio da sociedade, em meio a um contexto de polarização entre a direita, que realizava manifestações exigindo fim às medidas restritivas da pandemia, e o governo peronista. Ademais, algumas medidas adotadas por Fernández, como a intervenção em uma grande empresa alimentícia argentina, ocasionaram a diminuição da sua popularidade (Natanson, 2021).

o autor, permite o florescimento de um *momento constitutivo*, no qual são desarticuladas formas de produção e reprodução social, possibilitando o surgimento de novas estruturas de organização da sociedade. Considerando a pandemia de Covid-19 um momento de intensificação de um neoliberalismo já em crise, a investigação direcionada para os sujeitos e territórios mais afetados pelas políticas ultraliberais, ou seja, mulheres negras, indígenas e imigrantes que vivem nas periferias das grandes cidades, potencializa uma análise ainda mais acurada dos *momentos constitutivos* que podem vir a florescer, a partir de sua organização nos territórios

Trataremos agora, mais especificamente, do processo de crescimento e periferização de duas cidades latino-americanas marcadas pelo processo de industrialização: São Paulo e Buenos Aires. Ao longo da análise, procuraremos identificar as características da colonialidade presentes na produção do espaço urbano e de que modo tais características atravessam a vida de mulheres que vivem nas periferias destas duas grandes cidades, começando por São Paulo e seguindo, adiante, com a análise de Buenos Aires.

2.4 A FORMAÇÃO DAS PERIFERIAS EM SÃO PAULO E AS CARACTERÍSTICAS DA SEGREGAÇÃO PAULISTANA

Acompanhando o padrão de formação territorial das grandes cidades latino-americanas, a cidade de São Paulo é marcada por estruturas de desigualdade, segregação e precariedade habitacional. Deste modo, no fim do século XIX uma das principais alternativas de moradia encontrada pelas populações de baixa renda era a formação de cortiços nos bairros centrais da cidade, caracterizados por intensa insalubridade. Na virada do século XIX para o século XX, em um contexto de predomínio do movimento higienista e do sanitaria, foram adotadas políticas de demolição de cortiços, estimulando a construção de habitações fora do perímetro urbano (Sampaio; Pereira, 2003).

Neste momento, a cidade passava por intenso processo de crescimento e industrialização e, ao passo que a cidade cresceu, o terreno urbano foi valorizado, tornando as condições de vida nas regiões centrais da cidade cada vez mais caras. Devido ao processo desigual de apropriação do solo urbano, a população mais pobre da cidade, em sua maioria negra e parda, foi paulatinamente expulsa para as regiões periféricas, conforme aponta a geógrafa brasileira Amália Damiani (2000, p. 23):

Da cidade de taipa e pião, da época colonial, à cidade do tijolão houve, nesta passagem do fim do século XIX ao início do século XX a importância do café, da industrialização, da ferrovia, depois do bonde elétrico e uma extraordinária especulação imobiliária, envolvendo o centro. O que implicou a destruição de igrejas de taipa, de edificações e a expulsão da população negra e parda das redondezas, na base da administração de Antônio Prado.

As periferias paulistanas, que começaram a se formar no fim do século XIX, consolidam-se no século XX, entre as décadas de 1930 e 1970, nos marcos da configuração do Brasil enquanto sociedade urbana e industrial. Trata-se do período em que São Paulo desponta como principal centro econômico do país, tornando-se ponto de confluência de migrações internas (Tanaka, 2006). Desde sua formação, portanto, as periferias paulistanas são conformadas, em sua maioria, por negros, pardos e migrantes. Dentre estes, as mulheres são, em geral, identificadas como as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e, apesar de muitas vezes exercerem também trabalho remunerado fora de casa, tendem a obter rendimentos mais baixos que os homens – condição que pode ser explicada pelas desigualdades estruturais de gênero na sociedade brasileira. Segundo dados publicados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em 2022 as mulheres representavam 44% da força de trabalho do Brasil e ganhavam, em média, 21% a menos que os homens (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2023). Deste modo, os lares das periferias paulistanas cujas principais responsáveis economicamente são mulheres tendem a se encontrar em situações de maior precariedade.

A constituição das periferias na cidade de São Paulo é caracterizada, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, pela formação de loteamentos periféricos, a partir do processo de “autoconstrução”¹². Para Bonduki e Rolnik (1982), os loteamentos periféricos estão profundamente relacionados com a necessidade de acumulação do capital, uma vez que é função do Estado garantir as condições para a produção capitalista, entre elas, a reprodução da força de trabalho. Com a prática de autoconstrução de loteamentos periféricos, os custos da reprodução da força de trabalho são direcionados principalmente para os(as) trabalhadores(as), cujos salários se mantêm baixos, estabelecendo um modelo de crescimento urbano de acordo com os interesses da valorização imobiliária (Sampaio; Pereira, 2003). Segundo Bonduki e Rolnik (1982), neste processo a ação do Estado aparece em dois níveis: na regulamentação do

¹² Trata-se do processo de “construção da casa pelo próprio morador nas horas livres, executado em etapas descontínuas” (Bonduki; Rolnik, 1982, p. 128). Assim, diante do alto preço dos aluguéis, que se mantêm como uma parcela elevada do orçamento mensal familiar das classes populares, os(as) trabalhadores(as) dedicam parte de seu tempo de descanso, geralmente aos fins de semana, para construir sua casa própria e, deste modo, conseguir livrar-se de um gasto mensal com a moradia.

loteamento e na produção de bens de consumo coletivo, que ocorre descontinuadamente, uma vez que o Estado tende a privilegiar bairros destinados às faixas de renda média e alta. Nesse sentido, sob a lógica de construção da *cidade global*¹³, o Estado se subordina aos interesses do mercado imobiliário e das elites fundiárias locais, enquanto as periferias carecem de serviços de infraestrutura urbana (Ferreira, 2004). Segundo Tanaka:

[...] o Estado não arca com a provisão de serviços e equipamentos urbanos para a população de baixa renda, canalizando seus recursos para o setor produtivo, deixando que os trabalhadores ocupem áreas antes rurais, onde cabe aos próprios trabalhadores buscar formas de ter suas necessidades urbanas mínimas atendidas. A exceção é o ônibus como transporte urbano: o Estado garante que a moradia em áreas distantes seja uma alternativa para o trabalhador, ao prover transporte público que permita o acesso ao trabalho. Mas mesmo neste caso o transporte público é deficiente, sendo alvo constante de manifestações populares (Tanaka, 2006, p. 42).

Entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, a redução da oferta e o aumento dos preços dos lotes nas periferias agravaram a situação habitacional em São Paulo, provocando fenômenos como o crescimento das *favelas*, caracterizadas pela ocupação desordenada de terrenos públicos ou privados – em geral em encostas de morros ou áreas de risco ambiental – em locais com deficiência de serviços de infraestrutura urbana e oferta insuficiente de equipamentos públicos (Saraiva; Marques, 2007). Devido à escassez de terreno urbano para sua expansão, o processo de verticalização das favelas se traduz em piores condições de vida da população de baixa renda e no aumento da concentração populacional em habitações precárias. Acrescenta-se a isso o aumento de cortiços (até mesmo nas regiões periféricas) e a ocupação de prédios abandonados nas regiões centrais da cidade. Trata-se, em suma, de uma nova lógica imobiliária que reforça a desigualdade e a segregação (Sampaio; Pereira, 2003).

Nas periferias de São Paulo, a deficiência de acesso a equipamentos de saúde, educação e moradia adequada incide, em especial, sobre a população negra, uma vez que a maior parte dessa população encontra-se vivendo em localidades caracterizadas por este déficit (Rede Nossa São Paulo, 2022). Segundo Oliveira (2008), as reformas urbanísticas foram realizadas a partir da *desterritorialização* dos territórios negros¹⁴ na cidade, como Bexiga, Barra Funda,

¹³ Trata-se da ideia de uma cidade que se mantém na liderança do cenário econômico a partir da atração de empresas transnacionais e de fluxos internacionais de capital financeiro. Sobre a construção da imagem de São Paulo enquanto “cidade global”, consultar Ferreira (2004).

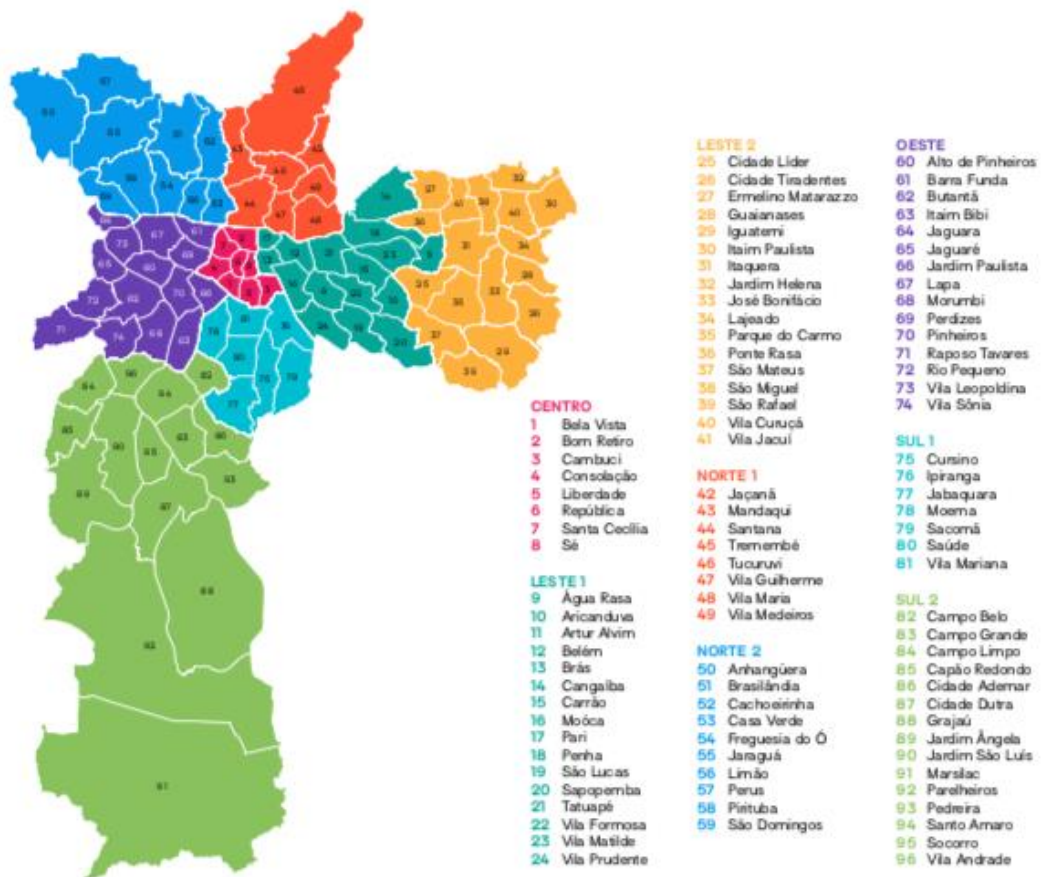
¹⁴ Os territórios negros são compreendidos aqui enquanto territórios dotados de uma história e uma tradição em torno do legado cultural e da sociabilidade afro-brasileira na cidade de São Paulo, o que

Liberdade e Lavapés, de modo que esta população foi sendo deslocada, paulatinamente, para as periferias, entre as décadas de 1930 e 1970. Nesse sentido, pode-se afirmar que na capital paulista “a força de trabalho, de baixa renda e negra, ocupa, em geral, os territórios de menor valor (localização, ambiente construído, funcionalidade e construção física)” (Oliveira, 2008, p. 64), evidenciando o caráter racial do processo de segregação na cidade.

Dados do último censo demográfico, em 2010, apontam que 6,54% da população paulistana se autodeclara preta e 30,50% parda (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, c2023a). Assim, embora a população preta e parda paulistana represente 37,1% do total populacional da cidade, ela não está distribuída geograficamente de maneira uniforme. Enquanto em distritos como Jardim Ângela, Grajaú, Parelheiros, Lajeado e Cidade Tiradentes mais de 55% da população autodeclara-se preta ou parda, no outro extremo temos distritos como Moema, Alto de Pinheiros, Itaim Bibi, Jardim Paulista, Vila Mariana e Perdizes, onde menos de 10% de população é preta ou parda (Rede Nossa São Paulo, 2022). Esses dados revelam que a população preta e parda da cidade de São Paulo está concentrada sobretudo em distritos localizados nos extremos da cidade (Mapa 1), caracterizados, em geral, pelo predomínio de uma população jovem, pela deficiência no acesso ao transporte público e pela precariedade habitacional. O distrito de Vila Andrade, por exemplo, que conta com 41,4% de sua população autodeclarando-se preta ou parda, possui a maior proporção de domicílios em favelas da cidade de São Paulo (32,7%), enquanto Marsilac, onde 48,6% da população é preta ou parda, se caracteriza como o distrito cujos habitantes apresentam maior tempo gasto com transporte público no acesso ao trabalho (média de 73 minutos no deslocamento no horário de pico da manhã) (Rede Nossa São Paulo, 2022).

inclui terreiros, quilombos urbanos, centros de cultura, escolas de samba e bairros de maior concentração de população negra (Oliveira, 2008; Rolnik, 2007).

Mapa 1 – Distritos do Município de São Paulo



Fonte: Rede Nossa São Paulo (2022).

Em contrapartida, segundo o arquiteto e urbanista brasileiro Flávio Villaça (2011), o Quadrante Sudoeste de São Paulo, caracterizado pela concentração das camadas de mais alta renda, aglutina as áreas da cidade com “nenhuma ou baixa privação” (p. 42) e a maioria dos distritos com menor população negra. Além disso, trata-se da região onde se localizam os melhores distritos para jovens, embora, de acordo com o Mapa da Desigualdade, seja a região com menor concentração da população entre 0 e 29 anos (Rede Nossa São Paulo, 2022).

Villaça (2011) aponta, ainda, que até mesmo o clima no Quadrante Sudoeste é mais ameno em comparação ao restante da cidade, o que pode ser explicado pela maior presença de áreas verdes nessa região. Este fator aprofunda a compreensão do espaço urbano enquanto espaço socialmente produzido, e não como dado da natureza, em suas múltiplas dimensões. Nesse sentido, podemos apontar também o controle do tempo de deslocamento diário no espaço urbano, considerado por Villaça (2011, p. 56) “a força mais poderosa sobre a produção do espaço urbano como um todo”. No caso dos habitantes das periferias, os deslocamentos diários são muito maiores e, conseqüentemente, o controle sobre o tempo é menor.

No tocante à violência de gênero, embora os maiores índices estejam concentrados na região central da cidade (Barra Funda, Sé e Brás), há coeficientes altos de mulheres vítimas de violência em distritos periféricos como São Miguel, Itaquera e Perus, onde mais 300 mulheres a cada 100 mil foi vítima de algum tipo de violência ao longo do ano de 2021 (Rede Nossa São Paulo, 2022). Todavia, cabe destacar que esse tipo de violência é costumeiramente subnotificado, fator agravado em contexto de pandemia, no qual as vítimas permaneceram mais tempo próximas de seus agressores. Os dados apresentados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, contudo, apontam que, se por um lado houve diminuição dos registros de violência doméstica desde o início da pandemia, o aumento dos índices de feminicídio aponta que, na verdade, as mulheres estavam encontrando maiores dificuldades para realizar a denúncia (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020).¹⁵

As periferias paulistanas, portanto, são caracterizadas não apenas pela sua distância em relação ao centro da cidade e por condições de precariedade habitacional, como também por baixos índices de qualidade de vida, associados à baixa disponibilidade de área verde, deficiência de acesso à equipamentos culturais, de lazer, de educação e de saúde, menor oferta de emprego formal, altos índices de violência urbana e policial e a um maior tempo gasto por seus moradores nos deslocamentos diários por transporte público (Rede Nossa São Paulo, 2022). Esta situação se contrasta profundamente com as condições de vida no Quadrante Sudoeste de São Paulo, caracterizando um quadro de segregação, no qual habitantes de uma mesma cidade a vivenciam de forma completamente distinta.

Nas sociedades atravessadas pela colonialidade do poder e pela segregação econômica, próprias do capitalismo, é na periferia, portanto, onde vive a maior parte da população preta e parda da cidade de São Paulo. A deficiência de acesso a equipamentos de infraestrutura urbana nestas localidades sobrecarrega em especial as mulheres negras que, além das longas jornadas de trabalho, que incluem muitas horas diárias no deslocamento por transporte público, são responsáveis pela manutenção do lar e dos cuidados com crianças e pessoas doentes da família. Soma-se a isso, a constante sujeição à violência de gênero, inerente ao padrão de colonialidade vigente, que se soma às dificuldades de denúncia e ao padrão de violência racial que atinge os territórios periféricos.

¹⁵ Outro fator que ajuda a explicar a subnotificação dos casos de violência doméstica nas periferias de São Paulo é a escassez de serviços especializados para o acolhimento de denúncias. A cidade de São Paulo conta com apenas 9 Delegacias de Defesa da Mulher (DDM), das quais 7 funcionam 24h (São Paulo, 2020).

2.4.1 A formação de movimentos socioterritoriais nas periferias paulistanas

Paralelamente ao processo de periferização da cidade, desenvolveram-se em São Paulo inúmeros movimentos sociais de luta por moradia, saúde, transporte e educação que, devido à sua relação específica com o território, podem ser considerados como embriões dos movimentos socioterritoriais urbanos. Destacam-se, nesse sentido, as Sociedades de Amigos de Bairro (SABs), que começaram a surgir na cidade no final da década de 1940 e foram bastante impulsionadas durante a curta gestão do prefeito Jânio Quadros (1953-1954). A partir de uma perspectiva classista, que ancorava trabalhadoras e trabalhadores como sujeitos de direitos, as reivindicações das SABs relacionavam-se sobretudo a melhorias nos serviços de infraestrutura urbana, exigindo, deste modo, a participação da classe trabalhadora no desenvolvimento da cidade (Fontes, 2013).

Com o golpe militar de 1964, as SABs passaram por um processo de esvaziamento e cooptação da maior parte de suas lideranças (Gohn, 1979), perdendo seu caráter mobilizador frente à população. Estes movimentos voltam a ser acionados na década de 1970, em um período de conformação de novos movimentos de articulação territorial, dentre os quais se destacam também as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ligadas à Igreja Católica. As CEBs foram constituídas a partir de experiências de Educação Popular e do uso do Método Paulo Freire, proibido pelo regime militar.

Por tal método, o aprendizado de leitura e da escrita é inseparável do uso que se faça desse instrumental na vida prática e, postulando um despertar crítico do educando, ele se dá vinculado à tomada de consciência das condições de vida e à elaboração coletiva de projetos de auto-organização (Sader, 1988, p. 148).

Assim, a partir de uma reformulação crítica de suas experiências cotidianas de existência, os membros destas comunidades começaram a reivindicar seus direitos, como o transporte público de qualidade, a coleta de lixo, saúde e educação, em conjunto com uma grande diversidade de organizações e movimentos populares, passando de uma estratégia de caridade, muito comum à Igreja Católica, a outra de libertação (Sader, 1988). As experiências das CEBs foram, nesse sentido, muito importantes para o desenvolvimento de vínculos de solidariedade entre moradores das periferias de São Paulo e de práticas de coletividade.

Na década de 1970 também merecem destaque os clubes de mães, dos quais ressaltam-se particularmente os da periferia sul de São Paulo. Vinculados ao cristianismo, estes clubes expandem-se à medida que as CEBs também se expandiam pelas periferias (Sader, 2013). Deste

modo, a partir da reunião de mulheres para a discussão do Evangelho, os problemas do cotidiano doméstico passaram a ser vistos sob uma perspectiva crítica, possibilitando o questionamento das relações de gênero impostas.

Trata-se da extensão do mundo feminino, tal como constituído no espaço familiar. As distâncias da cidade grande, as separações da família extensa, o esvaziamento da vida doméstica pelas jornadas de trabalho tornam o cotidiano da casa às vezes solitário. O clube de mães aparece aí como uma extensão das relações de vizinhança (Sader, 2013, p. 205).

Assim como nas Comunidades Eclesiais de Base, as mulheres que participavam dos clubes de mães passavam a olhar para a sua realidade com uma perspectiva mais crítica e seus problemas, antes vistos como particulares, passaram a ser vistos como questões sociais que poderiam ser alteradas a partir de novas práticas. Deste modo, com a formação de novas identidades coletivas, estas mulheres passaram a se organizar para exigir pequenas melhorias em seus bairros (Sader, 2013).

A influência da Igreja Católica na formação dos movimentos sociais no Brasil se deve sobretudo à proeminência da Teologia da Libertação, vertente progressista da Igreja que teve seu auge durante a segunda metade do século XX. Essa influência associa-se à forte presença das religiões de matriz africana, que trouxeram para o Brasil o cenário da “matrifocalidade” (Barbosa, 2019), no qual as mães de santo simbolizam a figura da mulher responsável pelo grupo familiar, mas dotando-as de uma dimensão valorativa em relação ao homem. Deste modo, a confluência do papel imposto pelas religiões cristãs às mulheres – um papel de cuidado da casa e do privado e de submissão ao homem, mas que começava a ser ressignificado com a Teologia da Libertação – com a figura da mulher nas religiões de matriz africana de independência e de responsabilidade pela manutenção de seus núcleos familiares possibilitou a conformação de um cenário no qual forjam-se “lideranças femininas, que se destacam em ações de defesa dos direitos sociais básicos e nas atividades de resistência dos bairros periféricos” (Barbosa, 2019, p. 41).

Durante a gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1992), no período pós-ditadura militar, os movimentos de moradia desenvolveram, em conjunto com o governo, projetos para a provisão de moradia por meio de mutirões, os quais contaram com ampla participação de mulheres na sua organização e direção (Schwartz, 2004). Ao participarem e liderarem estes movimentos, as mulheres periféricas colocam em crise a distribuição patriarcal do poder, característica do sistema moderno/colonial de gênero vigente (Lugones, 2008, 2007), e incorporam práticas coletivas de organização social e de tomadas de decisão. Considerando as

características raciais dos territórios periféricos, pode-se inferir a existência de um grande percentual de mulheres negras nos movimentos e mutirões relatados, além da chefatura de famílias nas periferias. Conforme veremos nos capítulos seguintes, as mulheres negras constituem parcela significativa do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto.

2.4.2 Os sujeitos periféricos na metrópole paulista

Estes movimentos de moradia contribuirão para a formulação de espaços de reflexão própria sobre os significados do termo “periferia”, que culminarão com os movimentos culturais da década de 1990. Segundo o sociólogo brasileiro Tiarajú Pablo D’Andrea (2013), entre as décadas de 1960 e 1980, durante o regime militar brasileiro, a preponderância da explicação sobre o termo “periferia” estava na academia, quando

[...] fazer pesquisas de campo na periferia, discorrer sobre ela, estudar as causas da produção desse fenômeno, denunciar suas mazelas ou descrever modos de vida aí presentes tornavam-se uma atividade altamente crítica à sociedade como um todo, quando não uma atividade expressamente militante (D’Andrea, 2013, p. 37).

Para D’Andrea (2013), é a partir da década de 1990 que a preponderância do entendimento sobre a periferia passa da academia para o campo da produção cultural artística, sobretudo da produção artística periférica. O cerne desta mudança, para o autor, reside no fato de que se tratava de uma elaboração sobre o conceito de periferia feita por moradores da periferia. Tratava-se de um contexto no qual, com o avanço da onda neoliberal e o consequente aumento do desemprego e da informalidade, somado ao crescimento da violência nos territórios periféricos, os moradores das periferias urbanas – em especial a juventude – adotam como uma de suas estratégias de sobrevivência a arte. Deste modo, uma série de elaborações sobre a sua própria realidade passa a dotar de significado as vivências das juventudes das periferias paulistanas, materializadas sobretudo através do hip-hop (D’Andrea, 2013). Os elementos presentes nesse movimento cultural abordam temas do cotidiano vivenciado nas periferias, como a violência policial, o racismo, a segregação urbana e, em menor escala, a violência de gênero.

O uso do termo “periferia” por estes movimentos culturais herda um conhecimento dos movimentos da década de 1980 e, segundo D’Andrea (2013), o aprofunda, dotando-o de uma maior criticidade. Nesse sentido, as contribuições do movimento hip-hop e, em particular do rap, foram centrais para a formulação do termo “periferia” não apenas enquanto território

caracterizado pela pobreza e pela violência, mas também pela cultura e pela potência. Nessa nova conotação apresentada pelos movimentos culturais, portanto, a periferia contém e, ao mesmo tempo, nega a pobreza e a violência. Em paralelo, apresenta-se uma realidade de orgulho e potência periférica, muito pautada no orgulho negro, na qual é forjada uma nova subjetividade: a do *sujeito periférico*.

Embora o sujeito periférico seja diverso, as características da população das periferias de São Paulo já apresentadas nos permitem apontar para um perfil majoritariamente negro e jovem. Ao longo desta dissertação, será direcionada especial atenção às mulheres e, mais especificamente, às mulheres negras, a quem, segundo a pesquisadora brasileira Eliete Edwiges Barbosa (2019) é imposto como lugar de ação a periferia, “local onde as classes sociais subalternizadas atuam socialmente” (p. 35). Deste modo, será discutido de que modo a subjetividade de mulheres se forja enquanto sujeitos periféricos a partir de sua participação e atuação no Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto.

2.5 BUENOS AIRES: DAS VILLAS AOS ASSENTAMENTOS

Assim como São Paulo, a Cidade Autônoma de Buenos Aires é atravessada por um processo de segregação socioespacial, o qual pode ser analisado sob diversos prismas. Rodríguez (2008) analisa a segregação residencial socioeconômica portenha a partir do nível máximo de instrução dos chefes de família. Segundo o pesquisador, os lares cujos chefes de família possuem nível máximo de instrução ainda muito baixo concentraram-se, entre 1991 e 2001, principalmente no corredor sul da cidade (Rodríguez, 2008). Trata-se de uma região caracterizada, de modo geral, por uma baixa renda diferencial, onde vive grande parte das populações imigrantes oriundas, principalmente, do Paraguai, Bolívia e Peru. Este fenômeno revela o componente racial da segregação portenha, já que parte significativa destes imigrantes são indígenas ou de descendência indígena (Luís, 2017).

Por outro lado, a segregação socioespacial portenha também pode ser analisada sob a perspectiva do nível de precariedade habitacional e do acesso desigual ao solo na cidade, o que caracteriza a formação das periferias. Deste modo, se na década de 1860, quando a pressão demográfica em Buenos Aires oriunda do processo de imigração¹⁶ proporciona a proliferação

¹⁶ O fenômeno da imigração europeia na Argentina e, em especial, em Buenos Aires, foi um dos mais acentuados de toda a América Latina. Segundo Quijano (2005), estima-se que no final do século XIX a população de Buenos Aires compunha-se em mais de 80% por imigrantes de origem europeia. Uma das consequências deste processo está na formação cultural da sociedade portenha, já que este massivo contingente imigrante levou um tempo para se separar da identidade de sua terra natal. A ideia da modernidade

de prédios de apartamentos para aluguel no centro da cidade (Di Virgilio; Arqueros Mejica; Guevara, 2012), nos quais moravam as camadas populares que não tinham acesso à casa própria, na década de 1930 surgem as primeiras *villas miséria*, definidas como

[...] bairros de traçado irregular, com moradias precárias, às vezes construídas com material de descarte e com carências de serviços de infraestrutura e equipamento, localizadas espontaneamente em terrenos vazios de domínio público ou privado (Di Virgilio; Arqueros Mejica; Guevara, 2012, p. 30, tradução nossa).

As primeiras *villas* surgiram no centro e em locais da Zona Sul da CABA e logo se expandiram para a Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA). Ainda na primeira metade do século XX, Buenos Aires se consolida como o principal centro urbano e industrial do país, devido ao processo que ficou conhecido como “industrialização por substituição de importações”¹⁷, fenômeno que propiciou a migração interna de amplos setores da população argentina do campo para as cidades. Logo foi desenvolvida uma nova forma de moradia popular como resposta às amplas camadas da população que se encontravam desassistidas em relação ao acesso à moradia digna: os *lotes económicos*. Localizados na Área Metropolitana da cidade “os *lotes económicos* permitiram o acesso à propriedade legal em terras suburbanas à população de baixa renda através do pagamento em parcelas em uma ou duas décadas” (Di Virgilio; Arqueros Mejica; Guevara, 2012, p. 30-31, tradução nossa, grifo dos autores).

Durante a ditadura militar argentina (1976-1983), houve um retrocesso nas políticas habitacionais, dificultando o acesso ao solo urbano para os setores populares. Dentre as ações articuladas pelo governo de Buenos Aires em relação à política habitacional, destacam-se: descongelamento dos aluguéis; erradicação das *villas* de emergência da cidade; proibição legal, através da Lei 8.912, dos lotes sem serviços (Guevara, 2015).

Todavia, com o fim da política de loteamento econômico e os altos índices de desemprego, que muitas vezes impediam o ingresso nos programas oficiais de habitação social do governo que ainda resistiram (Vidal-Koppman, 2007), os setores populares de Buenos Aires encontraram, durante o período final da ditadura militar, três estratégias de acesso à moradia: primeiramente, se generalizaram as ocupações de imóveis abandonados, em geral localizados

européia está fortemente presente, portanto, na construção da cidade, da qual a população indígena e afrodescendente foi sistematicamente excluída.

¹⁷ Como ficou conhecido o breve período de industrialização pelo qual passaram países como Brasil e Argentina entre as décadas de 1930 e 1970, resultado de uma crise externa provocada pela deterioração dos termos de troca. Para uma análise comparativa sobre a industrialização por substituição de importações no Brasil e na Argentina, consultar: Mattei e Santos Júnior (2009).

no centro da cidade; em segundo lugar, houve o repovoamento das *villas de emergencia* (Guevara, 2015); por fim, no chamado *conurbano bonaerense*¹⁸ surgiram inúmeros assentamentos, caracterizados por “seu caráter coletivo e organizado, e seu respeito às regulamentações vigentes em relação ao tamanho mínimo dos lotes, o traçado das ruas etc. para favorecer sua posterior regularização” (Di Virgilio; Arqueros Mejica; Guevara, 2012, p. 31, tradução nossa).

Assim como em São Paulo, a proliferação de assentamentos auto-organizados no entorno da Cidade Autônoma de Buenos Aires permite “altas taxas de acumulação realizadas com salários deprimidos” (Bonduki; Rolnik, 1982, p. 118), uma vez que os custos da reprodução da força de trabalho são direcionados principalmente para as trabalhadoras, cujos salários se mantêm baixos. Nesse sentido, salienta-se o impacto específico da falta de políticas públicas de moradia e de investimentos de infraestrutura nas periferias sobre as mulheres. Devido às características da colonialidade do gênero, as mulheres são as principais responsáveis pelas tarefas de reprodução da vida e da força de trabalho no interior das famílias, mesmo em condições de baixos salários e desemprego, situações típicas do neoliberalismo. Segundo Paredes:

As mulheres já incorporadas desde a colônia à matriz produtiva do país no neoliberalismo terão multitarefas muito importantes para o capital, como buscar aliviar a fome de suas famílias, porque os chamados provedores, seus maridos, haviam sido despedidos, estavam desempregados e muitos deles deprimidos em suas casas (Paredes, 2008, p. 3, tradução nossa).

No momento em que as políticas de loteamento estatal foram cortadas e os assentamentos urbanos precários na Área Metropolitana de Buenos Aires testemunhavam um crescimento populacional, um fenômeno oposto, iniciado duas décadas antes, se acentuou e passou a reorganizar espacialmente o entorno da Cidade Autônoma de Buenos Aires: trata-se da proliferação de condomínios fechados de alto padrão nas áreas adjacentes à cidade. Segundo Guevara (2015), tradicionalmente os setores da elite portenha concentravam-se no corredor norte da cidade e a infraestrutura urbana de transporte contemplava os setores populares, que se deslocam diariamente para a região central e seu entorno imediato. Tal estrutura não contemplava, portanto, os setores de renda média e alta que utilizam o transporte privado individual. A formação de condomínios fechados atraiu justamente estes setores que não

¹⁸ Trata-se da região situada ao redor da Cidade de Buenos Aires, composta por 24 distritos que, em conjunto com a CABA, formam a Área Metropolitana de Buenos Aires.

dependem da rede urbana de transporte coletivo e que passaram a procurar terrenos mais amplos, áreas verdes e maior segurança no entorno da CABA. Este processo possibilitou a formação de novos tipos de segregação urbana:

Esta confluência de processos tão diferentes em territórios demarcados propiciou a emergência de uma microsegregação, pela coexistência no mesmo espaço de empreendimentos imobiliários de setores de alta renda e bairros pobres (Guevara, 2015, p. 109, tradução nossa).

Ao passo que os condomínios fechados contam com todo tipo de infraestrutura urbana, na maior parte do *conurbano bonaerense* há uma carência de equipamentos públicos e parcelas consideráveis da população vivendo com necessidades básicas insatisfeitas, como hábitat, atenção sanitária e educação (Vidal-Koppmann, 2007). Tais estruturas compõem um modelo de desenvolvimento desigual, no qual duas realidades socioespaciais completamente distintas são sobrepostas, mas, ao mesmo tempo, se mantém apartadas, pois, na maior parte dos casos, as relações entre os condomínios de alto padrão e os moradores de assentamentos se limita ao oferecimento de postos de trabalho precarizados e a doações de cestas básicas esporadicamente:

Por um lado, se encontra a forte oposição entre bairros fechados de luxo e *villas miseráveis*; e por outro, as baixas densidades das pequenas localidades se relacionam com as baixas densidades dos conjuntos residenciais fechados, sem que se tenha encontrado uma forma adequada de integração (Vidal-Koppmann, 2007, tradução nossa).

Este processo foi potencializado pelas políticas de modernização da região central da cidade, que incorporaram bairros como Puerto Madero, San Telmo e La Boca (Guevara, 2015). Deste modo, bairros caracterizados por uma tradição popular, como La Boca, foram integrados aos roteiros turísticos, impelindo a população local a migrar para regiões periféricas¹⁹.

É possível afirmar que as localidades que compõem a Área Metropolitana de Buenos Aires nas quais se localizam estes assentamentos e *villas*, tais como Avellaneda, Lanús e Almirante Brown, formam uma rede urbana regional. Sob a perspectiva da formação socioespacial, podemos entendê-la como “um espaço com características físicas e

¹⁹ Nota-se que, a partir do uso do conceito de *periferia* de Bonduki e Rolnik (1982), não é possível caracterizar os condomínios privados de alto padrão que foram construídos no entorno da Cidade Autônoma de Buenos Aires enquanto regiões periféricas, pois não são áreas de baixa renda diferencial. No caso de moradores expulsos de seu lugar tradicional de moradia pela especulação imobiliária, como se sucedeu em bairros como La Boca, referimo-nos, portanto, ao seu deslocamento para as *villas miseria* e demais formas de assentamentos informais, estes sim considerados regiões periféricas.

socioculturais homogêneas, fruto de uma história que teceu relações que enraizaram os homens ao território e que particularizou este espaço” (Ferreira, 2011, p. 4). Por meio de uma Divisão Territorial do Trabalho (DTT), os distritos ou *partidos* se inserem em uma rede urbana regional de acordo com sua especialização produtiva. No caso da Área Metropolitana de Buenos Aires, também conhecida como Grande Buenos Aires, a região central da CABA congrega, de modo geral, os investimentos produtivos, ao passo que nas localidades ao seu entorno concentram-se as atividades de *reprodução social*²⁰ de trabalhadores, realizadas muitas vezes de maneira precarizada, pois são desprovidas de apoio estatal. Deste modo, as desigualdades inerentes ao padrão de poder global capitalista e ao sistema moderno/colonial de poder (Quijano, 2005) são inscritas espacialmente na formação da AMBA, propiciando a formação de uma segregação socioespacial interurbana (Roma, 2008).

À medida que a Cidade Autônoma de Buenos Aires se expandiu, portanto, o processo de urbanização transcendeu seus próprios limites, mantendo a predominância das atividades de reprodução social das classes populares circunscrita às *villas* e assentamentos nos territórios adjacentes à CABA, em regiões caracterizadas pela deficiência de políticas públicas e de infraestrutura urbana. Estes locais formam o chamado *conurbano bonaerense*. Enquanto isso, os investimentos do capital se concentram em alguns pontos da Cidade Autônoma de Buenos Aires. Segundo Ferreira (2011),

A incidência de desigualdades socioespaciais na escala interurbana geralmente recai sobre cidades não privilegiadas pela preferência em investimentos por grupos econômicos, ao menos até que uma nova lógica capitalista se instaure e reconduza o processo, e/ou políticas públicas de desenvolvimento econômico acrescentem à cidade qualidades atrativas para o capital, abrindo possibilidades para o desenvolvimento humano (Ferreira, 2011, p. 5).

Ao priorizar os investimentos estatais nas regiões habitadas pelas parcelas de renda média e alta, o Estado contribui para o aprofundamento do regime de acumulação capitalista, por um lado, e para a precarização dos níveis de vida de parcelas cada vez mais extensas da sociedade, por outro. Para Carlos (2007),

[...] a prática social é espacializada e a ação envolve espaço e tempo, realizando-se em várias escalas indissociáveis a partir do plano do lugar. Na

²⁰ Trata-se das atividades de reprodução da vida e da força de trabalho, tais como a alimentação e o cuidado de crianças e pessoas doentes. Para uma leitura mais detalhada sobre a Teoria da Reprodução Social, consultar Arruzza e Bhattacharya (2020).

cidade, revela-se como justaposição entre uma *morfologia social* (promovida pela diferenciação das classes na sociedade) e pela *morfologia espacial* (produzida pelas diferenças nas formas e modos de acesso aos espaços da vida, através do uso) (Carlos, 2007, p. 49, grifos da autora).

As diferentes formas de uso do solo na AMBA, portanto, revelam as diferenciações existentes em uma sociedade de classes, na qual o Estado age em benefício das classes dominantes, uma vez que destina os investimentos públicos prioritariamente a setores chave para o desenvolvimento de investimentos privados, tais como as infraestruturas viárias e de comunicação (Vidal-Koppmann, 2007).

Em uma sociedade capitalista atravessada pela colonialidade do poder, observa-se que, em geral, os setores mais afetados pela ausência do Estado na garantia de serviços de infraestrutura urbana são as pessoas não brancas. No caso específico de Buenos Aires, trata-se de indígenas, descendentes de indígenas, negros e imigrantes, oriundos de países do continente sul-americano²¹. Dentro desse contexto, as mulheres, por concentrarem as atividades de cuidados e de reprodução da vida, são afetadas de modo mais intenso pela ausência de investimentos do Estado.

2.5.1 A formação de movimentos socioterritoriais no conurbano bonaerense

A existência de movimentos socioterritoriais na Argentina vem de longa data e possui histórico protagonismo de mulheres. Na Cidade Autônoma de Buenos Aires destaca-se, nesse sentido, um dos movimentos mais importantes do país, reconhecido internacionalmente como tal: o movimento de mães e avós da Praça de Maio. Surgido durante a ditadura militar argentina (1976-1983), este movimento nasce a partir da mobilização de mulheres que tiveram seus filhos e netos desaparecidos pelo regime militar, em busca de respostas. Pouco a pouco passaram a organizar rondas semanais na Praça de Maio, localizada no centro da cidade. A apropriação territorial da praça por estas mulheres foi essencial para a formação da identidade do movimento e, ao mesmo tempo, para a transformação da Praça de Maio em um espaço histórico

²¹ Segundo dados do governo argentino, entre 2012 e 2020, 92% das autorizações para residência na Argentina foram concedidas para migrantes sul-americanos, dentre os quais destacam-se paraguaios, bolivianos – que representam uma migração mais antiga no país – e um crescente aumento da chegada de venezuelanos. Na Região Metropolitana de Buenos Aires, contudo, há um predomínio da migração paraguaia, que se caracteriza pelo baixo índice de escolaridade e de qualificação profissional. Entre os migrantes paraguaios cuja permanência na Argentina foi autorizada pelo governo entre 2018 e 2019, 48,1% tinham o nível primário completo ou secundário incompleto; 17,9% trabalhavam ou haviam trabalhado na construção civil e 17% tinham experiência com empregos administrativos (Argentina, 2021).

de resistência contra o regime militar e de luta em defesa dos direitos humanos (Rodríguez, 2012).

No interior do país merece destaque o surgimento dos MTDs a partir da década de 1990, que, devido ao uso do *piquete* como principal recurso para chamar a atenção sobre suas demandas, passou a ficar conhecido como “movimento de piqueteiros” (Neves, 2016; Svampa; Pereyra, 2004). Trata-se de um contexto de aceleração de privatizações levadas a cabo pelo governo de Carlos Menem (1989-1999), que provocou uma onda de demissões e de aumento do desemprego no país, levando ex-funcionários públicos com carreiras estáveis a juntarem-se a trabalhadores informais e ao enorme contingente de desempregados a exigir do governo uma solução para sua situação.

A partir do final da década de 1990, os MTDs espalham-se também pelo conurbano, onde as condições de desemprego urbano e precariedade laboral ao qual estavam submetidos seus moradores e moradoras eram ainda mais ostensivas (Neves, 2016). Tendo um grande número de mulheres em sua composição, que, além da falta de emprego, continuavam sobrecarregadas pelas tarefas domésticas para a manutenção de suas famílias, estes movimentos “a partir do modelo de organização territorial, saiam pelos bairros procurando mais pessoas para participar das mobilizações, oferecendo a possibilidade de ‘lutar’ por alimentos” (Bogado, 2009, p. 191).

Os MTDs, que posteriormente confluirão no chamado *movimento piqueteiro*, consistem em importantes movimentos socioterritoriais urbanos, que, ao colocarem em cena pública as problemáticas da fome e do desemprego em massa, politizaram a questão social, combatendo a visão neoliberal de que o desemprego é uma responsabilidade individual. Do mesmo modo, imprimem uma nova lógica de organização da classe trabalhadora, em um contexto de flexibilização e precarização do mercado laboral. Nesse sentido, a inscrição territorial do movimento possibilita a organização de novos setores da sociedade e a rearticulação dos setores mais afetados pela desestruturação do mercado de trabalho.

A “inscrição territorial” é simultaneamente um modo de inserção social das classes populares – a partir do bairro – e uma forma da política popular – uma maneira particular de relacionar-se com as instituições do Estado e um ponto de apoio para a ação coletiva. Assim, frente à desregulação do mercado de trabalho e à desintegração das proteções sociais (antes garantidas pelo Estado), o bairro é o suporte de uma forma específica de sociabilidade e de uma normatividade fundamental na qual se foram fortalecendo os laços cooperativos e a solidariedade – baixo nenhum ponto de vista “tradicionais” – em momentos críticos (Bertoni, 2014, p. 12-13, tradução nossa).

A inscrição territorial dos MTDs, portanto, possibilita a inserção na luta social de sujeitos anteriormente alijados dos espaços tradicionais de organização da classe trabalhadora, como os sindicatos. Quando as assembleias de organização política chegam aos bairros, mulheres que anteriormente conheciam apenas o trabalho doméstico e jovens que nunca tiveram acesso ao emprego formal têm, muitas vezes, a possibilidade de participar pela primeira vez de espaços de discussão política. Este fenômeno “deve ser entendido como um processo de repolitização, que passa por uma nova perspectiva de coletivização” (Neves, 2016, p. 300). Estes movimentos constituem as origens da formação da Frente Popular Darío Santillán, que devido a sua atuação nas periferias, será um dos objetos de estudo desta pesquisa, conforme veremos nos capítulos seguintes.

2.6 ASCENSÃO DA DIREITA E OFENSIVA NEOLIBERAL NO BRASIL E NA ARGENTINA DURANTE A DÉCADA DE 2010

Na década de 2010, a chegada tardia da crise de 2008 ao continente latino-americano veio acompanhada nos casos argentino e brasileiro de uma intensa crise política e do aprofundamento do regime neoliberal em ambos os países. No Brasil, a crise política iniciada durante o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff (2014-2016) culminou com sua precoce deposição pelo Congresso Federal em 2016, por meio de um processo de *impeachment*, sem que houvesse justificativa constitucional para tal. Por esse motivo, o *impeachment* de Dilma Rousseff é considerado um golpe institucional.

Para Santos e Pitillo (2020), o golpe de 2016 significou o fim do arranjo político materializado pela Constituição de 1988 que inaugurou a Nova República, devido à violação de seu mecanismo de legitimação – o voto popular – e à crise de representatividade que acompanhou o processo de *impeachment*. Nesse sentido, o golpe de 2016 pode ser considerado o mecanismo encontrado pelas classes dominantes brasileiras, por meio do então presidente Michel Temer (2016-2018), para impor uma agenda de aprofundamento do neoliberalismo, com a entrega do patrimônio público para empresas estrangeiras e o desmonte de direitos sociais e trabalhistas, o que significou o aumento da precarização das condições de vida no país²². Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua),

²² Prova cabal de que o golpe de 2016 havia sido articulado pelas classes dominantes brasileiras é a publicação do documento “Uma ponte para o futuro”, em 29 de outubro de 2015, menos de um ano antes da deposição de Dilma Rousseff. Publicado pela Fundação Ulysses Guimarães, ligada ao PMDB (atual MDB), partido de Michel Temer, então vice de Dilma, esse documento aponta a necessidade de aplicação de medidas de ajuste fiscal, visando garantir incentivos para a iniciativa privada (Fundação

no primeiro trimestre de 2017, a taxa de desocupação no Brasil alcançou 13,9%, índice recorde desde o início da série histórica, em 2012 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, c2023b).

Esse processo foi acompanhado do crescimento da extrema-direita no Brasil, que passou a apresentar níveis inéditos de enraizamento social e capacidade de mobilização popular, levando à eleição, em 2018, do presidente de extrema-direita Jair Bolsonaro. A gestão de Bolsonaro (2018-2020) significou uma série de retrocessos para a classe trabalhadora de modo geral e, em especial, para os moradores das periferias. O retrocesso dos direitos trabalhistas²³, o desmonte do regime de previdência e dos serviços públicos provocou o aumento do desemprego e da informalidade, somado a altos níveis de violência urbana. Conforme veremos, esse contexto foi ainda mais agravado durante a pandemia.

Na Argentina, o aprofundamento do neoliberalismo também veio acompanhado de uma crise política, que desaguou na eleição de Maurício Macri em 2015, produto do descontentamento e da perda de consenso social e eleitoral do kirchnerismo (Gambina, 2020), que havia governado o país de 2003 a 2015²⁴. De viés liberal, o governo Macri (2015-2019) apostou, logo no início do seu mandato, em uma política de desvalorização cambial, provocando um aumento nos preços da cesta básica que, por sua vez, impactou a população mais empobrecida do país. Além disso, o acordo com o FMI, que aumentou os níveis de endividamento público, trouxe como consequência uma política de recessão, provocando o aumento das tarifas dos serviços públicos e o crescimento do desemprego (Gambina, 2020).

Segundo o Observatório da Dívida Social Argentina da Universidade Católica Argentina, em 2016 o país havia atingido o índice mais alto de desemprego desde 2010, com 9,9% de sua população desempregada e 18% em situação de subemprego instável. Entre 2015 e 2016, mais de 600 mil pessoas ingressaram em condições de indigência, situação que passou

Ulysses Guimarães; Partido do Movimento Democrático Brasileiro, 2015). O corte de investimentos públicos teria sido materializado posteriormente com a aprovação, pelo governo Temer, do Teto de Gastos, medida que congelou o orçamento público em gastos sociais por 20 anos. O documento aponta também para a necessidade de uma reforma da previdência, que seria aprovada posteriormente no governo de Jair Bolsonaro (2018-2022).

²³ A Reforma Trabalhista aprovada em 2017, portanto ainda sob governo Temer, significou o desmonte dos direitos trabalhistas consubstanciados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Entre os principais retrocessos, destaca-se a abertura da possibilidade de que gestantes trabalhem em condições de insalubridade e o aumento das jornadas de trabalho. Para uma análise sobre os principais impactos da Reforma Trabalhista, consultar Carvalho (2017).

²⁴ Os casos de perseguição judicial e midiática pelos quais passaram Cristina Kirchner durante o seu segundo mandato (2011-2015) e Dilma Rousseff assemelham-se muito e demonstram como a violência de gênero alimenta o apoio popular à perseguição judicial contra as duas ex-presidentas. Para uma comparação mais aprofundada sobre os dois casos, consultar Rocío Azar e Motta (2019).

a abarcar 6,9% da população (Observatorio de la Deuda Social Argentina, 2017). O percentual de pessoas em situação de fome também aumentou progressivamente ao longo do governo Macri, alcançando 6% da população em 2018 (Observatorio de la Deuda Social Argentina, 2019a). Neste ano, o índice de indigência alcançava 8,8% no conurbano bonaerense, consolidando-se como a região urbana mais pobre do país (Observatorio de la Deuda Social Argentina, 2019b). Esses dados revelam o profundo impacto que as políticas de ajuste fiscal têm sobre a população das periferias.

2.7 GÊNERO, PANDEMIA E TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

Para uma análise consistente dos efeitos da crise potencializada pela pandemia de Covid-19 sobre as mulheres que vivem nas periferias de São Paulo e de Buenos Aires, é necessário recorrer a um aporte teórico que compreenda, ao mesmo tempo, as especificidades das relações de gênero em sociedades atravessadas pela colonialidade e a organização das esferas de produção e reprodução da vida no capitalismo. Nesse sentido, para além dos estudos sobre a colonialidade do gênero (Lugones, 2008), nos basearemos na Teoria da Reprodução Social (Bhattacharya, 2019) como eixo explicativo das desigualdades de gênero no sistema capitalista. Segundo esta teoria, o capitalismo é um sistema unitário, formado pelas esferas de produção e de reprodução. Assim, enquanto na esfera de produção a força de trabalho cria valor, essencial para o funcionamento do capitalismo, na esfera da reprodução social a força de trabalho é reproduzida, principalmente no espaço doméstico, sendo igualmente necessária para a manutenção do capital. Ressalta-se, conforme nos lembra Bengoa (2018), que ambas as esferas se encontram profundamente interligadas, funcionando como um só processo, “cujo objetivo deveria ser a satisfação das necessidades humanas” (p. 45).

Ao longo do desenvolvimento do sistema capitalista, coube às mulheres em geral as tarefas da esfera da reprodução social, relacionadas à responsabilidade pela garantia da alimentação, os cuidados de crianças e idosos, e a reprodução da própria classe trabalhadora (Bhattacharya, 2019). Trata-se de atividades essenciais para a manutenção do capitalismo e que, ao serem realizadas de forma não paga por mulheres, garantem sua própria superexploração. Em sociedades atravessadas pela colonialidade do gênero (Lugones, 2008), como é o caso das latino-americanas, esta superexploração se dá com ainda maior intensidade sobre mulheres não brancas, que além de realizarem essas atividades de forma não remunerada nos seus lares, são a maioria entre empregadas domésticas, vendedoras em supermercados, costureiras, além de

trabalharem nas atividades rurais principalmente na colheita.

Em um contexto de pandemia, as contradições de um sistema que necessita, ao mesmo tempo, da mão-de-obra de trabalhadores e da reprodução desta mão-de-obra são escancaradas. Nesse sentido, no âmbito da reprodução social, o aumento da demanda das tarefas de cuidado de pessoas doentes e de crianças que estão em casa devido ao fechamento temporário das escolas, bem como da limpeza de locais públicos e privados para conter a disseminação do vírus, recai sobretudo sobre as mulheres (Bhattacharya, 2020). Se historicamente as mulheres já se constituíam como as principais responsáveis pelas tarefas de cuidado, seja em âmbito doméstico, seja em âmbito público (as mulheres são, em geral, maioria entre as profissionais da saúde e da educação), no contexto da pandemia estas tarefas são redobradas, pois devem conciliar o aumento do serviço doméstico com o acompanhamento do estudo remoto das crianças e com os cuidados de familiares doentes (Goren; Jerez; Figueroa, 2020).

A pandemia representa, portanto, o aprofundamento da crise da reprodução social, provocada pela contradição entre as necessidades de acumulação do capital e da garantia de condições para a reprodução social de toda a população no neoliberalismo. Segundo Bengoa, essa crise possui

[...] efeitos devastadores para uma parte importante da população mundial, particularmente nos países menos industrializados. Tudo isto tem a ver com redução no gasto público em saúde pública, educação e políticas sociais em geral, com processos de privatização, desregulamentação e a chamada crise dos cuidados. Como consequência, se produz enorme insegurança na vida cotidiana que apresenta uma ordem de gênero, por serem as mulheres as responsáveis pela manutenção da vida socialmente: o que foi chamado de feminização da sobrevivência (Bengoa, 2018, p. 49-50).

Ao mesmo tempo, na esfera da produção, em especial no contexto latino-americano, as mulheres, além de receberem em média menos que os homens, estão mais expostas ao desemprego e à informalidade (Alfonso, 2020). Assim, para além do aumento das tarefas domésticas relacionadas à reprodução da vida, muitas mulheres não têm outra escolha além de realizar seus trabalhos de subsistência, muitas vezes no campo da informalidade, expondo-se à contaminação pelo vírus.

No Brasil, conforme aponta Macedo (2008), embora as famílias chefiadas por mulheres correspondam a um fenômeno recorrente desde, pelo menos, o século XIX, principalmente entre as camadas populares, nos últimos anos assiste-se a um aumento deste fenômeno, o qual é provocado, sobretudo, pela redução do poder econômico do homem em decorrência da crise do mercado de trabalho. Nas periferias de São Paulo, onde vive a maior parte da população

negra da cidade, observa-se uma grande presença de lares chefiados por mulheres negras. Segundo Oliveira (2008, p. 32), “no quadro individual e coletivo, é a mulher negra a principal responsável pela manutenção da família e pela sobrevivência social e econômica”.

Deste modo, desenha-se um cenário nas periferias paulistanas no qual há um predomínio de lares chefiados por mulheres negras, muitas das quais estão expostas ao desemprego ou à informalidade. Soma-se a isso, na pandemia, o aumento da demanda pelas tarefas na esfera da reprodução social, relacionadas, principalmente, com o cuidado de familiares e da casa. Neste contexto em que se evidencia a relevância do lar para a manutenção da vida, os gastos com moradia, seja com aluguel ou com a administração das despesas da casa, tendem a se tornar um dos principais gastos mensais das famílias. Segundo Alfonso (2020, p. 17), “as mulheres, os idosos e os doentes são os grupos mais afetados pela especulação fundiária e habitacional”, pois, além de serem minoria na propriedade das residências urbanas, as mulheres ainda carregam a dependência econômica de idosos, doentes e crianças. A questão da moradia, portanto, se sobressai como uma das preocupações centrais para as mulheres periféricas no contexto da pandemia.

No conurbano bonaerense, uma das dificuldades enfrentadas pelas mulheres moradoras das *villas* é a repressão das forças de segurança sobre suas formas de organização comunitária.

Quando começou a quarentena obrigatória, as forças de segurança, em alguns casos, pediam às mulheres que levam adiante *comedores* comunitários a fechar as portas para que o vírus não se propague; ordenavam os jovens com consumos problemáticos que perambulam – desesperados por seu vício – a entrarem nas casas; impediam que os vendedores ambulantes trabalhassem no bairro; acusavam de falsificar documentos aqueles que se deslocavam horas para ir trabalhar (Faur; Pita, 2020, p. 17, tradução nossa).

O recrudescimento da violência policial nas periferias se soma à preocupação pelo aumento dos casos de violência doméstica, já que a pandemia condiciona as mulheres a permanecerem mais tempo em casa com seus companheiros violentos (Gordon, 2020). Além disso, as vítimas deste tipo de violência podem encontrar desafios maiores para realizar denúncias devido às restrições aos deslocamentos na quarentena (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, 2020).

Para Czytajlo (2020, p. 82), “o surto de Covid-19 evidenciou novas manifestações de velhos problemas urbanos que estão ganhando relevância na discussão pública” (tradução nossa). Nesse sentido, a crise adensada pela pandemia aprofundou as desigualdades de classe, gênero e raça já existentes, de modo que os efeitos das políticas neoliberais – implementadas

em governos como o de Macri, na Argentina, e Temer e Bolsonaro, no Brasil –, de cortes nas áreas de saúde, educação e habitação recaem sobretudo sobre mulheres pobres, em geral não brancas, que vivem nas periferias das grandes cidades. Soma-se ao aprofundamento da violência econômica, o recrudescimento da violência física, manifestada pela repressão estatal e pelo aumento da violência doméstica.

Neste contexto, as mulheres que vivem nas periferias de São Paulo e de Buenos Aires vêm se organizando politicamente, rompendo com os poderes patriarcais historicamente definidos, como única alternativa de sobrevivência e transformação individual e coletiva. É neste movimento em direção à superação e à transcendência do gênero (Paredes, 2008) que as mulheres protagonizam o florescimento de momentos constitutivos (Zavaleta Mercado, 2015), que podem emergir enquanto novos tipos de sociedade, pautados na solidariedade de classe, na horizontalidade e na construção de relações não patriarcais.

Nos próximos capítulos buscaremos compreender de que modo mulheres atravessaram o contexto da pandemia nas periferias de São Paulo e de Buenos Aires a partir da análise de sua atuação em dois movimentos socioterritoriais: o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, em São Paulo, e a Frente Popular Darío Santillán, em Buenos Aires. A análise será realizada levando em conta a formação territorial de cada cidade, bem como o contexto histórico e político de formação de movimentos sociais urbanos em São Paulo e em Buenos Aires.

3 CAPÍTULO 2 – O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO E A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DE TRABALHADORAS NAS PERIFERIAS DE SÃO PAULO

Ocupamos pelos legítimos direitos negados,
sonegados.
Ocupamos, porque plantamos, mas não podemos
comer,
produzimos, mas não podemos comprar,
construímos, mas não podemos morar.
(Fragmento de “Pé no Barro”, de Lene Souza, 2021)

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto nasce no final da década de 1990, apresentando uma história marcada por estreita relação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na sua origem. Segundo a pesquisadora Débora Goulart (2011), já no III Encontro Nacional do MST, realizado em 1995, aparecem formulações sobre a necessidade de construção de uma unidade dos trabalhadores do campo com os da cidade, onde vive a maior parte da classe trabalhadora. No entanto, afirma a autora, foi a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, ocorrida em 1997, o acontecimento que aproximou o MST de forma deliberada aos movimentos sociais urbanos (Goulart, 2011).

O primeiro acampamento organizado pelo MTST aconteceu na cidade de Campinas-SP, na ocupação do Parque Oziel, em 1997, “e serviu como experiência de aplicação da forma de organização de acampamentos do MST em um contexto urbano, tendo sido concretizada por militantes deste movimento” (Goulart, 2011, p. 21). Após algumas tentativas de reintegração de posse, a ocupação se manteve e, em 2001, era habitada por mais de 10 mil famílias.

No entanto, segundo Goulart (2011), já em 2001 não havia mais registros da participação do MTST na construção do acampamento. A autora afirma que após a investida inicial no Parque Oziel “houve um processo de recuo dos militantes, que se voltaram para um processo de estudo das condições materiais e conjunturais nas cidades, revendo a necessidade de imprimir uma nova forma de organização da população” (Goulart, 2011, p. 25). Isso se deve ao fato de que a última década do século XX, como afirma Goulart (2011), foi marcada também por um processo de “reconfiguração das lutas sociais no Brasil” (p. 26), no qual muitas organizações de trabalhadores passaram a adotar posturas menos críticas em relação à ordem neoliberal vigente, ao passo que a luta popular se tornava terreno cada vez mais fértil para as reivindicações da classe trabalhadora. Conforme vimos no capítulo anterior, trata-se também do contexto de fortalecimento dos movimentos de cultura periféricos e de uma nova formulação

do termo “periferia”, a partir dos próprios moradores das regiões periféricas. O MTST, então, passa a procurar a “base pobre” (Goulart, 2011, p. 27) nas cidades, que se encontrava sobretudo nos territórios periféricos.

Em 2005, “após um período de formação dos militantes para uma atuação mais adequada ao contexto urbano” (Goulart, 2011, p. 52), o MTST inicia um processo de estadualização, intensificando suas ações na Grande São Paulo (Guarulhos, Osasco, Taboão da Serra, Itapeceira da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano). Segundo Goulart (2011), a estadualização ocorreu paralelamente à nacionalização e, em 2010, acontece o I Encontro Nacional do MTST, que reuniu representantes de sete estados (Pará, Roraima, Amazonas, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal). Desde então, o MTST vem expandindo sua atuação em diversos estados do país, tornando-se um dos movimentos sociais mais dinâmicos no atual contexto político brasileiro. O foco de sua atuação tem sido as periferias urbanas brasileiras, em especial regiões duramente afetadas pela pobreza, o que influencia na caracterização do perfil majoritário de seus membros:

[...] homens e mulheres, mas sobretudo mulheres, com baixa escolarização, empregadas informalmente em trabalhos não qualificados, com baixa remuneração ou desempregadas, que vivem em condições precárias de moradia (áreas irregulares, de risco ou em aglomerados multifamiliares); organizadas em famílias monoparentais femininas; com escasso acesso a serviços e equipamentos públicos (Carvalho-Silva; Tomizaki, 2021, p. 6).

Considerando os ângulos de análise propostos pela socióloga Maria da Glória Gohn (1997), analisaremos o MTST, internamente, a partir de suas reivindicações e repertórios de ação coletiva, ao passo que, externamente, analisaremos o contexto do cenário sociopolítico em que se insere, seus opositores e as articulações construídas pelo movimento. Contudo, dada a centralidade da perspectiva de gênero para os objetivos deste trabalho e considerando a grande presença feminina entre os membros do movimento, focaremos a investigação na participação das mulheres em ambos os ângulos de análise do movimento. Por fim, analisaremos a relação produzida pelo MTST com o território, a partir da perspectiva dos movimentos socioterritoriais, apresentada por Bernardo Mançano Fernandes (2005), buscando identificar de que modo a interação produzida pelo movimento com o território potencializa a formação de novas sociabilidades, ressignifica as relações de gênero vigentes em uma sociedade atravessada pela colonialidade do gênero (Lugones, 2008) e potencializa a formação de momentos constitutivos (Zavaleta Mercado, 2015) em direção a outras possibilidades de sociedade, pautadas na solidariedade de classe e na coletividade.

3.1 DAS OCUPAÇÕES AOS TRANCAMENTOS DE RODOVIAS: A (RE)APROPRIAÇÃO FEMINISTA DA CIDADE DO CAPITAL

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto se define enquanto “um movimento que organiza trabalhadores urbanos a partir do local em que vivem: os bairros periféricos” (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, 2015, p. 242). A partir da própria definição do movimento, é perceptível, portanto, a centralidade do território em que vivem seus membros para a constituição de uma identidade comum. Ou seja, não se trata de um movimento que organiza trabalhadores e trabalhadoras de uma determinada categoria, mas sim trabalhadores urbanos nas suas mais diversas expressões, que compartilham o fato de viverem em bairros periféricos. Na leitura do MTST, a concentração de trabalhadores urbanos nesses territórios é um reflexo direto do modelo de cidade existente dentro do sistema capitalista:

Não é nem nunca foi uma escolha dos trabalhadores morar nas periferias; ao contrário: o modelo de cidade capitalista é que joga os mais pobres em regiões cada vez mais distantes (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, 2015, p. 242).

Assumindo que o Estado é conivente com os interesses do capital, os quais, por sua vez, são contraditórios com os interesses da classe trabalhadora, o MTST identifica enquanto seu principal objetivo “a construção do poder popular, contra o capital e seu Estado” (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, 2015, p. 243). Em uma sociedade na qual o Estado favorece a especulação imobiliária (Boulos, 2012), portanto, não há nenhuma ilusão do movimento quanto às possibilidades de mudanças profundas da estrutura fundiária urbana a partir de reformas do Estado dentro do capitalismo. O foco passa a ser, então, a organização e o fortalecimento dos trabalhadores e das trabalhadoras para que se tornem cientes de seus direitos e para a construção do poder popular.

Apesar de a luta por moradia ser a bandeira central do movimento, marcando a identidade dos *sem-teto*, as reivindicações do MTST transcendem esta bandeira, partindo da compreensão de que o déficit habitacional está atrelado também à deficiência de acesso a equipamentos de infraestrutura urbana e à consolidação do direito à saúde e à educação – problemas estruturais das periferias urbanas, conforme vimos no capítulo 1. Deste modo, a luta por moradia é complementada pela bandeira da Reforma Urbana, que incorpora a reivindicação por uma alteração profunda na forma como as “cidades do capital” (Boulos, 2012) são construídas:

É um movimento de trabalhadores sem-teto que luta por moradia e por uma Reforma Urbana popular e classista. Mas o MTST não é um movimento de moradia. Lutamos por moradia, mas entendemos que esta luta é parte de uma luta maior por condições de vida dignas (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, 2015, p. 242).

À luta pela Reforma Urbana somam-se as bandeiras: da Reforma Tributária, para diminuir os impostos dos mais pobres e aumentar os impostos dos mais ricos; Reforma Política, para aumentar a participação popular nas decisões; Auditoria da Dívida, para cobrar a dívida dos bancos; Democratização dos meios de comunicação; e da Reforma Agrária (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, 2015). Trata-se de bandeiras que, em geral, se contrapõem não apenas à lógica da cidade do capital, mas à relação deste com o Estado e com a sociedade como um todo.

O principal repertório de atuação do MTST é a ocupação de terras urbanas. A escolha desta forma de ação parte da leitura de que o Estado está a serviço dos interesses do capital e que, portanto, a prioridade do movimento não deve ser a participação institucional, mas sim as formas de ação direta de pressão (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, 2015). Além de serem instrumentos de pressão dos grandes proprietários e do Estado, as ocupações são mecanismos de organização dos trabalhadores e de construção de poder popular, pois a vivência coletiva e a apropriação do território pelo movimento possibilitam a construção de relações que se opõem a lógica da cidade do capital, pautada pela segregação e pela opressão (Boulos, 2012). A partir da observação e de entrevistas com mulheres do MTST, Carvalho-Silva e Tomizaki (2021) destacam quatro aspectos fundamentais da experiência das ocupações:

(i) a ocupação como um lugar de segurança diante de constrangimentos e ameaças vivenciadas por conta da precariedade da moradia, tais como os riscos físicos e morais de se viver em áreas de risco, assim como os preconceitos sociais e estigmas que recaem sobre as pessoas moradoras de favelas e cortiços; (ii) a ocupação como um lugar de proteção contra a violência doméstica; (iii) a ocupação como um espaço de sociabilidade e lazer; (iv) a ocupação como espaço de solidariedade e apoio mútuo (Carvalho-Silva e Tomizaki, 2021, p. 11).

De acordo com Vera, liderança negra do movimento entrevistada para esta pesquisa, em média 70% das pessoas que procuram as ocupações são mulheres. Entre os motivos que explicam este fenômeno estão, segundo ela, a centralidade da figura da mulher enquanto responsável pelo lar e pela garantia de uma estabilidade para os filhos e filhas e a busca por um lugar livre da violência doméstica, corroborando alguns dos elementos apontados na pesquisa de Carvalho-Silva e Tomizaki (2021). Nesse sentido, o movimento torna-se um local onde as

mulheres encontram um local de pertencimento e, nas palavras de Vera, “entendem o papel que elas têm que cumprir na sociedade”²⁵.

Na mesma perspectiva, Sonia, outra liderança do MTST entrevistada para esta pesquisa, relata que a partir de uma oficina sobre violência realizada na Ocupação Copa do Povo, localizada na Zona Leste da cidade de São Paulo, na qual constatou-se que 70% das mulheres presentes haviam sido vítimas de violência doméstica ou haviam testemunhado esse tipo de violência, algumas militantes do MTST sentiram a necessidade de obtenção de um espaço para o acolhimento dessas vítimas. Daí nasce a Ocupação Teresa de Benguela.

E aí teve uma oficina que eles foram ouvir as pessoas, principalmente as mulheres, sobre violência. Aí 70% das mulheres do grupo de 300 falaram que elas foram vítimas ou elas foram testemunhas de violência doméstica. É o que nos levou a ter esse espaço, né? A gente fazia ações pontuais em algumas ocupações, assim. Essa roda de combate à violência aqui ou lá na Palestina, na Zona Sul, ou lá em Guarulhos, mas uma coisa assim, muito espontânea das mulheres ali e assim pontuais. Naquele momento aconteceu aquela violência dentro da ocupação e fazia essa roda de violência e propunha essas atividades, mas com o tempo a gente viu que a gente precisava cutucar esse monstro do machismo, né? Porque as mulheres vinham morar na ocupação e eram socadas pelos maridos. As militantes iam tocar ocupações e eram cutucadas pelos companheiros militantes. Então falamos: “peráí, a gente precisa ter um espaço, a gente precisa falar sobre isso, sobre essas violências, a violência militante e a violência estrutural, né?” (Sonia).²⁶

A Ocupação Teresa de Benguela, localizada na Cohab José Bonifácio, Zona Leste da cidade de São Paulo, funcionou como um centro de referência para as mulheres do MTST, onde já foram realizadas rodas de conversa sobre violência de gênero, autocuidado, oficinas de geração de renda, chás de bebês coletivos, atendimentos a gestantes e mutirões de atendimento jurídico que atendem também as mulheres que vivem no entorno da ocupação. Trata-se de um exemplo de como as ocupações são também espaços de segurança para mulheres contra a violência de gênero, um espaço onde reapropriam-se de seus corpos violentados e onde conseguem coletivamente encontrar caminhos para ressignificar suas formas de ser e estar no mundo.

As ocupações são potencializadas pela realização de trabalhos comunitários nos bairros próximos, como forma de ampliar a referência do movimento (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, 2015). A interação do MTST com o território e a produção de novos tipos de sociabilidades que desafiam a lógica da cidade do capital patriarcal transcendem, portanto, o

²⁵ Entrevista concedida à pesquisadora em 22 de fevereiro de 2022.

²⁶ Entrevista concedida à pesquisadora em 1º de março de 2022.

espaço das ocupações e alcançam trabalhadores e trabalhadoras que vivem nos bairros periféricos onde as ocupações são instaladas. Deste modo, de acordo com Vera, a escolha das periferias para a realização das ocupações é estratégica.

A gente escolhe terreno abandonado na periferia por esses motivos que eu te falei, mas também por um motivo, por uma tática de conseguir conversar também com o entorno da comunidade. A princípio, as pessoas que não entendem realmente rola um preconceito, “ah, são uns invasores né, vão trabalhar”. Mas a partir do momento que a gente enraíza uma ocupação, a gente mostra o contrário, porque a gente consegue com a nossa ocupação, com a nossa forma de organizar, trazer melhoria para o entorno. [...] aconteceu várias ocupações que tinha as demandas antigas da comunidade, mas a população não sabia como se organizar e o movimento foi fundamental pra ajudar. Vou dar exemplos. Teve uma ocupação lá na região do Capão Redondo, perto até onde eu morava, onde tinha uma demanda da comunidade que era a luta por um transporte que passasse no bairro e pela quantidade de pessoas que moravam deveria ter, só que as pessoas não sabiam como fazer. Então o movimento foi fundamental pra organizar a comunidade ao entorno pra fazer abaixo-assinado, pra fazer pressão na secretaria de transportes e aí através da ajuda do movimento organizando a comunidade, a gente conseguiu viabilizar o transporte (Vera).²⁷

Por fim, a terceira forma de atuação que é estratégica para o MTST consiste nos bloqueios de grandes avenidas e rodovias. Trata-se de uma forma de bloquear a circulação e venda de mercadorias, representando para o capital algo parecido a uma greve:

Por essas vias circulam as mercadorias das fábricas até os locais de venda, o que faz com que nossos bloqueios representem para o capital algo parecido a uma greve: não conseguem vender suas mercadorias. Estas ações, por isso, afetam duramente o sistema, gerando enormes prejuízos aos ricos e fazendo com que nossas reivindicações ganhem uma importância maior (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, 2015, p. 245).

Segundo Carvalho-Silva e Tomizaki (2021), existem três categorias de coletivos que compõem o MTST: coletivos políticos, coletivos organizativos ou setoriais e coletivos territoriais. Esta última categoria de coletivos é responsável pela organização das assembleias das ocupações, espaços de base do movimento, que constituem importantes espaços de formação política. A participação das mulheres nas assembleias, que muitas vezes têm pela primeira vez a experiência de fazer falas públicas, desafia a lógica patriarcal e colonial de gênero, que desumaniza mulheres negras e indígenas e submete as mulheres em geral a espaços distantes das discussões políticas. A experiência de Vera demonstra a potencialidade desses

²⁷ Entrevista concedida à pesquisadora em 22 de fevereiro de 2022.

espaços.

E aí na ocupação eu me encontrei. Por que eu me encontrei? Porque os meus questionamentos que eu achava que era errado, que a sociedade me colocava que era errado, né? Que mulher pode ficar aonde quiser, pode ter espaços de poder né, todas essas minhas indignações que eu tinha interna eu encontrei que elas realmente eram legítimas dentro de uma ocupação do movimento. Aonde eu vi o movimento com roda de conversa, potencializando o papel da mulher, da igualdade, com o mesmo direito que a mulher tem o homem tem. E aí foi quando... E aí eu vi mulheres fazendo assembleia e eu vi mulheres organizando a ocupação. Aí, indo na lógica do por que que o movimento que você vê é mais mulheres, às vezes mais mulheres na liderança, acho que um dos fatores principais é o que o movimento potencializa né? Potencializa, na realidade faz com que a lógica que deveria ser, de que a mulher tem direitos de fala, direito de coordenar, direito de estar onde ela quiser. E o movimento tem essa ferramenta de potencializar o papel da mulher realmente, do fato que a mulher tem que ocupar na sociedade, que é o papel da igualdade (Vera).²⁸

Se as assembleias constituem o primeiro espaço de formação política das mulheres que compõem o MTST, o desempenho de tarefas ligadas ao movimento constitui um segundo passo essencial no seu processo de politização. Trata-se do momento da práxis, em que valores democráticos associados à coletividade são apreendidos e praticados. Deste modo, o desenvolvimento de tarefas de militância contribui para o processo de politização e da tomada de consciência das mulheres enquanto sujeitos e, ao mesmo tempo, para o processo de desconstrução das relações de gênero vigentes em uma sociedade patriarcal.

3.2 DAS PERIFERIAS DE SÃO PAULO ÀS ARTICULAÇÕES INTERNACIONAIS

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto se define enquanto um movimento territorial que, conforme vimos na seção anterior, organiza trabalhadores e trabalhadoras nas periferias urbanas. Nesse sentido, as periferias podem ser consideradas o *cenário sociopolítico e cultural* em que se insere o movimento (Gohn, 1997) ou, partindo da definição de Touraine (1985), no âmbito dos estudos sobre Novos Movimentos Sociais, as periferias podem ser consideradas a *totalidade cultural* em que o movimento atua.

Assim como Gohn (1997), Touraine (1985) aponta para a necessidade de definição de um oponente ao movimento. Deste modo, assumindo uma postura anticapitalista, o MTST reconhece como adversários, além dos proprietários de bens imóveis sem função social, que possuem o objetivo único de especulação financeira, também o Estado que, na leitura do

²⁸ Entrevista concedida à pesquisadora em 22 de fevereiro de 2022.

movimento, favorece apenas uma pequena minoria:

O MTST tem como seu maior objetivo a luta contra o capital e o Estado que representa os interesses capitalistas. Sabemos que na atual forma de organização social não há espaço para a realização dos interesses da maioria, os trabalhadores. Tudo é transformado em mercadoria, inclusive nossos direitos. Apenas uma minoria tem acesso a condições dignas de vida. E o Estado atende exatamente a esta minoria (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, 2015, p. 243).

No entanto, a relação do movimento com o Estado foi mudando gradativamente, passando a ser visto como um espaço a ser disputado, principalmente a partir da ascensão da extrema-direita no Brasil, verificada com mais força pelo menos desde o golpe parlamentar de 2016²⁹ e que culminou com a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República, em 2018. É neste ano que Guilherme Boulos, liderança nacional do MTST, foi também candidato à Presidência da República pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e que a militante Jô Cavalcante se elegeu deputada estadual na Assembleia Legislativa de Pernambuco, pelo mandato coletivo das Juntas-PSOL. Em 2020, Guilherme Boulos candidatou-se à prefeitura da cidade de São Paulo, chegando ao segundo turno das eleições e consolidando-se enquanto uma das principais lideranças da esquerda no Brasil. Em 2022, elegeu-se deputado federal por São Paulo com mais de 1 milhão de votos, tornando-se o deputado mais bem votado do estado naquele pleito (Mello, 2022). No mesmo ano, Ediane Maria, também liderança do MTST, elegeu-se deputada estadual em São Paulo pelo PSOL, tornando-se a primeira empregada doméstica, e uma mulher negra, a ocupar uma vaga na Assembleia Legislativa de São Paulo (G1 SÃO PAULO, 2022).

Do ponto de vista de suas articulações externas, o MTST compõe a Frente Povo Sem Medo³⁰ e mantém uma relação de proximidade crescente com o PSOL, em âmbito nacional. Internacionalmente, o movimento compôs espaços como a Frente de Resistência Urbana pelos Territórios para a Vida Digna e o Bem Viver, em conjunto com movimentos urbanos da América Latina.

²⁹ Em 2016, a então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff foi destituída por meio de um processo de impeachment. A inexistência de crimes de responsabilidade que justificassem tal episódio faz com que muitos analistas jurídicos, políticos e intelectuais o caracterizem enquanto um golpe parlamentar. Para uma compreensão mais aprofundada sobre o significado do golpe de 2016 na conjuntura política brasileira, consultar Santos e Pitillo (2020).

³⁰ Sobre a Frente de Resistência Urbana, consultar Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (2017).

3.3 A TERRITORIALIZAÇÃO DO MTST E A (DES)CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO DA PANDEMIA

A partir da compreensão da centralidade do território para a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, adotaremos a perspectiva da geografia crítica, na leitura de Bernardo Mançano Fernandes, para analisar a relação entre território e movimento. Para o autor, o *território* é “o espaço apropriado por uma determinada ação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder” (Fernandes, 2005, p. 27). Desse modo, a primeira premissa para a conceitualização de território é a existência de conflitos, uma vez que o território está atravessado por relações sociais. Cada um dos atores sociais vai pensar o território de uma maneira distinta, o que faz do território “uma totalidade restringida pela intencionalidade que o criou” (Fernandes, 2005, p. 28).

Nas últimas décadas, o conceito de territorialização tem sido utilizado por cientistas sociais para explicar a atuação dos movimentos sociais na América Latina, devido à sua constante interação com o território. Nesse sentido, o território também pode ser entendido como a totalidade cultural que define a atuação de um movimento social, conforme a perspectiva de Touraine (1985). No caso do MTST, as ocupações e as periferias urbanas constituem o território primordial de sua atuação.

Fernandes (2005) argumenta que os movimentos produzidos nos territórios através das relações sociais que interagem com eles constituem um processo conhecido como “territorialização-desterritorialização-reterritorialização” (p. 29) ou TDR. A *territorialização* representa o momento de expansão e criação de novos territórios, ao passo que a *desterritorialização* significa a destruição ou o refluxo desses territórios produzidos. Por fim, os territórios voltam a se expandir em um movimento de *reterritorialização*.

Ao se territorializar, portanto, os movimentos sociais iniciam uma nova relação, que “acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfrentamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios” (Fernandes, 2005, p. 30). Segundo o geógrafo humano Carlos Walter Porto-Gonçalves (2002), o momento de territorialização também “enseja identidades-territorialidades que estão inscritas em processos, sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis” (p. 230).

Todavia, tais relações e identidades logo podem ser destruídas pela ação de algum ator com interesse contraditório, como uma empresa ou algum setor representante do mercado financeiro, por exemplo, em um processo de desterritorialização. Por fim, o processo de reterritorialização consiste na reapropriação do território com as relações pré-existentes. Tal

movimento é consequência da conflitualidade e é o que garante a transformação do espaço em território (Fernandes, 2005). No contexto urbano, parte considerável dessas tensões se traduz no processo de especulação imobiliária, que expulsa os habitantes mais pobres em direção às periferias.

A partir da incorporação da categoria território na definição de movimentos sociais, a geografia crítica chegou à identificação de *movimentos socioterritoriais*, entendidos como os movimentos que “para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades [...], de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização” (Fernandes, 2005, p. 31). Uma vez que o território é constituído a partir do espaço, “todos os movimentos são socioespaciais, inclusive os socioterritoriais” (Fernandes, 2005, p. 30). No entanto, não podemos afirmar o contrário, ou seja, nem todo movimento socioespacial é socioterritorial porque estes pressupõem um território definido. Em outras palavras, uma das características dos movimentos socioterritoriais, que os distinguem dos socioespaciais, é a mobilização do território enquanto principal estratégia para alcançar seus objetivos (Halvorsen; Fernandes; Torres, 2021). No contexto urbano, a luta por moradia constitui uma das principais bandeiras dos movimentos socioterritoriais:

Na cidade os movimentos socioterritoriais são predominantemente os movimentos de sem teto. Constroem seus espaços e especializam-se para conquistar o território, promovendo assim a territorialização da luta pela terra e pela moradia (Fernandes, 2005, p. 32).

Segundo Juan Wahren (2021, p. 21), “os movimentos sociais ‘territorializados’ complexificam e inovam, criando nessas práticas realizadas no território outros modos de pensar e praticar a economia, a saúde, a educação, a política, a cultura etc.” (tradução nossa). É dentro da disputa dos movimentos sociais pelo território, portanto, que surgem as demandas por autonomia e se produzem os momentos de maior criatividade, ou seja, de “latência” (Wahren, 2021) desses movimentos. Definimos aqui *autonomia* como o conjunto de práticas contra-hegemônicas desenvolvidas de maneira criativa pelos movimentos sociais “a partir de suas próprias lógicas sociais, políticas, econômicas e culturais” (Wahren, 2021, p. 21, tradução nossa). Para Fernandes (2005), o território é “espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência” (p. 28).

A partir de suas formas de autogestão e autogoverno, por exemplo, os movimentos socioterritoriais ressignificam o território em que estão presentes de forma autônoma, como um

“campo de experimentação social” (Santos, 2003³¹ apud Wahren, 2021, p. 21, tradução nossa), possibilitando a pré-figuração de novos tipos de sociedade, pautadas pela soberania popular e por modelos de democracia direta. Desse modo, o processo de territorialização dos movimentos sociais implica na incursão de práticas de autonomia de organização em relação ao modelo de Estado-Nação:

O desdobramento territorial dos movimentos sociais implica então novas práticas políticas e econômicas que, junto a inovadoras formas de ação coletiva, religam a diferentes atores sociais excluídos, que com suas próprias práticas ensaiam a constituição de novos modos de viver em sociedade, por fora dos limites tradicionalmente fixados pela institucionalidade do Estado-Nação (Wahren, 2021, p. 31, tradução nossa).

No caso do MTST, as ocupações constituem-se enquanto o principal campo de experimentação social, nos termos de Wahren (2021). De acordo com Vera, as ocupações podem ser consideradas verdadeiras escolas de conscientização sobre os direitos e sobre a força da coletividade.

Sem sombra de dúvida as ocupações é uma escola pra todas as pessoas que passam, né? Pra mim, assim, o ponto fundamental das ocupações é primeiro a consciência dos direitos. Muitas pessoas antes de conhecer uma ocupação do movimento acha tudo normal, acha que eu vou pra um hospital e ser mal atendido tá normal. Eu vou... o fato de não ter moradia é normal, o fato de o preço do alimento tá alto é normal, o fato da polícia que faz o genocídio do povo negro na quebrada é normal, tudo normal. Mas essa lógica é a lógica que a sociedade quer que as pessoas queiram e aceite, né? A sociedade tende a colocar as pessoas a pensar individualmente, né? Se eu não conseguir um bom emprego é porque eu não tive a capacidade, se eu não conseguir ter uma moradia é porque eu não tive a capacidade, se eu não conseguir estudar é porque eu não tive a capacidade, então a culpa é do indivíduo. Então a sociedade faz isso. Pra mim, e acho que pra maioria das pessoas que participam de uma ocupação do movimento entende que essa lógica que a sociedade quer colocar é uma lógica que é errada, que na realidade o coletivo é mais forte. Então qual que é a força da qual que é a nossa força perante ao governo, perante a tudo? É que nós somos a maioria, nós somos os 99% que sofre com a fome, que sofre de desemprego, que sofre com a ausência de políticas públicas, e aí se a gente se unir a gente consegue ter força pra mudar isso. Então o primeiro aprendizado que todo mundo que entra pra uma ocupação do movimento aprende é que o coletivo é mais forte e que essa lógica que a sociedade coloca do individualismo, ela é errada (Vera)³².

³¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Crítica de la razón indolente**: contra el desperdicio de la experiencia: para un nuevo sentido común: la ciencia, el derecho y la política en la transición paradigmática. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2003.

³² Entrevista concedida à pesquisadora em 22 de fevereiro de 2022.

A partir da compreensão do MTST enquanto um movimento socioterritorial, analisamos sua estratégia de territorialização no contexto da pandemia e de que modo este movimento contribuiu para a produção de autonomias e de novas sociabilidades, incluindo a reconstrução das relações de gênero. Para Vera, a pandemia significou o aprofundamento das desigualdades sociais já existentes, uma vez que foi acompanhada também pelo desmonte de políticas públicas para a garantia dos direitos sociais.

Acho que a pandemia foi um fator importantíssimo por conta do desemprego, por conta das dificuldades que as pessoas tiveram que viver, mas também a ausência de políticas públicas também foi um fator importantíssimo. Por quê? A nível federal, o Governo Federal, que era onde, dentro do país, o órgão responsável, era o órgão maior responsável por garantir o direito da moradia, deixou de fazer moradia. O programa Minha Casa Minha Vida³³, que era o programa que atendia o que a gente fala do déficit habitacional, que são as pessoas que ganham de zero a 2 salários mínimos e, dentro desse déficit, 70% são essas pessoas que ganham de zero a 2 salários mínimos; 30% são pessoas que ganham até mais, mas é a minoria. Então o Minha Casa Minha Vida pra gente era o único (Faixa 1, né?). Era o único programa que realmente de fato fazia moradias que atendia boa parte desse déficit. Claro com suas ineficiências, poderia ser bem maior, bem melhorado, mas era o único que existia. Com a chegada do Bolsonaro, ele... tem até pesquisas, que eu não sei dados de cabeça né, mas ele logo chegou cortando investimento em habitação, né? Ficou bem pouquinho. Depois se você quiser posso até mandar os dados que eu não sei de cabeça, mas tem pesquisas assim. Logo no início ele cortou o investimento em moradia. Acabou com o Minha Casa Minha Vida, criou o Casa Verde Amarela e pra gente o Casa Verde Amarela é um programa que não atende essas famílias que ganham de zero a 2 salários mínimos, porque é um programa de financiamento dos bancos e a maioria das famílias não tem dinheiro pra aplicar, tem famílias que têm o nome sujo, né? Então não consegue acessar moradia e sem contar que até mesmo o Casa Verde Amarela é bem pouquinho. Então acho que teve dois fatores agravantes: a ausência de políticas habitacionais e a pandemia, o desemprego, o alto custo de vida, a inflação lá em cima... Tudo isso foi condicionante pra que as pessoas... aumentasse o número de sem-tetos, né? (Vera)³⁴

A percepção de Vera pode ser corroborada pela análise da taxa de desocupação no Brasil durante a pandemia. No primeiro trimestre de 2020, a taxa de desocupação no país era de 12,4%, valor que alcançaria o pico de 14,9% no terceiro trimestre daquele mesmo ano (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, c2023b). A pandemia significou, portanto, o aumento da

³³ Programa nacional de provisão de habitação de interesse social lançado em 2009, pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva. Em 2020, durante a gestão do presidente Jair Bolsonaro, o Minha Casa Minha Vida (MCMV) foi substituído pelo Programa Casa Verde Amarela, com abrangência bem menor. No terceiro mandato de Lula (2023-atual), o MCMV foi retomado, com prioridade no atendimento à Faixa 1, isto é, famílias com renda bruta familiar mensal de até R\$2.640. A projeção do governo é contratar 2 milhões de obras até 2026 (Brasil, 2023).

³⁴ Entrevista concedida à pesquisadora em 22 de fevereiro de 2022.

precarização das condições de vida da grande maioria da população brasileira, situação agravada pela ausência do Estado na garantia das políticas habitacionais e dos demais direitos sociais. Entre as consequências mais alarmantes do aprofundamento das desigualdades sociais está a volta do Brasil ao mapa da fome, fenômeno visto com mais intensidade no campo e nas periferias das grandes cidades. Nas próximas seções, serão analisadas as táticas adotadas pelo MTST para lidar com estes aspectos da crise.

3.3.1 O Fundo de Emergência do MTST

Na primeira fase da pandemia, em 2020, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto inaugurou um Fundo de Emergência, com o objetivo de arrecadar fundos para apoiar famílias que vivem em diversas periferias do Brasil que foram afetadas pelo desemprego e pela fome, consequências indiretas da crise sanitária. Deste modo, a partir do apoio de setores da classe média, o MTST obteve recursos por meio de uma vaquinha virtual, que contou com uma campanha realizada com grandes artistas nacionais, possibilitando ao movimento distribuir mais de 68 toneladas de alimentos e mais de 280 litros de álcool em gel (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, c2023).

Em São Paulo, os alimentos e produtos de higiene comprados com os recursos obtidos pelo Fundo de Emergência foram distribuídos a famílias que vivem em favelas e bairros periféricos de toda a cidade, bem como para a população em situação de rua, juntamente com o Padre Júlio Lancelloti, histórico padre católico, militante em defesa dos direitos humanos e membro da Pastoral do Povo da Rua. Além disso, também foi criado um número de aplicativo (*whatsapp*) para informações sobre a Covid-19 para os acampados do movimento, com o objetivo de combater as informações falsas sobre a doença.

Ao distribuir alimentos e itens de higiene nas periferias, o MTST cria vínculos e relações com as famílias atingidas, contribuindo para a constante realização de trabalho de base e a consequente territorialização do movimento. A partir de práticas de solidariedade de classe, que se diferenciam de ações de caridade verticalizadas, é forjado um processo de politização e formação das pessoas que recebem as cestas básicas, que passam a questionar as causas da desigualdade. Além disso, são tecidos afetos e percepções sobre a importância da coletividade para a sobrevivência da comunidade, em oposição ao individualismo propagado pela racionalidade neoliberal.

3.3.2 As cozinhas solidárias

Em 2021, partindo da análise de que a crise se prolongaria por um longo período – em virtude da ausência de políticas de isolamento social, de combate ao desemprego e à fome e da demora na produção das vacinas –, o MTST se lançou para uma nova iniciativa: a construção das cozinhas solidárias. Inspiradas nos *comedores* comunitários argentinos e construídas em bairros periféricos de cidades de 10 estados brasileiros e do Distrito Federal, o objetivo das cozinhas é servir ao menos uma refeição diária gratuitamente para a comunidade local, incluindo dias de semana e finais de semana. Além disso, conjuntamente com as cozinhas são desenvolvidas hortas urbanas comunitárias que visam fornecer alimentos para as cozinhas e, se possível, doar para as comunidades próximas (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, 2021a).

Segundo Monica³⁵, militante do movimento entrevistada para essa pesquisa, uma das motivações para a aposta nas cozinhas solidárias também está nos altos preços do gás de cozinha – decorrentes da desregulamentação do preço dos hidrocarbonetos e desestatizações dos governos Temer e Bolsonaro – que impediam que as pessoas utilizassem os alimentos recebidos na cesta básica.

A construção das cozinhas solidárias parte da experiência das ocupações, nas quais as cozinhas coletivas estão sempre entre as primeiras estruturas montadas. As cozinhas tornaram-se importantes espaços de sociabilização e de tomada de decisões coletivas, e a ideia do movimento é expandir esta experiência das ocupações para diversas periferias do país. De acordo com Monica, as cozinhas também se tornaram um ponto de contato com pessoas não necessariamente vinculadas ao movimento:

E você pode fazer trabalhos de formação e educação dentro desses espaços. Então a gente tem em vários espaços as cozinhas solidárias, por exemplo, trabalho com criança, com educação, com adulto também, então você cria espaços de formação política ou de troca política dentro dos territórios, não necessariamente vinculado aos já militantes do movimento, você expande um pouco seus contatos, tem uma abertura, você cria pontos de contato. Então tem toda uma questão da solidariedade assim, de você estar proporcionando que as pessoas consigam sobreviver minimamente, mas também a questão de você ter esse contato com as periferias (Monica).³⁶

A ampla participação de mulheres nas cozinhas indica sua centralidade nos núcleos

³⁵ Entrevista concedida à pesquisadora em 16 de fevereiro de 2022.

³⁶ Entrevista concedida à pesquisadora em 16 de fevereiro de 2022.

comunitários. Nesse sentido, as cozinhas coletivas tornaram-se importantes espaços para trocas de impressões e experiências entre as mulheres sobre suas próprias vidas, de modo que questões pessoais, ligadas geralmente ao ambiente privado, tornam-se públicas e políticas (Carvalho-Silva; Tomizaki, 2021). Trata-se, portanto, de espaços de politização de militantes, que, além de terem a oportunidade de refletir criticamente sobre experiências pessoais, passam a dimensionar a importância do ato de cozinhar, visto não apenas como uma tarefa doméstica, mas sim como uma medida necessária para a garantia da permanência das ocupações e da sobrevivência de suas comunidades.

Figura 1 – Cozinha Solidária do Jardim Ângela, localizada no extremo sul do município de São Paulo



Fonte: Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (2021b).

Na pandemia, a dimensão política do ato de alimentar a comunidade em um contexto de agravamento do desemprego e da insegurança alimentar no Brasil se amplia. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no primeiro trimestre de 2021, o desemprego havia atingido novamente o índice de 14,9% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, c2023b). Do mesmo modo, dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, desenvolvido pela Rede

PENSSAN, afirmam que em 2020, do total de 211,7 milhões de pessoas que vivem no Brasil, 116,8 milhões convivem com algum grau de insegurança alimentar (leve, moderada ou grave) e cerca de 19 milhões de pessoas convivem com a fome. Em 2022, esse número passou para 33,1 milhões de pessoas sem ter o que comer (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2022).

A construção das cozinhas solidárias, portanto, contribui para o processo de territorialização do MTST e para a consolidação de laços de solidariedade entre moradores das periferias paulistanas. Um passo importante para a consolidação de novos tipos de sociabilidade e do florescimento de novos momentos constitutivos (Zavaleta Mercado, 2015) se dá quando a partir da necessidade de sobrevivência individual e familiar – entre o final de 2021 e início de 2022, 14,9% dos domicílios localizados em área urbana no Brasil conviviam com situações de insegurança alimentar moderada e 15% com insegurança alimentar grave (fome) (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2022) – percebe-se a necessidade da coletividade para a superação da crise, em um processo semelhante pelo qual passam militantes que vivem ou já viveram em ocupações.

3.3.3 Gênero, território e pandemia nas periferias de São Paulo

A partir da compreensão do gênero enquanto eixo articulador da modernidade (Lugones, 2008), analisamos de que modo as relações de gênero operam no contexto das ações produzidas pelo MTST e na sua interação com os territórios periféricos. Para Lugones, o gênero teve um papel central na “desintegração das relações comunais e igualitárias, do pensamento ritual, da autoridade e do processo coletivo de tomada de decisões e das economias” (Lugones, 2008, p. 92-93, tradução nossa), sendo a imposição da heterossexualidade parte constitutiva deste processo (Lugones, 2007). Deste modo, sendo o gênero parte constituinte da colonialidade do poder, caracterizando o sistema moderno/colonial de gênero, torna-se ineludível afirmar, diante do exposto nas seções anteriores, que as ações do movimento levadas a cabo por mulheres desafiam a lógica patriarcal e colonial de gênero, resgatando elementos de coletividade e de solidariedade. Para Barbosa (2019), a forte presença de mulheres negras na liderança de movimentos sociais contribui e, ao mesmo tempo, é fruto do resgate de elementos da *matrifocalidade africana*:

O protagonismo negro se constitui, assim, como uma prática de resistência que articula dimensões originárias da matriz africana por sua vez mobilizadas

como resposta necessária de sobrevivência a um mecanismo de opressão constituído historicamente (Barbosa, 2019, p. 21).

A participação de mulheres nas ações de militância do MTST possibilita um processo de politização e da tomada de consciência de si, de sua relação com o mundo e da sua concepção de realidade, identidade e organização social, rompendo com a colonização da memória característica da modernidade (Lugones, 2014). Neste processo, suas identidades também se transformam, forjando-se enquanto sujeitos periféricos (D’Andrea, 2013) que resistem à colonialidade do gênero a partir do habitar a si mesmas (Lugones, 2014). Do mesmo modo, essas mulheres reapropriam-se de seus corpos, a partir da compreensão do corpo enquanto construção histórica (Gómez Grijalva, 2014), dando um significado político à violência de gênero a que são submetidas e encontrando formas de superação de traumas causados por essa violência. Seus corpos transformam-se, portanto, em territórios políticos, “corpos-territórios” (Cruz Hernandez, 2016), a partir da interpretação de que são permeados por construções culturais e disputas de poder.

Paralelamente, os territórios periféricos que habitam, locais a que são submetidos os seres humanos historicamente desprovidos de humanidade pelo colonialidade do poder, são dotados de um novo significado, permeado de resistência, vida e coletividade. Trata-se de um movimento de duplo sentido, no qual estas mulheres, a partir de tal processo de conscientização e reapropriação de seus corpos-territórios, constituem e são constituídas pelo território periférico.

Em um contexto de pandemia e de aumento da violência, as ações destas mulheres são responsáveis pela garantia de sua própria vida e da vida de suas comunidades, asseverando, ao mesmo tempo, a manutenção da produção econômica, uma vez que, ao garantirem as tarefas relacionadas à reprodução social, criam condições mínimas para a manutenção da esfera da produção. Além disso, a partir de um reencontro consigo mesmas, resgatam conhecimentos marginais (Lugones, 2005), criando possibilidades de re-existências e de formação de uma nova subjetividade insurgente. Tais conhecimentos são constituídos nos encontros possibilitados através da reapropriação de seus corpos-territórios e dos territórios periféricos.

4 CAPÍTULO 3 – FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN: DO PIQUETE À CONSTRUÇÃO DE PODER POPULAR

*Quiso ser justo entre los justos
 Ayudó como pudo en el desorden de la retirada
 Cuidó a los más desesperados
 Dio aliento al que sufría las heridas (eran balas de goma
 y después de plomo)
 Siguió siendo justo con ojos desencajados
 Por los gases y las visiones del dolor
 Ardía, era muy joven, no había bebido los alegres vinos
 en la noche de bodas,
 Sintió que vivía las vísperas del adiós
 Estaba marcado y lo perseguían
 Apenas tuvo tiempo de tomar la mano del compañero en agonías
 No es bueno que muera en soledad...
 Es necesario que alguien sostenga su mirada...
 Es justo morir a su lado, acaso dijo...
 ... Dio su espalda a la partida de asesinos
 Los tiros fueron muchos y sintió que una nube de brazos
 lo subían otra vez a su navío
 Y mientras los vientos y las aguas lo llevaban del este hacia el oeste
 Vio como las rojas y amarillas, humildes mariposas del bañado
 Nunca antes tan brillantes
 Rompían con sus alas
 Las puertas de cristal del paraíso...*

(Fragmento do poema “Pasión por la Justicia”, de Vicente Zito Lema, 2005)

A história da Frente Popular Darío Santillán remonta à formação dos MTDs e da conformação do chamado *movimiento piqueteiro* na Argentina, entre o final do século XX e início do século XXI. Esses movimentos inauguram um processo de lutas no país em que a corrosão da atividade sindical abre espaço para o fortalecimento dos movimentos socioterritoriais, construídos no dia a dia dos bairros populares dos centros urbanos e no interior do país. Devido à centralidade desse processo para a compreensão dos antecedentes da FPDS, realizaremos alguns apontamentos sobre os eventos que marcaram a dinâmica de mobilização territorial na Argentina a partir da década de 1980.

A literatura aponta uma dupla origem na formação do Movimento de Trabalhadores Desocupados na Argentina (Svampa; Pereira, 2004; Bertoni, 2014). De um lado, está a “vertente disruptiva” (Bertoni, 2014, p. 7), surgida no interior argentino em meados da década de 1990, que protagonizou as *puebladas* e os *piquetes*; de outro, o movimento de bairro, recuperando lógicas de organização da luta por terra e moradia na região metropolitana de Buenos Aires a partir da década de 1980.

A vertente que dá origem ao nome “piqueteiro” surge no interior do país durante o primeiro governo de Carlos Menem (1989-1995), nas províncias mais afetadas pelas privatizações e pela diminuição do quadro de funcionários públicos. O nome piqueteiro remete ao uso frequente de piquetes por esses trabalhadores (Neves, 2016), mas também estavam presentes no repertório de atuação desses movimentos as *puebladas* – “mobilizações massivas das comunidades onde se assentam os movimentos como forma de pressão contra o Estado” (Neves, 2016, p. 291) – e os trancamentos de rodovias, tática que, conforme vimos no capítulo anterior, também é utilizada pelo MTST.

O primeiro trancamento de rodovia com impacto nacional aconteceu na cidade de Cutral Co, localizada na província de Neuquén, em que trabalhadores petroleiros que haviam ficado desempregados com o início do processo de privatização da Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) – principal empresa petroleira da Argentina – realizaram verdadeiras barricadas para dar visibilidade à sua insatisfação. Nesse sentido, como observou Carvalho (2009), há uma ressignificação do uso dos piquetes que, de tradicional tática grevista utilizada para interromper os “fura-greves”, passaram a ser não mais utilizados para impedir a produção de mercadorias, mas sim para parar a sua circulação. Para Fernanda³⁷, militante da FPDS – Corrente Plurinacional³⁸ entrevistada para esta pesquisa, o corte de rodovias era um lugar de coletivo, onde as pessoas se juntavam para pensar em como sair da crise. Juan, outro militante histórico da FPDS entrevistado para esta pesquisa, afirma que já nesse momento era perceptível o forte protagonismo de mulheres nos piquetes.

Trata-se de um contexto de intensificação de políticas neoliberais, que resultaram na “degradação do tecido social argentino e no empobrecimento da população” (Santos, 2018, p. 183). Segundo Svampa e Pereyra (2014), um dos fatores que propiciou a emergência dos movimentos de piqueteiros nesse contexto foi justamente a ausência de políticas estatais para a contenção do desemprego, somada à tradição política organizativa na Argentina que havia sido combatida pelo peronismo. Em outras palavras, a transformação das condições de reprodução material das camadas populares, em um contexto de completa ausência do Estado, possibilitou a reorganização de espaços de construção coletiva no interior argentino. Soma-se a isso o forte

³⁷ Entrevista concedida à pesquisadora em 17 de agosto de 2022. Tradução nossa.

³⁸ Conforme será abordado ao longo deste capítulo, em 2013 torna-se pública uma ruptura na Frente Popular Darío Santillán, que dá origem à Frente Popular Darío Santillán – Corrente Plurinacional. Atualmente, há três setores que reivindicam o nome Frente Popular Darío Santillán: a Corrente Plurinacional; um setor que está mais presente na capital; e outro com forte presença no conurbano bonaerense e nas demais províncias do país.

impacto, no cenário internacional, do Zapatismo³⁹, que coloca em evidência a temática dos sujeitos marginalizados e da organização territorial.

Ao passo que no interior argentino o desemprego recaiu sobre trabalhadores com carreiras mais estáveis, como os petroleiros, nas grandes cidades o programa de ajuste de Menem dificultou mais ainda a sobrevivência de quem já dependia do mercado informal (Neves, 2016). Nesse sentido, trabalhadores desempregados da região metropolitana de Buenos Aires, que já se organizavam territorialmente em um processo decorrente da desindustrialização e do empobrecimento da sociedade argentina desde a década de 1980, trazem a experiência de organização e de solidariedade entre a classe trabalhadora dos sindicatos para os bairros, fortalecendo sua organização territorial. A partir da realização de assembleias, debatiam quais eram as principais demandas locais e partiam para a organização de bibliotecas populares, hortas comunitárias, *comedores populares* (refeitórios populares)⁴⁰, grupos de apoio escolar para crianças e até mesmo práticas de construção de moradias. Sobre o contexto de mobilizações da década de 1990, Fernanda que mora no distrito de La Matanza, no conurbano bonaerense, relata sua experiência:

Comecei a conhecer a luta desde perto nos anos 1990 contra as privatizações, contra... nessa época as lutas... estava aqui o Menem como presidente e haviam fortes políticas públicas neoliberais, as quais atravessavam a educação, a saúde e os grandes sindicatos organizados nos atravessava porque estávamos em pé de luta constantemente, lutando por salário, contra a precarização laboral e contra as privatizações desse tempo. As grandes lutas todos os dias eram na rua. Então havia lutas e processos que começamos muito forte, que afetavam a classe trabalhadora fortemente. Nessas lutas também os piquetes nos nossos bairros, que era La Matanza precisamente, eu militava no Oeste, que era a Província de Buenos Aires, La Matanza, havia populações na Zona Sul, no interior do país, nas províncias, a expressão eram os cortes de rodovias, os piquetes, a organização de assembleias, havia muitíssima quantidade de movimentos de trabalhadores desempregados que se organizavam (Fernanda).⁴¹

³⁹ O levantamento armado do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no dia 1º de janeiro de 1994 em Chiapas, no México, provocou a formação de uma rede transnacional de solidariedade e a criação de uma referência simbólica para uma nova geração de movimentos sociais, caracterizados por uma forte atuação nos territórios, nos quais a figura do indígena condensa a metáfora da exclusão em tempos de globalização e, ao mesmo tempo, da resistência. Sobre a rede transnacional criada em torno do zapatismo, consultar Rovira (2005).

⁴⁰ Os *comedores populares* são restaurantes comunitários autogeridos, em que são servidas refeições gratuitamente para a população do bairro. Os *comedores* argentinos serviram de inspiração para a criação das cozinhas solidárias do MTST, conforme vimos no capítulo anterior.

⁴¹ Entrevista concedida à pesquisadora em 17 de agosto de 2022. Tradução nossa.

Segundo Juan, esses movimentos chegavam a contar com 80% de mulheres em sua composição, aspecto sobre o qual reflete:

Bom, com respeito à presença de companheiras nestes movimentos, esses primeiros movimentos, eu conheci bastante o territorial aqui no conurbano, a pergunta é, bom, criticar um pouco a presença das mulheres, não? As mulheres em geral, justamente pelo sistema patriarcal, digamos, em que haviam sido educadas, estavam assignadas às tarefas de cuidado. E justamente também por isso, nas nossas sociedades os homens que um pouco jogavam o papel de provedores estavam totalmente deprimidos porque não havia... não podiam cumprir esse papel. Então os homens em geral o que faziam dessas famílias é que se iam embora. Iam de muitas formas: iam porque iam embora da casa, iam porque entravam no tema do alcoolismo, iam porque um dia roubavam e iam presos... mas de alguma forma iam. E as mulheres não podiam ir porque cuidavam das crianças. Além disso, as mulheres têm uma vida muito mais organizada porque as crianças têm horários. Um homem pode se levantar ao meio-dia porque está deprimido e passa todo o dia na cama. A mulher não, porque as crianças se levantam cedo, têm que ir à escola, tem que dar comida. Ou seja, a mulher estava muito mais inteira desde o ponto de vista psicológico, não? Estava muito mais inteira psicologicamente para enfrentar a luta. Então em quase todos os movimentos as incorporações se davam da mulher ao homem, ou seja, a primeira que se incorporava ao movimento era a mulher, que no melhor dos casos dizia “bom, temos que conseguir alimento, conseguir algo para comer” e ia à paróquia ou algum lugar político e conseguia pouco ou nada e em algum momento se encontrava com alguma companheira de um grupo que estava se organizando e dizia “bom, temos que sair para a rua, temos que cortar a via”. E o que acontecia? Depois os maridos se queixavam que as mulheres estavam cortando a via (Juan)⁴².

Paralelamente ao processo de fortalecimento da luta nos bairros e dos piquetes, houve um movimento muito forte na Argentina de retomada de fábricas abandonadas. Assim, durante o processo de desindustrialização decorrente das políticas neoliberais dos anos 1990, trabalhadores que perderam seus empregos com a falência de fábricas passaram a ocupá-las e geri-las de modo cooperativo. Fernanda, que participou de um processo de ocupação de fábrica em La Matanza, relata como foi um momento de grande aprendizagem, potência criativa e fortalecimento do coletivo, mas também de muita responsabilidade:

Todo esse processo foi muito interessante, porque a Argentina não voltou a ser a mesma. Começamos a ver ocupações de lugares, começamos a nos apropriar de lugares abandonados pelos patrões. Fábricas, o que eu te dizia, recuperamos fábricas, então essa apropriação de um lugar onde se produziam sonhos, se produziam trabalhos materiais, onde as pessoas produziam algo e esse algo era remunerado economicamente [...]. Então havia uma grande responsabilidade, também, Helena, porque estava nas nossas mãos poder

⁴² Entrevista concedida à pesquisadora em 10 de agosto de 2022. Tradução nossa.

decidir organizar com outros companheiros e companheiras o que vamos fazer deste lugar. Nós vamos poder produzir o que havia aqui (Fernanda).⁴³

A crescente insatisfação popular com o desemprego e a precarização das condições de vida tem seu ponto de inflexão no governo do sucessor de Menem, Fernando de la Rúa, cujo ministro da Economia decretou o congelamento dos depósitos bancários, em uma medida que ficou conhecida como “*corralito*” (Santos, 2018). Com o aumento exponencial do desemprego e da pobreza, trabalhadores desempregados engrossaram as fileiras dos Movimentos de Trabalhadores Desocupados, ao passo que *comedores populares* se multiplicaram pelos bairros como forma de conter a fome. Com o aumento das mobilizações, o presidente Fernando de la Rúa renunciou e a mobilização popular tomou conta das ruas, tendo seu ápice nos dias 19 e 20 de dezembro de 2001, quando a palavra de ordem “*!Que se vayan todos!*” (Fora todos!) deu voz a um sentimento geral de rejeição à classe política.

Naqueles dias, a Argentina experienciou níveis inéditos de mobilização popular, que caracterizam uma conjuntura revolucionária. Centenas de assembleias de bairro realizavam-se cotidianamente em todo o país, com adesão massiva. Nestas reuniões de iniciativa popular discutiam-se os problemas da nação e encaminhavam-se ações concretas. Na capital, representantes dos assembleístas se reuniam aos domingos no Parque Centenário na tentativa de articular ações conjuntas (Santos, 2018, p. 187).

Fernanda também participou ativamente dos acontecimentos de 2001 e conta que havia uma insatisfação muito grande nas ruas, mas que ninguém sabia muito bem o que viria depois:

O que sei é que foi uma coisa muito importante para mim, como que intervir nessa rebelião é ver de perto que algo estava começando a mudar, que dizer basta a este neoliberalismo, dizer basta às políticas que estão sendo levadas adiante, dizer basta à repressão que estávamos vivendo, era um momento muito muito importante, era um momento como que para dizer que estávamos tirando um governo, mas não sabia muito bem o que viria depois (Fernanda).⁴⁴

Nesse cenário, os movimentos de piquetes do interior argentino e os movimentos de bairro ganham protagonismo nacional e dão os primeiros passos para sua consolidação no país. A partir de então, será possível identificar pelo menos três lógicas principais presentes na consolidação dos MTDs: “uma lógica sindical, uma política partidária e uma lógica de ação territorial” (Svampa; Pereyra, 2004, p. 6). A confluência, portanto, de militantes de origem

⁴³ Entrevista concedida à pesquisadora em 17 de agosto de 2022. Tradução nossa.

⁴⁴ Entrevista concedida à pesquisadora em 17 de agosto de 2022. Tradução nossa.

sindical, de militantes organizados de partidos de esquerda (muitos dos quais, trotskistas) e de lideranças autonomistas gestadas a partir das organizações de bairro vai explicar a heterogeneidade dos Movimentos de Trabalhadores Desocupados e, ao mesmo tempo, sua previsível desarticulação em anos posteriores.

Para além da diversidade política em sua composição, os MTDs também possuem uma heterogeneidade em sua composição social. Segundo Neves (2016), há uma participação significativa de jovens e mulheres nesses movimentos, o que nos fornece pistas para compreender quais são os setores mais duramente afetados pela crise econômica e pelo desemprego. Em relação à participação de mulheres, Fernanda relata:

E nesse mesmo momento, era destacável isso que falamos anteriormente: o papel das mulheres. O papel das mulheres era falar nas assembleias, construir uma biblioteca popular, fazer trabalho de enfermagem, trabalho de educação, de saúde, que organizavam os companheiros quando estavam preparando com o engenheiro. Então era um protagonismo novo, eram mulheres que estavam em casa cozinhando antes e cuidando das crianças. Hoje eram protagonistas que já não queriam apenas cozinhar, porque... diziam [aos homens]: “Bom, hoje cozinham vocês, nós hoje vamos nos dedicar a outra coisa, falar de outra coisa”. Ainda não falávamos de aborto, ainda não falávamos de outra coisa, mas sim falávamos de violência, sim falávamos sobre o que passava a essas mulheres [...]. Como que começamos a falar de coisas que não nos animávamos a falar. Então nesses encontros, nesse lugar, onde estávamos pensando o futuro de nossas vidas, das nossas projeções, falávamos dessas coisas, isso foi muito lindo (Fernanda).⁴⁵

Segundo Veronica Gago (2020), na crise que estourou em 2001, diante do esfacelamento social, foram as mulheres que se encarregaram de produzir espaços de reprodução da vida a partir da lógica comunitária. Trata-se, portanto, de um contexto de politização das tarefas de reprodução social, que saem do âmbito doméstico e chegam às ruas dos bairros por meio do protagonismo de mulheres. Nesse sentido, é inegável o reconhecimento do papel de destaque que as mulheres tiveram na consolidação dos MTDs. Ao participar desse processo, as mulheres passam da condição de vítimas de violência doméstica para protagonistas da construção de um novo “vir-a-ser”, passando a pensar em projetos de futuro e na construção de outros modelos de sociedade, dando novo significado ao sentido da reprodução social e das violências que sofrem.

⁴⁵ Entrevista concedida à pesquisadora em 17 de agosto de 2022. Tradução nossa.

4.1 O NASCIMENTO DA FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN: DIANTE DA ESCALADA DA REPRESSÃO, A BUSCA POR UNIDADE

Em agosto de 2001, uma série de pequenos movimentos que protagonizaram cortes de rodovias e piquetes no país na década de 1990 une-se na conformação de uma nova organização, a Coordenadora Aníbal Verón, que apesar de sua curta duração, cumpriu um importante papel de colocar no cenário nacional o conflito piqueteiro e as reivindicações dos trabalhadores desocupados (Bertoni, 2014). Segundo Juan, trata-se do contexto em que os movimentos piqueteiros começam a colocar-se enquanto movimentos relevantes e que passam a conquistar parte de suas reivindicações a partir de sua mobilização.

A Coordenadora Aníbal Verón absorve tradições dos movimentos territoriais do conurbano da década de 1990, como o trabalho com crianças (apoio escolar e educação infantil), organização de hortas e bibliotecas comunitárias. Nesse sentido, era bastante comum a participação de famílias inteiras no movimento, em uma incorporação que acontecia, conforme vimos, a partir de mulheres e jovens, passando, em seguida, para os homens adultos de um núcleo familiar. Juan nos conta, por exemplo, que uma das leitoras voluntárias de uma biblioteca de cegos organizada pelo movimento era Mabel Ruiz, mãe de Maximiliano Kostecki, que terminaria assassinado em 2002 no episódio que ficou conhecido como *Massacre de Avellaneda*⁴⁶.

Tendo como uma de suas protagonistas a Coordenadora Aníbal Verón, no dia 26 de junho de 2002, o corte da Ponte Pueyrredón, que liga a cidade de Buenos Aires ao partido de Avellaneda, ao sul da capital argentina, deixa dois mártires, Darío Santillán, de 21 anos, e Maximiliano Kostecki, de 25, militantes da Coordenadora. Ambos foram assassinados com tiros durante uma repressão policial que deixou outros 33 feridos e 160 manifestantes presos (Frente Popular Darío Santillán, 2022).

Cinquenta metros mais adiante do lugar onde Aurora caiu, uns 200 piqueteiros enfrentávamos com pedras e estilingues no cordão da Bonaerense e da Prefeitura [*Prefectura*] que avançava disparando. Tratávamos de demorar a investida para organizar a retirada. Ali, entre nós, estavam Maximiliano Kostecki, Miguel Ángel Paniagua e Carlos Romeo parados à altura do arco de entrada do Carrefour. Um mesmo disparo de nove balas foi dado aos três: para Maxi, a lesão no peito foi mortal (Frente Popular Darío Santillán, 2012, p. 47, tradução nossa).

⁴⁶ Entrevista concedida à pesquisadora em 10 de agosto de 2022. Tradução nossa.

Em uma publicação coletiva organizada pela FPDS, os acontecimentos do dia 26 de junho de 2002 são narrados retrospectivamente por testemunhas do conflito. Depois de levar um tiro no peito, Maxi, como o chamavam seus companheiros, ficou jogado no chão e Darío, que já estava na saída da estação, volta e vai ao encontro de seu companheiro. Confrontando seu corpo com a polícia, pedindo para que não o atirassem, Darío é atingido por uma bala nas costas que tira a sua vida. Este incidente, que entrou para a história como o Massacre de Avellaneda, representa um ponto de inflexão na história das lutas populares da Argentina e, em especial, para a Coordenadora Aníbal Verón. Com o assassinato dos dois jovens e a brutal repressão policial ocorrida naquela data, as feridas da última ditadura militar argentina (1976-1983) foram reabertas em um país ainda traumatizado pelo terrorismo de Estado. Segundo a socióloga Maristella Svampa:

O temor a uma grande repressão, evocando os horrores da passada ditadura militar, abriu uma grande ferida nas organizações mobilizadas, que encontraria uma acelerada confirmação nos sucessivos desalojamentos e repressões que caracterizaram o final do governo provisório de Eduardo Duhalde (2002-2003) (Svampa, 2011, p. 22, tradução nossa).

De fato, poucos meses depois do ocorrido, no fim de 2002, a Coordenadora se dissolve, “em razão das distintas leituras sobre a conjuntura política que se abria e sobre como levar adiante os reclamos de justiça pela forte repressão e o posterior assassinato de Santillán e Kosteki na Ponte Pueyrredón” (Bertoni, 2014, p. 37, tradução nossa). Desse modo, como uma tentativa de superar a fragmentação do movimento piqueteiro, ex-integrantes da Coordenadora Aníbal Verón juntam-se em uma nova articulação de movimentos: o Movimento de Trabalhadores Desocupados “Aníbal Verón” (MTD Aníbal Verón), que em pouco tempo começou a fragmentar-se novamente, mas que pode ser considerado como o antecedente imediato da FPDS.

Segundo a pesquisadora Gimena Bertoni (2014), em março de 2003 já havia três linhas distintas no interior do movimento em relação à leitura de conjuntura e às estratégias políticas que deveriam ser adotadas naquele momento: um bloco classista, mais ligado ao Partido Justicialista; um bloco dos “não alinhados”, com posicionamentos bastante autonomistas, considerado por Juan⁴⁷ como uma espécie de neoanarquismo; e o “núcleo de afinidade”, que defendia a necessidade de organização de uma ferramenta política que não fosse um partido.

É nesse contexto que Néstor Kirchner é eleito, encontrando o movimento piqueteiro

⁴⁷ Entrevista concedida à pesquisadora em 10 de agosto de 2022. Tradução nossa.

bastante fragmentado. Em dezembro de 2003, o bloco dos não alinhados rompe definitivamente com o MTD Aníbal Verón, enquanto a corrente classista termina a se juntar ao Partido Justicialista. Por fim, o núcleo de afinidade, que seguiu levando o nome MTD Aníbal Verón, passa a pensar a possibilidade de uma “articulação mais ampla por fora do marco setorial dos desocupados” (Bertoni, 2014, p. 39, tradução nossa). É nesses marcos que, em 2004, depois das rupturas, o MTD Aníbal Verón estabelece uma mesa de articulação com outras 6 organizações menores: Movimento de Unidade Popular (MUP); União de Trabalhadores em Luta Sul (UTLS); Movimento de Trabalhadores Desocupados A Verdade, de origem trotskista; Movimento Resistir e Vencer 26 de Junho (MRV-26), de origem peronista; Centro Popular Augustín Tosco e a Coordenadora de Trabalhadores Desocupados “Trabalho e Dignidade” Aníbal Verón. Compreendendo a importância da unidade para a superação daquela conjuntura, essas organizações decidem conjuntamente que passariam a se chamar Frente Popular Darío Santillán.

Em primeiro lugar, devemos sublinhar que a unidade, nos distintos planos, se apresenta como a tarefa central da etapa. Por um lado, vamos nos agrupando quem demonstramos na prática uma coerência político-ideológica determinada e assim surge este espaço de agrupações. Por outro, buscamos confluir com os demais setores em luta, embora não compartilhem suas projeções estratégicas. Nenhuma organização por si mesma está em condições de liderar um projeto de mudança social no nosso país. A unidade do campo popular, tantas vezes enunciada, deverá ser verificada nas práticas concretas (Frente Popular Darío Santillán, 2013, p. 45, tradução nossa).⁴⁸

Um dos motivos pelos quais a construção de unidade entre organizações com tradições políticas distintas foi bem-sucedida foi a sua priorização pela prática, deixando em segundo plano as polêmicas que envolviam as grandes discussões políticas. Ademais, a adoção do método de “*cruce por abajo*”, em que eram organizados espaços de discussão que envolviam militantes de todas as organizações, possibilitou o encontro da militância e o florescimento de relações de amizade e companheirismo. Desse modo, a fusão entre as organizações deixou de ser apenas um acordo entre dirigentes.

O reconhecimento da pluralidade de setores atingidos pelas políticas neoliberais daquele período poderia ser um obstáculo para a consolidação da unidade. No entanto, a resposta encontrada pelas organizações que conformavam a Frente Popular Darío Santillán foi a adoção do caráter multisetorial. Assim, se em um momento anterior a figura dos trabalhadores

⁴⁸ Documento interno de fundação da Frente Popular Darío Santillán publicado em setembro de 2004, assinado pelas sete organizações que deram origem ao movimento.

desocupados era central para a formação dos MTDs, agora esses trabalhadores juntam-se à juventude, trabalhadores sindicalizados, organizações de moradores, organizações culturais e feministas. Além disso, eram realizados espaços auto-organizados de discussão de cada um desses setores, como por exemplo encontros feministas e de juventude e cada organização tinha o que poderia ser considerado um “ponto forte”, isto é, um eixo no qual tinha melhor capacidade de intervenção. Segundo Juan⁴⁹, o ponto forte do MTD Aníbal Verón era justamente o espaço de mulheres, que ajudou a impulsionar a formulação do debate feminista no interior da FPDS.

Fernanda relata como são enriquecedores os espaços de trocas entre os diferentes setores da FPDS:

Mais além do que cada um em seu setor, o rico que éramos uma organização intersetorial, tínhamos que encontrar a viabilidade para que isso pudesse acontecer. Os companheiros lutavam pelo plano de trabalho⁵⁰ por mais planos para construção nas pedreiras, para mais *comedores*, e isso era um processo... Nós lutávamos ao mesmo tempo por um sindicato independente à burocracia, os jovens que lutavam por que tipo de educação queríamos nas universidades e nas escolas, o setor de educação, os companheiros de saúde que saúde queríamos? Então todos discutíamos, cada um em seu setor, mas depois fazíamos plenárias ou encontros, mesas nacionais onde tudo isso nos enriquecia intersetorialmente, me entende? (Fernanda)⁵¹

Deste modo, as trocas intersetoriais fortaleciam também a política interna do movimento, contribuindo para a criação de espaços que abarcassem a pluralidade de sujeitos. A valorização da infância na FPDS, por exemplo, com a destinação de espaços próprios para crianças durante as reuniões, possibilita a participação de mães nas reuniões que não teriam outra alternativa para deixar seus filhos. Com o objetivo de fragmentar o poder interno, formaram-se diferentes equipes no interior da FPDS, cada uma encarregada de uma tarefa mais específica da organização, como por exemplo equipe de discussões políticas, equipe de imprensa, equipe de finanças e equipe de formação, das quais participavam dirigentes de cada uma das organizações que deu origem à FPDS, abarcando a pluralidade de sujeitos no interior dessas organizações.

Nesse sentido, opta-se pelo uso do termo “popular” para abranger a diversidade de setores que conformam a classe trabalhadora argentina. Não abandonando o horizonte socialista e a centralidade da luta de classes para a leitura da sociedade, o *popular* refere-se às

⁴⁹ Entrevista concedida à pesquisadora em 10 de agosto de 2022. Tradução nossa.

⁵⁰ Modalidade de política de assistência existente na Argentina que oferece subsídios para a realização de obras em bairros periféricos e para o funcionamento de cooperativas.

⁵¹ Entrevista concedida à pesquisadora em 17 de agosto de 2022. Tradução nossa.

transformações que vem sofrendo a classe trabalhadora no continente sul-americano na etapa neoliberal do capitalismo – muito embora esse termo já vinha sendo utilizado há décadas no continente:

A denominação de popular se corresponde com a valorização de que no nosso país (e no mundo) as grandes transformações produzidas na economia capitalista nas últimas décadas, com a geração dos “abandonados” (caracterizados como populações excedentes), com o aparecimento de profissionais autônomos e pequenos proprietários que são assalariados ocultos e profissionais proletarizados, que estabelecem novas formas de vinculação com a exploração capitalista e por outro lado camadas gerenciais e burocráticas que sem ser donas dos meios de produção compartilham os benefícios do sistema, produziram mudanças que devemos considerar quando pretendemos caracterizar o sujeito das grandes transformações sociais. Este sujeito já não pode se limitar à classe trabalhadora ocupada formalmente, mas sim a um conjunto de setores sociais que são vítimas diretas ou indiretas do capitalismo e que só podem ser realizadas como tais enquanto protagonizarem mudanças revolucionárias, motivo pelo qual dizemos que o sujeito é plural e multisetorial, e o denominamos como povo trabalhador, ou como povo. Este reconhecimento da pluralidade do sujeito não atribui a todos os setores o mesmo peso estratégico, já que reconhecemos potencialidades diferentes de acordo com o lugar que ocupam na produção, suas possibilidades de acumular vitórias e de se organizar, desde suas dimensões quantitativas e desde a sua experiência de luta (Frente Popular Darío Santillán, 2013, p. 67-68, tradução nossa).

O debate sobre o *popular* relaciona-se com a perspectiva da Teologia da Libertação e da influência do pensamento de Paulo Freire sobre os movimentos sociais na América Latina. No Brasil, conforme aponta Semeraro (2007), durante a segunda metade da década de 1960, no contexto da ditadura militar (1964-1965), o apelo à ideia de libertação resgata as raízes populares de um país cujas feridas coloniais permaneciam abertas. Assim, “o ser humano sem história, totalmente vulnerável, sem nenhuma importância, espoliado, destituído dos direitos mais elementares de vida, destinado a desaparecer sem deixar rastro” (Semeraro, 2007, p. 98), isto é, o *oprimido*, torna-se um sujeito revolucionário, evocando a carga de desumanização provocada pelo capitalismo nos países periféricos. São esses sujeitos oprimidos que protagonizaram a conquista de uma nova hegemonia no processo de luta pela redemocratização do Brasil, por meio dos movimentos populares que surgiram naquele contexto.

Assim, a denominação *popular*, bastante presente em diversos movimentos sociais da América Latina, evoca a condição do oprimido em sociedades onde o trabalhador de fábrica e/ou sindicalizado era a exceção, e não a regra, da realidade das classes subalternas no continente – condição essa que seria ainda agravada em contextos de ofensiva neoliberal, como foi a década de 1990.

O resgate do nome de Darío também pode ser interpretado como influência da Teologia da Libertação e da ideia de sujeito oprimido, que amplia o conceito de classe social, a partir da perspectiva dos marginalizados que se tornam capazes de libertar o próprio mundo. No entanto, aqui a ideia de oprimido passa a contribuir também para a conformação de um novo *ethos* militante, jovem e solidário – bastante característico dos movimentos autônomos dessa geração – resgatando a nobreza de quem havia dado a sua vida ao próximo.

Na realidade, Darío voltou por todos. Pelo seu irmão e pela sua namorada. Pelos seus companheiros de bairro e os demais. Por Maxi agonizante. Por todos os que, diante do perigo, não decidimos voltar. Darío voltou à estação por pura consequência com os valores, simples, cotidianos e revolucionários, que aprendeu e praticou na sua militância. Havia dito, na última marcha da Resistência com as Mães da Praça de Maio: “Pesamos muito a valorização de todos aqueles que deram a vida, mais de 30 mil companheiros que lutaram pelo mesmo que estamos lutando hoje. O que sentimos em carne própria é que somos os mesmos que lutaram naqueles anos. Somos a continuidade dessa história.” Por aqueles companheiros caídos, que reencarnam em cada piqueteiro em luta e que voltavam a cair com Maxi, Darío voltou. Para deixar testemunho com sua vida de que, ainda que nos sigam matando, seguiremos resistindo (Frente Popular Darío Santillán, 2012, p. 60, tradução nossa).

Deste modo, carregando o exemplo de quem havia dado a sua vida no pior momento da crise (Svampa, 2011) e herdando a centralidade do espaço de assembleia e o princípio da horizontalidade dos MTDs (Bertoni, 2014), a FPDS passa a dar um novo significado aos princípios e métodos de luta que marcaram a mobilização dos MTDs na década de 1990 na Argentina, incorporando novos sujeitos a esse processo. Ao mesmo tempo, a FPDS nasce estabelecendo uma postura autônoma frente ao então governo de Néstor Kirchner e às instituições do Estado (Bertoni, 2014). Esse posicionamento pode ser interpretado pela ingerência dos MTDs na sua formação, com forte tendência autonomista, e pela influência dos acontecimentos de 19 e 20 de dezembro de 2001.

A partir da metodologia adotada para esta pesquisa, analisaremos a FPDS internamente, identificando suas principais reivindicações, bandeiras, critérios e sua organização interna, através de uma perspectiva de gênero, buscando dar maior atenção à participação de mulheres no interior do movimento. Em seguida, partiremos para a análise das articulações externas do movimento, com especial ênfase para as estratégias utilizadas durante a pandemia.

4.2 A CONSTRUÇÃO DE PODER POPULAR ENQUANTO CAMINHO E HORIZONTE

Dentro do contexto de transformações estruturais que passava a Argentina a partir da década de 1990, com a consolidação do neoliberalismo no país, a flexibilização do trabalho e o aumento vertiginoso do desemprego, a luta por trabalho digno tornou-se uma demanda central dos movimentos que se formaram no período, dos quais destacam-se os Movimentos de Trabalhadores Desocupados. Conforme vimos na seção anterior, a Frente Popular Darío Santillán é herdeira destas lutas e, ao mesmo tempo que adota muitas das bandeiras dos MTDs, as expande para novos setores da classe trabalhadora argentina. Nesse sentido, a herança dos MTDs pode ser verificada, por exemplo, nas bandeiras adotadas pelo movimento desde a sua fundação: trabalho, dignidade e mudança social.

TRABALHO, porque é do que nos privam e o que exigimos enquanto direito impostergável, porque somos parte da cultura do trabalho que com tanta luta e sacrifício forjaram os melhores homens da nossa história. DIGNIDADE, porque sem dignidade não há futuro. Porque apesar das dificuldades, não perdemos nossa dignidade, não nos rendemos nem nos entregamos, porque herdamos a dignidade das lutas históricas dos nossos antepassados e a mantemos viva como principal bandeira em direção ao futuro que queremos para nossos filhos. MUDANÇA SOCIAL, porque esse futuro digno deverá ser construído sobre uma sociedade justa e igualitária e para isso haverá que transformar pela raiz este sistema no qual, governe quem governe e aplique os planos que aplique, pouco mudará se não se erradica definitivamente a exploração do homem pelo homem (Frente Popular Darío Santillán, 2013, p. 12, tradução nossa).⁵²

A Frente Popular Darío Santillán define-se enquanto “um movimento social e político que assume as tarefas para a construção do socialismo a longo prazo, apostando em sínteses estratégicas com organizações parceiras e na unidade da esquerda e do campo popular” (Frente Popular Darío Santillán, c2023, tradução nossa). Assim como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, a FPDS também almeja a construção do poder popular, compreendido como:

Construir poder popular é construir nossa autonomia como povo trabalhador hoje, ao mesmo tempo que cimenta as vias para a destruição do poder opressor e sua substituição por um poder fazer democrático e dxs trabalhadorxs (Frente Popular Darío Santillán, 2022, p. 57, tradução nossa).

Estabelecendo-se como uma organização multissetorial, autônoma, anticapitalista, anti-imperialista e antipatriarcal, a FPDS conta com cinco critérios básicos de organização: 1)

⁵² Documento publicado por movimentos que antecederam a Frente Popular Darío Santillán, em 2000.

trabalho; 2) assembleia; 3) mobilização; 4) contribuição solidária e voluntária; 5) formação (Frente Popular Darío Santillán, 2022). Nesse sentido, nota-se como a tradição dos MTDs permanece viva no movimento, uma vez que o trabalho figura como primeiro critério fundamental de sua organização, desdobrando-se em duas modalidades: o trabalho produtivo e o comunitário. O trabalho produtivo advém das cooperativas, estratégia muito utilizada pelos MTDs como forma de conter os altos índices de desemprego. Nessa modalidade de trabalho, o excedente proveniente de estabelecimentos cooperativos é dividido entre todos os que trabalham, reservando ainda um fundo comum para a organização. Já o trabalho comunitário é definido como “todo trabalho que realizamos de forma autogestionada para um bem comum e solidário, aberto à comunidade” (Frente Popular Darío Santillán, 2022, p. 5, tradução nossa). Nesta modalidade de trabalho encontram-se os *comedores* comunitários e demais ações de distribuição de alimentos, roupas, máscaras etc. aos moradores de um determinado território.

A centralidade das assembleias para a tomada de decisões também remonta à forma de organização dos MTDs e de uma série de movimentos de caráter autônomo que se constituiu na Argentina a partir da década de 1990, que ao rechaçar o que era visto como as burocracias sindicais, propunham formatos mais igualitários de debate e decisão. Assim, as assembleias barriais constituem o fundamento do projeto político da FPDS, tendo maior peso político (pelo menos em teoria) do que as instâncias de direção (Frente Popular Darío Santillán, 2022).

A mobilização é a forma como se garante que as demandas do movimento são escutadas, constituindo também um importante espaço de aprendizado e formação para a militância, uma vez que o aprender fazendo, como postulava Rosa Luxemburgo, é um processo fundamental para a autoeducação das massas (Ouviña, 2021). Do mesmo modo, as contribuições financeiras também consistem em processos pedagógicos sobre a responsabilidade com a organização e com a preservação de sua autonomia financeira.

Por fim, a formação constitui o momento de compreensão do lugar dos sujeitos no mundo, da construção coletiva de conhecimento que possibilita a criação de poder popular. Nesse sentido, os espaços de formação consistem em importantes processos forjadores de autoconsciência, que fortalecem a luta dos militantes.

Sem pensamento, a luta não alcança. Sem luta, o pensamento é insuficiente. Por isso, nosso lema é estudar e lutar, pensar a luta e lutar o pensamento. Ademais, necessitamos sentir o que pensamos e sentir o que lutamos. Pensamento, sentimento e luta são os fios que tecem a nossa mochila (Frente Popular Darío Santillán, 2022, p. 3, tradução nossa).

Um dos desafios encontrados na área de formação é justamente fazer com que o trabalho

de base realizado pelo movimento gere consciência social. Em outras palavras, um dos objetivos da formação é estimular os militantes a refletir sobre a relação entre o trabalho realizado para suprir as necessidades imediatas com questões estruturais do capitalismo. Em Lanús, distrito do conurbano bonaerense, a estratégia adotada pela FPDS para que a formação chegasse aos militantes dos territórios foi dividir o processo em duas categorias: formação de base e formação de militantes, conforme relata Alejandra, militante da FPDS entrevistada para essa pesquisa:

Na área de formação, desde que, já desde antes da pandemia, víamos que estávamos tendo uma limitação, sobretudo em poder chegar mais com o debate político a nossos companheiros de território, então o que fizemos foi, bom, dar-lhes um piso de debate à formação de base. Então dividimos a formação em formação de base e formação de militantes. Até aí chegamos com esses dois níveis em que a formação de base a nossa ideia é poder debater em relação a nossos princípios estratégicos da organização que são: somos anticapitalistas, somos feministas e por isso vemos patriarcado, somos anti-imperialistas e por isso vemos o imperialismo. E depois com quais organizações devemos nos relacionar não apenas na Argentina, mas sim em nível latino-americano, porque sozinhos não vamos conseguir. Então isso é o que tentamos chegar a nossos companheiros de base, que tenham um panorama geral do que buscamos como organização e que não fique que apenas lutamos por necessidades imediatas (Alejandra).⁵³

Nesse sentido, a cartilha de formação política permanente da FPDS, utilizada nos espaços de formação de base, é dividida em cinco eixos. No primeiro, “Quem somos?”, é apresentada a história do movimento, bem como seus critérios e bandeiras. No segundo eixo, “Em que sistema vivemos?”, são explicados princípios básicos sobre o funcionamento do capitalismo e alguns conceitos-chave, como propriedade privada e mercadoria. O terceiro eixo, “O que é o patriarcado?”, aborda explicações sobre os conceitos de sexo, gênero, estereótipos de gênero, orientação sexual, cis/transgeneridade, violência de gênero e patriarcado. O quarto eixo, “O que é o imperialismo?”, traz uma discussão sobre dívida externa, extrativismo, imperialismo e reflexões sobre a atual crise do capitalismo. Por fim, no quinto eixo, “Em direção à mudança social”, são retomadas questões apresentadas no primeiro eixo com o objetivo de formular propostas “alternativas para construir outros mundos” (Frente Popular Darío Santillán, 2022, p. 44, tradução nossa). Trata-se do eixo mais longo, em que são apresentadas as organizações parceiras da FPDS no continente latino-americano e é desenvolvida com mais profundidade a ideia de *poder popular*. Todos os eixos são divididos

⁵³ Entrevista concedida à pesquisadora em 11 de agosto de 2022. Tradução nossa.

em um certo número de encontros, totalizando vinte. Em cada encontro, são apresentadas uma série de perguntas geradoras, que têm o objetivo de propor reflexões e estimular o debate não apenas entre militantes, mas com a comunidade que participa das formações.

Em relação à formação de militantes, Alejandra⁵⁴ relata que estão sendo realizados debates de caracterização da atual crise civilizatória do capitalismo. Na Cidade de Buenos Aires, a FPDS participou da fundação da Escola de Formação Política José Carlos Mariátegui, em conjunto com outros movimentos sociais. Inspirada na experiência da Escola Nacional Florestan Fernandes⁵⁵ do MST, esta escola cumpre o papel de formação política permanente de militantes com a realização de cursos e eventos com debates mais aprofundados sobre conjuntura e caracterizações do período.

Além disso, como parte de sua política de formação e educação popular, a FPDS organiza os chamados *bachirellatos populares*, espécie de escolas autogeridas para jovens e adultos – semelhantes à Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. Utilizando a pedagogia freireana, os *bachirellatos* possibilitam que moradores dos bairros periféricos que tiveram que abandonar os estudos por algum motivo possam concluir o ensino primário, a partir de uma perspectiva libertária e emancipadora, que leve a pensar em outros mundos possíveis, contrapondo-se à lógica bancária⁵⁶ de educação presente no ensino tradicional. Muitos dos estudantes dos *bachirellatos* são membros do movimento, constituindo parte do seu processo de formação e constituição do seu habitar no mundo. O reconhecimento pelo Estado foi conquistado em 2011, o que embora seja um ganho para a FPDS e para os estudantes, incorre nos riscos da burocratização (Tramas Democráticas, 2021).

4.3 DO BAIRRO AO CONTINENTE: AS ARTICULAÇÕES POLÍTICAS DA FPDS

Embora a FPDS nasça enquanto uma organização que procura transpor as fronteiras dos tradicionais MTDs, a partir da incorporação de novos sujeitos ao movimento e da sua caracterização como multisetorial, a centralidade das assembleias de base e do trabalho desenvolvido pelo movimento nos bairros, possibilitam a sua classificação enquanto movimento territorial. Nesse sentido, o bairro pode ser compreendido como o cenário sociopolítico e cultural (Gohn, 1997) em que se insere o movimento, uma vez que é onde se

⁵⁴ Entrevista concedida à pesquisadora em 11 de agosto de 2022. Tradução nossa

⁵⁵ Escola de formação política do MST, localizada em Guararema, interior do estado de São Paulo.

⁵⁶ Termo utilizado por Paulo Freire para criticar o modelo de ensino tradicional, em que os docentes “depositam” o conhecimento sobre os estudantes, daí o nome *educação bancária* (Freire, 2008). Para Freire (1967), ao contrário, o diálogo é essencial para uma educação libertadora.

são desenvolvidas suas principais atividades, como a criação de cooperativas, *comedores*, escolas e bibliotecas populares.

Definindo-se como anticapitalista, anti-imperialista e antipatriarcal, a FPDS estabelece também seus sujeitos antagônicos e aposta em estratégias de unidade para a construção do poder popular. Devido a seu caráter multisetorial, a FPDS participou, ao longo de sua história, de diversas frentes e ferramentas de unidade de movimentos sociais, como o Movimento Intersindical Classista e o Movimento Nacional Campesino Indígena (MNCI). Em 2009, a FPDS participa da fundação da Coordenadora de Organizações e Movimentos Populares da Argentina (COMPA), na tentativa de articular um espaço de confluência da esquerda independente. Nesse sentido, a COMPA buscava abarcar os eixos de intervenção desenvolvidos a partir das diferentes organizações que estavam na sua composição: a luta contra a fome e a precarização da vida; a defesa da educação pública e a luta por uma educação pública e popular; a luta contra as demissões, a subocupação, a desocupação, a precarização laboral; fortalecer e coordenar as experiências das fábricas recuperadas; a luta contra o modelo de saque e contaminação; defesa da soberania popular, resgatando mecanismos de democracia direta; luta pelos direitos das mulheres e a igualdade de gêneros; luta dos povos originários; luta contra o imperialismo etc. (Frente Popular Darío Santillán, 2013).

Em 2010, a FPDS participa da fundação da Associação Gremial de Trabalhadorxs Cooperativistas, Autogestivos e Precarizadxs⁵⁷ (AGTCAP), organização de trabalhadores de cooperativas que almejava visibilizar o tema da precarização laboral. Na sua organização interna, a AGTCAP buscava reproduzir o modelo de assembleias como modo de evitar o que era visto como as hierarquias da burocracia sindical (Frente Popular Darío Santillán, 2013).

No ano seguinte, a FPDS participa da conformação do Espaço 20 de Dezembro, a partir da “compreensão generalizada de que era necessário começar uma nova etapa com maior definição político-ideológica e maiores marcos de unidade” (Frente Popular Darío Santillán, 2013, p. 115, tradução nossa). A composição deste espaço possibilitou a formação de acúmulos que posteriormente levariam a adoção de táticas eleitorais, que em 2013 desencadearam no racha de um importante setor do movimento⁵⁸. Fernanda, que participou do processo de ruptura,

⁵⁷ Optamos por manter o “x” presente na versão original, indicando linguagem neutra.

⁵⁸ Muito embora a discussão sobre participação eleitoral esteja muito presente no contexto do racha, segundo Juan no fundo o que motivou a divisão foi o debate em torno da relação do movimento com o kirchnerismo. O setor que rompe com a FPDS, passando a adotar o nome de Frente Popular Darío Santillán – Corrente Nacional e, posteriormente, Frente Popular Darío Santillán – Corrente Plurinacional, era contra a composição da base do governo e a adoção de táticas eleitorais pelo movimento.

relata as dificuldades desse momento:

Para mim foi muito doloroso, porque chegávamos aos debates, escrevíamos documentos, chegávamos aos debates, tratávamos de ter incidência na política que não se apronta. Isso foi inevitável, há setores da Frente que estavam totalmente decididos a romper e seguir (Fernanda).⁵⁹

No contexto do racha, o setor que manteve o nome Frente Popular Darío Santillán participava, para além dos já mencionados, dos seguintes espaços de articulação: Corrente Político Sindical Rompendo Amarras; Associação de Trabalhadores do Estado (ATE) *desde abajo*; Coletivo de Trabalhadores de Imprensa; Encontro Nacional de Estudantes de Organização de Base (ENEOb); Coordenadora de *Bachirellatos* Populares; Rede Nacional de Meios Alternativos (RNMA) e a Coordenadora de Meios Comunitários, Alternativos e Populares. Atualmente, a FPDS participa da Frente Pátria Grande (FPG), estrutura jurídica do movimento que em determinado momento tornou-se uma ferramenta eleitoral⁶⁰, construída em conjunto com outros movimentos sociais, e da União de Trabalhadores e Trabalhadoras da Economia Popular (UTEp), com características semelhantes à AGTCAP.

Internacionalmente, a FPDS compõe a Articulação Continental de Movimentos Sociais e Populares da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA Movimentos) e já participou de espaços como a Frente de Resistência Urbana pelos Territórios para a Vida Digna e o Bem Viver. No Brasil, além do MTST a FPDS mantém fortes relações com o MST, tendo organizado brigadas para a Escola Nacional Florestan Fernandes.

4.4 CORPOS, TERRITÓRIOS E RELAÇÕES DE GÊNERO DURANTE A PANDEMIA

Considerando a centralidade do território para a atuação da FPDS, adotaremos a perspectiva da geografia crítica, que caracteriza os movimentos socioterritoriais como aqueles que espacializam sua luta e mantêm constante relação com o território. Nesse sentido, o bairro, as escolas, as fábricas e os demais espaços de atuação da FPDS são territórios atravessados por conflitualidades, em que, diante da lógica neoliberal do desemprego, desapropriação e privatização da vida, a FPDS busca construir poder popular. A territorialização da FPDS, portanto, está fortemente relacionada com a construção de poder popular:

⁵⁹ Entrevista concedida à pesquisadora em 17 de agosto de 2022. Tradução nossa.

⁶⁰ Nas eleições presidenciais de 2019, a Frente Pátria Grande participou da campanha de Alberto Fernández, incorporando-se na coalizão presidencialista Frente de Todos.

Nos espaços de assembleia, na auto-organização, nos corpos de delegados e nas construções federativas, o povo participa e decide com sua voz e com seu corpo. Da mesma forma, na luta popular e na ação direta, o povo aciona por si mesmo em defesa de seus interesses, demonstrando que é na luta de todxs onde se conquistam os direitos e se adquire consciência de nossa potência para mudar a sociedade, se unimos as maiorias oprimidas (Frente Popular Darío Santillán, 2022, p. 57, tradução nossa).

Assumindo o socialismo como objetivo e como caminho, a FPDS compreende enquanto estratégico que este seja construído “*desde abajo*” (Frente Popular Darío Santillán, 2022) e por isso deve ser prefigurado em cada construção do movimento. Nesse sentido, os espaços de assembleia, as fábricas recuperadas, as cooperativas, os *bachirellatos*, os *comedores* e bibliotecas populares constituem-se enquanto importantes campos de experimentação social (Wahren, 2021) que objetivam a construção do socialismo “*desde abajo*” e que trazem consigo “o fortalecimento do poder antagônico das classes subalternas enquanto sujeito político anti-sistêmico com vocação hegemônica” (Ouviaña, 2021, p. 110). Ademais, constituem parte do processo de territorialização da FPDS, na medida que constroem e são parte do território.

Segundo Juan⁶¹, a territorialização dos movimentos sociais na Argentina é um fenômeno relativamente recente, porque durante todo o século XX o grande protagonista das lutas populares no país havia sido o movimento operário, que se organizava em sindicatos. Com o processo de desindustrialização decorrente da última ditadura militar (1976-1983), há uma redução de trabalhadores industriais e, conseqüentemente, da atividade sindical. No fim da ditadura, com o apoio da Teologia da Libertação, inicia-se o processo de construção de assentamentos de moradia, dando início a um processo de territorialização dos movimentos sociais no país:

No final da ditadura, no ano 1982, aparece uma voz dos movimentos territoriais a partir do que chamaram assentamentos. Os assentamentos eram pessoas que ocupavam terras para moradia. Fizeram algo assim como os movimentos de moradia que vocês têm. Os terrenos desocupados e lá construíam suas casas. E isso foi encabeçado por um setor de sacerdotes que aderiam à Teologia da Libertação. Estou falando de 1982, final da ditadura, e esse movimento tem sua importância até o ano 1985, 1986 (Juan).⁶²

Na década de 1990, com o aprofundamento do processo de privatização das empresas públicas argentinas, o movimento sindical passa a perder cada vez mais força e parte considerável da esquerda passa a migrar para a militância territorial. Deste modo, o trabalho

⁶¹ Entrevista concedida à pesquisadora em 10 de agosto de 2022. Tradução nossa.

⁶² Entrevista concedida à pesquisadora em 10 de agosto de 2022. Tradução nossa.

nos bairros era organizado de distintas formas: bibliotecas populares, hortas comunitárias, *comedores populares*, grupos de ajuda escolar para crianças, experiências produtivas e de construção de moradia.

A organização territorial, portanto, vai cumprir um papel central para a sobrevivência das populações dos bairros mais pobres da Argentina durante a pandemia de Covid-19, em um contexto no qual os hospitais estavam completamente despreparados. Fernanda, trabalhadora de uma instituição de saúde em La Matanza, relata a importância da organização dos trabalhadores de saúde para conter a pandemia, que os pegou completamente desprevenidos:

Novamente, o poder da classe trabalhadora é incrível. Eu trabalho dentro de um hospital. Nunca imaginei, Helena, ter que viver uma pandemia, nunca, nunca imaginei. Olha que eu no meu hospital vivi 17 inundações, já vivi pelo menos uma semana dentro do hospital para que o governo coloque dinheiro para que não inunde mais [...]. Pois te digo, vivi uma bomba, vivi inundações, vivi um montão de coisas, viu? Atentados... mas nunca pensei em viver uma pandemia, porque era um inimigo que era um gérmen, era um bacilo, era um vírus, era um vírus que não conhecíamos [...]. Então nós como que já, a Argentina vivia uma crise sanitária muito importante, muito importante, imagina ter uma pandemia, nos despedaçou, a pandemia nos despedaçou (Fernanda).⁶³

Assim, enquanto a orientação oficial das autoridades sanitárias era o isolamento social, militantes da FPDS, juntamente com moradores dos bairros em que atuavam fizeram o oposto, isto é, juntaram-se para garantir a sobrevivência de suas comunidades. Nesse sentido, os *comedores populares* ganham centralidade, devido ao aumento da fome provocado pelo crescimento dos índices de desemprego. Segundo Alejandra uma das primeiras ações da FPDS assim que se iniciou a pandemia foi reativar os *comedores* que estavam desativados, de modo que uma das principais reivindicações do movimento passa a ser a exigência ao governo de alimentos para abastecer os *comedores*. Fernanda⁶⁴ relata, ainda, que as cozinhas de escolas foram utilizadas para produzir comida para os moradores dos bairros, formando as chamadas *ollas populares* (panelas populares). Além disso, os *comedores* tiveram um importante papel de funcionarem enquanto lugares de apoio para outros problemas, como casos de violência de gênero e casos de companheiros presos pela polícia. Em relação ao aumento dos casos de violência de gênero, Alejandra relata:

E a pandemia aconteceu o que passou com as companheiras no Brasil que estavam 24h com o violento se potencializou e se potencializaram as situações de violência. O que geramos são algumas ajudas. Nós temos um espaço de

⁶³ Entrevista concedida à pesquisadora em 17 de agosto de 2022. Tradução nossa.

⁶⁴ Entrevista concedida à pesquisadora em 17 de agosto de 2022. Tradução nossa.

gênero de acompanhamento, então pudemos... algumas companheiras pudemos colocá-las em alguns lugares que haviam estado como casas, onde podem ir as mulheres com seus filhos nesse momento. Isso há sim em todo o tempo, mas na pandemia foi mais difícil encontrar lugares. Mas bom, estivemos fortemente trabalhando também com o tema de gênero e acompanhando o que se pode, que muitas vezes há momentos que conseguimos lugares, em outros buscando a companheiras, bom você precisa ir a suas casas. Então as colocávamos para trabalhar no *comedor* para que pudessem sair de suas casas ou as colocávamos em alguma tarefa onde não teriam que ficar em suas casas. Então ajudamos desde esse lugar. E se fortaleceu muito o espaço de gênero com esses atos de solidariedade entre elas, foi na verdade uma experiência dentro do negativo positiva porque nos fortaleceu com tudo o que nos estava sucedendo e depois nos deixou sobretudo muita aprendizagem. Bom, nós aqui na organização, não em toda a Frente, mas aqui no distrito de Lanús temos um protocolo sobre violência de gênero e realmente hoje as companheiras o utilizam e sabem identificar a violência machista e [esse protocolo] nos deu mais consciência sobre isso e acredito que foi, dentro do negativo foi positivo, porque nos fortaleceu. Igual, se seriamente o Estado também não teve resposta para essas situações com mulheres (Alejandra)⁶⁵.

Figura 2 – Refeitório (*comedor*) da FPDS em Lanús, província de Buenos Aires, Argentina



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Fernanda⁶⁶ relata que na instituição de saúde onde trabalha, recebia ligações de

⁶⁵ Entrevista concedida à pesquisadora em 11 de agosto de 2022. Tradução nossa.

⁶⁶ Entrevista concedida à pesquisadora em 17 de agosto de 2022. Tradução nossa.

mulheres que sofriam violência de seus companheiros em casa e a partir daí criavam-se redes para tentar ajudar essas mulheres. Assim, a pandemia acabou contribuindo para o fortalecimento da organização e da solidariedade entre mulheres tanto no interior da FPDS como nos bairros em que suas militantes estavam presentes. Tal fenômeno também foi verificado durante a realização de procedimentos de aborto que, mesmo antes da sua legalização no país⁶⁷, já era permitido ser realizado em casos de risco de vida à gestante e em casos de violência sexual. Nesses casos, diferentemente do Brasil, as pessoas que engravidavam poderiam realizar o aborto em casa, com o uso de misoprostol, e depois iam a instituição de saúde para dar continuidade ao procedimento. Fernanda narra que, depois do início das medidas de restrição de circulação decretadas com o início da pandemia, muitas mulheres que estavam realizando procedimentos de aborto deixaram de voltar a instituição de saúde para concluí-los, tendo que finalizá-los em casa. A solidariedade entre mulheres foi fundamental nesses casos para o acompanhamento de abortos domésticos, contribuindo para gerar laços de companheirismo e escuta.

Alejandra⁶⁸ e Fernanda⁶⁹ contam ainda que, enquanto as instruções oficiais do governo eram que as pessoas ficassem em casa, sem oferecer condições para tal, a FPDS, além de continuar oferecendo comida para os moradores dos bairros, cumpriu um importante papel de instruir a comunidade sobre o que fazer em caso de aparecimento de sintomas e no isolamento de pessoas contaminadas pelo vírus. Ademais, foi elaborada uma cartilha sobre os cuidados sanitários que deveriam ser mantidos para evitar o contágio.

A assistência na área da saúde foi crucial durante a fase mais crítica da pandemia, em especial durante o ano de 2020. Se dentro dos hospitais as trabalhadoras da saúde foram sobrecarregadas física e emocionalmente com o aumento expressivo de demandas durante a pandemia, em casa e nos bairros as tarefas de cuidados continuavam sendo realizadas principalmente por mulheres. Segundo Fernanda, sua jornada se estendia 24 horas, porque depois das extensas horas que passava na instituição de saúde, quando chegava em casa seu telefone não parava de tocar com companheiras pedindo ajuda:

Se você dimensiona o que está passando... no melhor dos casos eu não pude colocar esse corte e outras companheiras que não têm... não estão envolvidas como eu desde o social, porque eu não é que sou militante no hospital e em

⁶⁷ Na Argentina, a Lei de Interrupção Voluntária da Gravidez, que autoriza mulheres e qualquer pessoa com capacidade de gestar a realizar um aborto até a 14 semana de gestação, foi aprovada em dezembro de 2020, pelo Presidente Alberto Fernández. Sobre a realização do aborto legal no serviço de saúde pública argentino, consultar: Bruno (2022).

⁶⁸ Entrevista concedida à pesquisadora em 11 de agosto de 2022. Tradução nossa.

⁶⁹ Entrevista concedida à pesquisadora em 17 de agosto de 2022. Tradução nossa.

casa sou outra coisa, eu sou militante sempre. Eu tenho companheiras que não são militantes e tentavam por um corte, me entende? Jamais, nunca chamavam suas casas, elas não tinham... muito pouco, porque a maioria não se envolvia. Por isso também somos trabalhadoras sociais e somos mulheres, porque vemos tudo isso, não? Não é casual, nós éramos 14 e todas éramos mulheres e estivemos muito envolvidas em tudo o que foi a pandemia e éramos as que menos reconheciam. Reconhecem as enfermeiras, bem, reconhecem as médicas, bem, reconhecem as do laboratório, porque trabalharam como... as da segurança, bem. Ninguém nomeia a assistente social. Estivemos dando as notícias de falecimento, as que estivemos contendo, as que trabalhamos com a violência, as que ajudamos as mulheres a seguir abortando enquanto estavam em suas casas, as que fomos às casas levar as pastilhas. Não tínhamos nossos equipamentos de proteção pessoais. Nós, os primeiros equipamentos de proteção, conseguimos, sabe de quem? Das trabalhadoras do movimento de desocupados costureiras, que começaram a fazer máscaras, aventais, botas, foram os primeiros pares antes que o Estado, nos chegou uma doação do bairro de mulheres costureiras trabalhadoras sociais do bairro. Acho muito bonito que vieram essas doações, é muito forte (Fernanda).⁷⁰

Nesse sentido, a solidariedade presente entre moradores e, em especial, entre moradoras de um mesmo bairro, foi fundamental não apenas para a garantia da sobrevivência dessas comunidades, como também para fortalecer o trabalho daquelas que estavam na linha de frente da pandemia e tinham duplas ou triplas jornadas de trabalho. Segundo Fernanda, a pandemia também contribuiu para aumentar a sua convicção da importância da sua luta em defesa da saúde pública:

Por isso, me fortalece isso de dizer... como pude aguentar dentro do hospital? Eu acredito que por ser uma revolucionária, pensar que a pandemia... usar isso como luta para se pensar em um sistema de saúde diferente. Se nós estivéssemos enquanto sociedade fortalecidos em um sistema de saúde forte, não haveríamos morrido tanto. Temos uma vacina, isso também é digno. Os cientistas argentinos puderam estudar, mulheres cientistas puderam estudar e pensar... estamos em um momento diferente. Também a pandemia nos ajudou a nos organizar. O movimento de trabalhadores, de ocupados e desocupados, não deixou que um vírus nos devastasse, nem um Estado que não esteve à altura do que necessitávamos, me entende? Então isso também me faz forte, isto é, seguir lutando pelo que queremos. Não me conformo com a vacina, não me conformo... Me conforma seguir lutando por um hospital público melhor, gratuito, de qualidade, para todos e todas, me entende? (Fernanda)⁷¹

A política feminista da Frente Popular Darío Santillán, construída territorialmente a partir de espaços de discussão nos bairros e locais de trabalho e estudo, possibilitou que muitas militantes pudessem enxergar as desigualdades de gênero presentes nos seus espaços de

⁷⁰ Entrevista concedida à pesquisadora em 17 de agosto de 2022. Tradução nossa.

⁷¹ Entrevista concedida à pesquisadora em 17 de agosto de 2022. Tradução nossa.

trabalho e em suas casas, assim como a sobrecarga de tarefas de cuidado, que afetou principalmente as mulheres. Relata Fernanda:

Por isso te digo, o que se aprofundou na pandemia, ficaram muito claro os grupos, os grupos. Mas dizemos “nós não queremos isso”. E daí não voltamos mais, Helena, isso é muito interessante. Quando nós avançamos em algo, as mulheres que estamos convencidas que não queremos o patriarcado como estrutura nem do bairro, nem da escola, nem do hospital, nem da nossa casa, daí não voltamos mais. E queremos que mais companheiras se somem a esse processo. E isso me parece que é o movimento de mulheres, que por sorte em plena pandemia conseguimos a Lei do Aborto. Não é casual, não é que Alberto Fernandez trouxe a Lei do Aborto. Não, querem nos fazer acreditar que Alberto trouxe a lei. Não, é um processo de décadas que as mulheres viemos organizando e lutando, que deu frutos no ano da pandemia. Já viemos desde antes e seguimos lutando, eu sigo trabalhando em um hospital onde a lei diz que o aborto tem que ser levado adiante com uma equipe integral de saúde, com psicóloga, servidora social, médicas ginecologistas, há uma equipe que aborda isso, isso não temos hoje nos hospitais e nas unidades sanitárias. Então a nossa luta segue sendo por uma lei que não é completamente a que dizíamos. Lutamos pelo aborto, lutamos por um montão de outras coisas e isso é uma das nossas lutas, equipes integrais, como é também a lei de abusos sexuais infantis. Não, queremos mais, queremos educação sexual nas infâncias. Isso à parte também da lei que diz, a lei integral (Fernanda).⁷²

Considerando que em sociedades atravessadas pela colonialidade do gênero (Lugones, 2008) as mulheres pobres que vivem nas regiões periféricas continuam sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e pela manutenção do lar e que, ainda que exerçam trabalhos remunerados fora de casa, geralmente recebem menos que os homens, é compreensível que os movimentos socioterritoriais que atuam em bairros periféricos sejam compostos majoritariamente por mulheres (Carvalho-Silva; Tomizaki, 2021), muitas vezes não brancas, uma vez que são elas, em geral, as mais afetadas pela precarização da vida e pelo desemprego.

Assim como no caso do MTST, ao garantirem as tarefas de reprodução social e da vida dos seus bairros e de suas comunidades, essas mulheres possibilitam também a manutenção mínima da economia. Este processo, todavia, e acompanhado de um processo de reencontro consigo mesmas a partir da política feminista gestada no interior dos bairros, escolas, hospitais, *comedores* e fábricas recuperadas, carregando consigo um grande potencial emancipador. É na construção diária do poder popular onde essas mulheres encontram espaços que as possibilitam habitar plenamente a si mesmas, encontrando novos sentidos de ser e estar no mundo que se opõem à lógica do capital (Lugones, 2014), possibilitando a formação de momentos

⁷² Entrevista concedida à pesquisadora em 17 de agosto de 2022. Tradução nossa.

constitutivos (Zavaleta Mercado, 2015). Baseando-se na coletividade e na solidariedade, tais construções foram essenciais para a garantia da vida nos territórios aqui apresentados durante a pandemia.

5 CAPÍTULO 4 – TECENDO COMPARAÇÕES ENTRE O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO E A FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN

O presente capítulo visa traçar comparações entre os dois casos estudados nesta pesquisa. A comparação se dará com base em quatro eixos: 1) a formação territorial de São Paulo e de Buenos Aires, amparada na composição demográfica de cada uma das cidades; 2) o projeto político, objetivos estratégicos e bandeiras do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e da Frente Popular Darío Santillán; 3) as táticas e territorialização de cada movimento; 4) a atuação de cada movimento durante a pandemia. Em cada eixo, se buscará realizar a caracterização das relações de gênero. A análise comparativa se dará com base em análise documental e bibliográfica, bem como nas entrevistas analisadas nos capítulos 2 e 3.

5.1 FORMAÇÃO TERRITORIAL E CARACTERÍSTICAS POPULACIONAIS DE SÃO PAULO E DE BUENOS AIRES: BREVE ANÁLISE DA EXPANSÃO URBANA DO SÉCULO XIX AOS DIAS ATUAIS

As cidades de São Paulo e de Buenos Aires passaram por intenso processo de expansão populacional a partir do fim do século XIX e ao longo do século XX, provocada, entre outros fatores, pela imigração de trabalhadores oriundos do continente europeu e pela migração interna. Todavia, cabe destacar que o processo de imigração europeia na Argentina e, em especial, na Cidade de Buenos Aires, foi mais intensificado em comparação à imigração europeia no Brasil, fenômeno que pode ser explicado, entre outros motivos, pelos altos salários pagos nas colheitas de trigo e milho na Argentina, que possibilitaram o fortalecimento de um mercado de trabalho local, que nas décadas posteriores favoreceu o desenvolvimento da indústria (Mattei; Santos Júnior, 2009). Além disso, a massiva chegada de imigrantes europeus também pode ser explicada pelo projeto de embranquecimento fomentado pelas elites portenhas (Andrews, 1989), que se consolidou enquanto política de Estado. No Brasil, por outro lado, embora também tenha se gestado um projeto de embranquecimento no pós-abolição, houve um fluxo menor de imigrantes espontâneos para o país quando comparado à Argentina, o que pode ser explicado, entre outros fatores, pelo nível global de salários ser mais baixo e pelas frequentes denúncias de maus tratos nas colheitas de café (Lanza, 2015). Todavia, as consequências do projeto de embranquecimento na formação de cidades como São Paulo e Buenos Aires manifestam-se, sobretudo, nas estruturas de segregação e desigualdade existentes historicamente.

Ademais, cabe destacar que a construção da identidade nacional na Argentina e no Brasil se deu por meio de caminhos distintos. Na Argentina, a ideia de “argentinidade”, isto é, a identidade nacional argentina, se deu em oposição tanto aos indígenas quanto aos imigrantes – ambos vistos como estrangeiros – o que levou a uma integração forçada dos imigrantes europeus à sociedade argentina (Oliveira, 2011). Nesse sentido, a maciça quantidade de imigrantes forçosamente integrados, somada ao extermínio indígena e ao apagamento da presença afro-argentina (Andrews, 1989)⁷³ contribuíram para a consolidação de um imaginário de sociedade branca, fomentada na esteira das políticas de modernização entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

No Brasil, por outro lado, vigorou o mito da democracia racial (Freyre, 2003)⁷⁴, que pauta a imagem de uma suposta convivência harmoniosa entre brancos, negros e indígenas, fundamentada pelo elevado nível de miscigenação na sociedade. Por meio da operação de sofisticados mecanismos, portanto, essa ideologia mascara o racismo que permeia as relações sociais brasileiras. Segundo Domingues (2005), o mito da democracia racial contribuiu para a fabricação da figura do *mulato*, que teria mais chances de ascensão social, mas que, em contrapartida, possuiria maior tendência de capitulação para os interesses da classe branca dominante, desarmando, deste modo, possíveis articulações de denúncias contra o racismo.

O argumento da miscigenação enquanto demonstrativo da existência de uma democracia racial oculta o elevado nível de violência existente na incursão sexual de homens brancos sobre mulheres indígenas e mulheres negras escravizadas, que marcou o período colonial. Ademais, Lélia Gonzalez (1984) aponta para a continuidade de mecanismos de violência simbólica e física contra mulheres negras através, por exemplo, da criação da figura

⁷³ Segundo Andrews (1989), há quatro tipos de argumentos mais comuns para justificar o suposto desaparecimento da população afro-argentina: 1) a ideia de que os negros foram exterminados durante as guerras pelas quais passou a Argentina ao longo do século XIX, em especial a Guerra do Paraguai (1864-1870); 2) a mestiçagem, que seria ocasionada, por sua vez, pela escassez de homens negros no país, que teriam morrido nas guerras, motivando deste modo a união de mulheres negras com homens brancos; 3) as baixas taxas de natalidade e os altos índices de mortalidade da população negra, os quais teriam sido motivados pelos altos índices de pobreza dessa população; e 4) o declínio do comércio de escravos.

⁷⁴ O conceito de democracia racial foi desenvolvido pelas classes dominantes brasileiras, erigindo a ilusão de que no Brasil, ao contrário de países como Estados Unidos e África do Sul onde operaram estruturas de racismo institucionalizado, pretos e brancos conviveriam harmoniosamente, sendo a miscigenação um elemento que comprovaria esta ideia. O mito da democracia racial nega, portanto, a existência de racismo na sociedade brasileira e atribui a desigualdade existente entre negros e brancos como fracasso individual de pessoas negras. Este mito transformou-se na ideologia oficial das relações raciais do Brasil no pós-abolição, tendo sido catalisado e levado ao plano científico posteriormente pela obra de Gilberto Freyre, “Casa Grande & Senzala”, em 1933. Sobre a relação entre o mito da democracia racial e a mestiçagem, consultar Domingues (2005).

da mulata, que se transforma em rainha durante o Carnaval, mas que tem como contrapartida a condição, no restante do ano, de empregada doméstica. Em alusão às mulheres escravizadas escolhidas para o serviço doméstico durante o período colonial, Gonzalez (1984) considerava a empregada doméstica como a “mucama permitida”. Nesse sentido, a predominância de mulheres negras neste tipo de trabalho evidencia elementos da colonialidade presente na sociedade brasileira.

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que se mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial para a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas (Gonzalez, 1984, p. 228).

A análise da formação territorial de São Paulo e de Buenos Aires se relaciona com o processo de imigração no Brasil e na Argentina, uma vez que ambas as cidades foram as maiores receptoras de imigrantes europeus em seus respectivos países. Por sua vez, o processo de imigração está imbuído no projeto de consolidação de uma identidade nacional pelas classes dominantes, que almejavam a figura do trabalhador branco como parte integrante da força de trabalho, excluindo as populações negras e indígenas. Soma-se a este processo o fenômeno da migração do campo para a cidade nas primeiras décadas do século XX, motivada pela industrialização, que propiciou uma grande explosão demográfica em cidades como São Paulo e Buenos Aires.

No final do século XIX, enquanto uma das principais alternativas habitacionais encontradas pelas populações de baixa renda que viviam na cidade de São Paulo foi a formação de cortiços nos bairros centrais da cidade, em Buenos Aires processo similar ocorreu com a proliferação de prédios de apartamentos para aluguel no centro da cidade, os chamados *conventillos*, que serviram como habitação para a grande leva de imigrantes que chegava à cidade. Ambos os modelos habitacionais se caracterizavam por alta densidade populacional e precárias condições sanitárias (Di Virgilio; Arqueros Mejica; Guevara, 2012; Sampaio; Pereira, 2003).

O temor de que essas habitações se tornassem núcleos de proliferação de doenças, em um contexto de desenvolvimento do movimento sanitarista na virada do século XIX para o século XX, motivou, no caso de São Paulo, que as autoridades públicas estimulassem a

demolição de cortiços e a construção de habitações fora do perímetro urbano, oferecendo incentivos à iniciativa privada (Sampaio; Pereira, 2003). Trata-se do início da formação das periferias, que viriam a se consolidar na década de 1930 (Tanaka, 2006). Em Buenos Aires, embora parte significativa da população negra já tivesse sido expropriada dos bairros centrais no final do século XIX (Silva, 2020), os cortiços ainda constituíram a principal alternativa habitacional para a população de baixa renda, formada principalmente por trabalhadores brancos pobres, até a década de 1930 (Di Virgilio; Arqueros Mejica; Guevara, 2012).

A década de 1930 representa um ponto de inflexão para as economias brasileira e argentina. Em um cenário internacional de recessão econômica motivado pela crise de 1929, ambos os países protagonizam uma experiência única na América Latina: a industrialização por substituição de importações, fenômeno acompanhado pela expansão da urbanização. Iniciada de forma espontânea na década de 1930, a industrialização por substituição de importações tem seu auge entre o fim da Segunda Guerra Mundial e meados da década de 1950, quando se torna política de Estado (Mattei; Santos Júnior, 2009). São Paulo e Buenos Aires capitalizam esse acontecimento e tornam-se, respectivamente, os principais centros econômicos de Brasil e Argentina, motivando uma extensa onda de migrações internas para essas cidades (Di Virgilio; Arqueros Mejica; Guevara, 2012; Tanaka, 2006).

Em Buenos Aires, o crescimento urbano é acompanhado, a partir do final da década de 1930, da formação das primeiras *villas misérias*. Localizadas tanto na cidade central como no conglomerado urbano ao redor da Cidade de Buenos Aires, próximas das áreas industriais, estas *villas* são caracterizadas pela construção de habitações precárias e pela carência de serviços de infraestrutura (Di Virgilio; Arqueros Mejica; Guevara, 2012), podendo ser comparadas às favelas brasileiras. No entanto, no caso de São Paulo, as favelas só se tornam fenômenos críticos para a análise da política habitacional a partir da década de 1970.

Em São Paulo, a expansão demográfica iniciada na década de 1930 tem como consequência a expansão das periferias, processo que se intensifica nas décadas de 1950 e 1960 a partir do crescimento dos fluxos migratórios atraídos pela oferta de emprego em uma cidade cuja industrialização era pulsante (Tanaka, 2006). As periferias neste contexto são caracterizadas sobretudo pela predominância de loteamentos na Grande São Paulo, nos quais estão implícitos dois processos: a autoconstrução e a mercantilização da casa própria (Bonduki; Rolnik, 1982). Fenômeno semelhante ocorreu em Buenos Aires, entre as décadas de 1940 e 1960, com o desenvolvimento dos lotes econômicos nas periferias (Di Virgilio; Arqueros Mejica; Guevara, 2012). Em ambos os casos, a prática da autoconstrução, que contou com grande participação de mulheres, transfere os custos da força de trabalho para os próprios

trabalhadores, que também devem arcar com muitas horas no transporte público para chegar aos seus locais de trabalho.

Como consequência deste fenômeno, habitantes não brancos dessas cidades são empurrados cada vez mais para as periferias, passando a viver em condições precárias de habitação e trabalho. Na cidade de São Paulo, se inicialmente os trabalhadores, principalmente imigrantes, viviam em regiões centrais próximas às fábricas em que trabalhavam, na medida em que as fábricas saíram e os terrenos ficaram mais caros, os trabalhadores mais pobres e, em sua maioria negros, foram expulsos para as regiões periféricas. Segundo o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (2015), este acontecimento deu origem a dois mundos opostos: um mundo dos negros e um mundo dos brancos. Assim, para Fernandes, enquanto o mundo dos brancos foi profundamente afetado pelo processo de urbanização e industrialização do final do século XIX, tendo sido o único beneficiado pela “revolução burguesa” que consolidou uma ordem social competitiva, o mundo dos negros se manteve à margem de tais processos, sem participar coletivamente da vida social, econômica e política da cidade (Fernandes, 2015) e sofrendo apenas as consequências da exploração no trabalho e marginalização dos benefícios sociais. Uma das principais formas de manifestação da existência desses dois mundos está no processo de formação territorial de São Paulo, consolidada de tal modo que a população negra se concentra, historicamente, principalmente nas periferias e favelas da cidade.

Semelhante processo ocorreu em Buenos Aires, onde as populações negras⁷⁵, indígenas e descendentes de indígenas também ficaram à margem dos benefícios da modernização da cidade. Contudo, foram as principais afetadas pelo processo de expansão urbana e especulação imobiliária, tendo sido empurradas para viver em piores condições nas *villas* e no conurbano bonaerense, conforme vimos no capítulo 1.

Segundo a urbanista Diana Helene (2019), o processo de industrialização traz como consequências o êxodo rural e a separação entre trabalho e moradia, as quais por sua vez são indissociáveis das dicotomias de gênero. Desse modo, o espaço público, ligado ao trabalho produtivo e a produção de mais-valor para o capitalismo, está associado aos homens, enquanto o espaço privado, onde são realizadas as tarefas de reprodução social (Bhattacharya, 2019), associa-se ao feminino.

⁷⁵ Segundo a pesquisadora Beatriz Pereira Silva (2020), o período que registrou o maior número de habitantes negros em Buenos Aires foi entre 1777 e 1810, quando a população afro-argentina chegou a representar 30% da população portenha, que vivia sobretudo em bairros centrais da cidade como La Boca, Barracas e San Telmo. Todavia, com a chegada massiva de novos contingentes imigrantes europeus a partir da segunda metade do século XIX, grande parte da população negra foi expropriada desses bairros e seguiu para zonas mais afastadas.

Nesse momento de separação entre espaços de produção, consumo e moradia, também se estrutura espacialmente o que é considerado público e o que é privado, ao mesmo tempo que se organizam esses espaços de acordo com a divisão sexual do trabalho: o público/produtivo como um espaço masculino e o privado/doméstico como feminino (Helene, 2019, p. 958).

Todavia, ressalta a autora, a ligação do espaço doméstico com as atividades realizadas principalmente por mulheres não significa necessariamente que este se torna um espaço de poder para elas. Pelo contrário, o ambiente privado é um espaço de reprodução das estruturas patriarcais existentes no sistema moderno/colonial de gênero (Lugones, 2008, 2007), sendo o local privilegiado para a ocorrência de violência e feminicídios (Helene, 2019). Deste modo, o processo de periferização de cidades como São Paulo e Buenos Aires afeta de modo ainda mais profundo às mulheres, pois além de estarem frequentemente sujeitas à violência estrutural de gênero, devido à atribuição das tarefas de reprodução social (Bhattacharya, 2019), enfrentam duplas jornadas de trabalho, o que envolve um maior número de deslocamentos diários através de uma rede de transporte público na maioria das vezes precária.

Por exemplo, se tomarmos como ponto de observação a mobilidade, a dinâmica masculina costuma ser mais pendular e linear entre moradia e trabalho. A principal atividade dele diária é o trabalho produtivo, formal ou informal. Já a mulher, em geral, faz não só o trabalho produtivo como também é majoritariamente responsável pelo trabalho reprodutivo. Por essa razão, o número de deslocamentos realizados pelas mulheres é mais intenso que o dos homens. Elas estão encarregadas do trajeto dos filhos à escola, da compra dos insumos alimentícios, da limpeza e do cuidado do entorno da moradia, entre outras tarefas relacionadas ao ambiente doméstico. Por isso, tendem a fazer viagens mais curtas e diversas, espalhadas durante o dia em horários diferentes. Quanto maiores as dificuldades e as distâncias entre esses diferentes destinos, piores as condições que estas enfrentam (Helene, 2019, p. 961).

Na década de 1970, em um contexto no qual Argentina e Brasil passavam por ditaduras militares, a crise habitacional nos dois países se agravou, impactando mais duramente as vidas de mulheres pobres. Na Argentina, a crise econômica coloca fim à política dos loteamentos econômicos e à erradicação das *villas* que se encontravam na Cidade Autônoma de Buenos Aires, deslocando compulsivamente essa população para as *villas* do conurbano. Na década de 1980, a crescente demanda habitacional motivada pela migração interna, sobretudo de uma população de origem indígena (Engelman; Weiss, 2015), provoca o surgimento dos assentamentos urbanos no conurbano bonaerense, caracterizados pelo seu aspecto coletivo e organizado (Di Virgilio; Arqueros Mejica; Guevara, 2012). Esse modelo de habitação difere das favelas, caracterizadas pela ocupação desordenada de terrenos públicos ou privados, que

vão dar à tona das soluções habitacionais encontradas pelas populações de baixa renda na cidade de São Paulo nas décadas de 1970 e 1980 (Saraiva; Marques, 2007).

Desse modo, é possível constatar muitas semelhanças no processo de formação das periferias de São Paulo e de Buenos Aires. Nota-se, por exemplo, um início de construção de moradias fora do perímetro urbano em Buenos Aires a partir da segunda metade do século XIX, quando a massiva migração europeia provoca a expropriação da população negra para as regiões mais afastadas da cidade. Em São Paulo, constata-se a construção de habitações fora do perímetro urbano na virada do século XIX para o século XX, embora de forma bastante incipiente neste momento. A literatura aponta a década de 1930 como o início da consolidação das periferias paulistanas, marco que coincide com a consolidação das periferias portenhas e que, por sua vez, está relacionado ao fenômeno de industrialização e a consequente expansão da urbanização de ambas as cidades. Tal processo intensifica-se de modo muito semelhante em São Paulo e Buenos Aires nas décadas de 1950 e 1960, com o desenvolvimento de habitações autoconstruídas por seus moradores.

Outro elemento que merece destaque é o surgimento das *villas misérias* em Buenos Aires a partir da década 1930, tendo seu auge na década de 1940. No caso de São Paulo, embora exista o registro desse tipo de habitação antes da década de 1940, é durante as décadas de 1970 e 1980 que as favelas passam por crescimento considerável, passando a se tornar elemento relevante na análise da urbanização paulistana somente a partir desse período. Paralelamente ao crescimento das favelas em São Paulo, a região metropolitana de Buenos Aires protagonizou o crescimento dos assentamentos urbanos, que, à diferença das primeiras, identificam-se pelo seu aspecto organizado, além de desenvolverem-se dentro dos limites do traçado urbano (Di Virgilio; Mejica; Guevara, 2012).

Atualmente, as periferias de São Paulo e de Buenos Aires são caracterizadas por condições precárias de moradia, pela escassez de equipamentos de infraestrutura urbana e por altos índices de violência urbana e policial (Rede Nossa São Paulo, 2022; Vidal-Koppmann, 2007). Em relação às características raciais das cidades, ambas são marcadas por estruturas de segregação racial, que marginalizam a população não branca e pobre nas periferias, como consequência dos projetos de embranquecimento sob o qual estas cidades foram desenvolvidas. Em São Paulo, embora a proporção de negros seja maior em comparação a Buenos Aires, os dois mundos apartados – um de brancos e um de negros, dos quais nos fala Florestan Fernandes (2015) – contribuem para o apagamento das identidades negras e indígenas na construção da história oficial e do imaginário social da cidade.

Cabe destacar, ainda, que a estruturação urbana generificada, que institui espaços públicos e privados a partir da separação entre espaços produtivos e reprodutivos, implica em um aumento da desigualdade entre homens e mulheres no que se refere aos problemas de infraestrutura urbana. Desse modo, dialogando com Florestan Fernandes (2015), observamos que nas periferias de São Paulo formaram-se não apenas um “mundo dos negros”, como também um “mundo das mulheres negras”, que, se por um lado não usufruiu dos aspectos positivos do processo de urbanização da cidade, por outro, tornou-se o mundo responsável pela garantia da reprodução social (Bhattacharya, 2019) da classe trabalhadora.

Em outras palavras, podemos dizer que as mulheres negras que vivem nas periferias de São Paulo são as principais responsáveis pela garantia das condições para a produção capitalista, uma vez que esta depende da mão-de-obra que vive nas periferias. Processo semelhante ocorreu em Buenos Aires, mas devido à composição racial distinta dessa cidade, são principalmente mulheres indígenas e de origem indígena quem historicamente tornaram-se as principais responsáveis por esse trabalho.

Por meio dos movimentos socioterritoriais que se desenvolvem nas periferias de ambas as cidades, as histórias e o trabalho ocultados de mulheres, pessoas negras, indígenas e pobres transbordam e ganham centralidade para a garantia da sobrevivência de suas comunidades. São esses sujeitos que se tornam protagonistas de projetos de resistência e de construção de um novo vir-a-ser.

5.2 TRABALHO, DIGNIDADE E REFORMA URBANA: CONSTRUÇÃO DE PODER POPULAR COMO CAMINHO PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Muito embora os contextos de industrialização, urbanização e crescimento demográfico pelos quais passaram São Paulo e Buenos Aires entre as décadas de 1930 e 1970 apresentem muitas semelhanças, são as suas particularidades que ajudam a explicar a existência de diferentes modalidades de organização popular em cada uma das cidades. Nesse sentido, enquanto na cidade de São Paulo uma série de experiências de organização territorial acompanhou o processo de periferização da cidade, como as SABs a partir do fim da década de 1940 (Fontes, 2013) e as CEBs e os Clubes de Mães (Sader, 2013) durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), na Argentina, conforme vimos no capítulo 3, o grande protagonista das lutas populares durante o século XX foi o movimento sindical. Assim, as modalidades de organização popular territorial em Buenos Aires passaram a ganhar relevância apenas na década de 1980, em um contexto de desindustrialização provocado pela ditadura militar argentina

(1976-1983), quando começaram a surgir assentamentos de moradia urbana e, posteriormente, os Movimentos de Trabalhadores Desocupados.

A formação de movimentos socioterritoriais como o MTST e a FPDS pode ser explicada, entre outros fatores, a partir da análise dos processos de urbanização do Brasil e da Argentina e, mais especificamente, de São Paulo e de Buenos Aires, bem como de suas respectivas experiências locais de organização popular. No caso de São Paulo, o crescimento desordenado das periferias, sobretudo entre as décadas de 1950 e 1970, motivou o surgimento de associações de moradores de bairros operários, que ao não serem contemplados pelo “progresso” da industrialização, reivindicavam melhorias de infraestrutura urbana para seus bairros (Fontes, 2013). Tal fenômeno não foi visto com a mesma intensidade em Buenos Aires, onde, por outro lado, o sindicalismo desenvolveu-se com vitalidade ímpar, muito embora também tenha se desenvolvido com força naquele período no Brasil.

A década de 1990 constitui momento chave para o posterior surgimento de movimentos como o MTST e a FPDS. Em um contexto de crise econômica provocada, entre outros motivos, pelo endividamento externo herdado das ditaduras militares no Cone Sul, que traz como resposta o aprofundamento do neoliberalismo e a reestruturação do mundo do trabalho, novos dilemas passam a ocupar as vidas das populações das periferias de São Paulo e de Buenos Aires, impondo também a necessidade de incorporação de novas formas de organização social. Nesse sentido, conforme vimos no capítulo 1, trata-se do período de desenvolvimento de mutirões de construção de moradia popular nas periferias de São Paulo e do desenvolvimento do movimento hip-hop, que será central para a formulação política do significado do termo periferia pelas juventudes paulistanas. Paralelamente, no conurbano bonaerense, trata-se do contexto de formação dos Movimentos de Trabalhadores Desocupados, que conforme vimos, constituem o antecedente imediato da FPDS.

Desse modo, a partir do exposto até aqui, é possível desenvolver algumas hipóteses do porquê nas periferias de São Paulo e de Buenos Aires foram desenvolvidos movimentos socioterritoriais com características tão particulares em cada localidade. Consideramos que, no caso de São Paulo, os problemas do crescimento urbano desordenado que viriam a fazer com que se tornasse uma das cidades mais populosas do mundo (Organização das Nações Unidas, 2018), foram vitais para o desenvolvimento de experiências de organização popular territorial nas periferias que colocassem no centro a questão da moradia e da necessidade de reforma urbana. Já em Buenos Aires, a profundidade da crise econômica, o processo de desindustrialização pelo qual passou a Argentina durante a ditadura militar e a forte tradição

sindicalista são fatores que contribuem para a compreensão do surgimento de movimentos cuja pauta central é a questão do trabalho.

Todavia, alguns elementos são comuns entre os dois movimentos. Ambos são movimentos anticapitalistas, compostos, em sua maioria, por mulheres, e que possuem como horizonte estratégico a construção de uma sociedade socialista. A alta taxa de participação de mulheres pode ser explicada por diversos fatores, dentre os quais destaca-se o fato de a precarização do trabalho e o desemprego ser maior entre elas. Assim, na FPDS, as mulheres tomam a frente da organização de cooperativas e de outras alternativas para a geração de renda a partir de um ponto de vista comunitário.

Um segundo motivo é o papel atribuído a elas em sociedades atravessadas pela colonialidade de gênero (Lugones, 2008), em especial mulheres não brancas, na manutenção do lar e na criação e cuidado de crianças e idosos. Desse modo, as mulheres são, em geral, as principais responsáveis pelo cuidado de filhos e pessoas doentes da família – situação que conforme veremos, se agrava em contextos de desintegração familiar e aumento da precarização da vida, como durante a pandemia – além de cumprirem uma jornada de trabalho precarizado fora de casa. No caso do MTST, a luta por moradia ganha, ainda, um protagonismo de mulheres que fogem da violência doméstica, conforme relatado por Vera:

Em sua maioria, as vezes fica até 90, 80, mas em média 70% de todas as ocupações a média geral são mulheres. E aí, na nossa avaliação, eu acho até que seria interessante fazer uma pesquisa sobre isso, teve gente até que tentou fazer... mas a nossa avaliação é por conta da figura que a mulher tem de querer ter, de ser a mãezona, dona de casa, que quer ter, que se preocupa mais com os filhos, de uma estabilidade pros filhos, coisa que infelizmente muitos homens não tem. E também mesmo porque a casa pra mulher [...] significa a saída de uma opressão, a saída do machismo, onde muitos homens, por trabalhar, por ser quem paga o aluguel, por ser o dono da casa, usa disso de uma violência contra as mulheres, e as mulheres procuram a casa pra se libertar dessa violência, de ser humilhada, de sofrer esse machismo do homem. Então a gente vê vários cenários de mulheres que querem ter a casa porque cansou, porque não aguenta mais viver nesse cenário de opressão. Então eu acredito que o fato de ter mais mulheres na militância do movimento é porque são as majorias, são 70% que vêm para a ocupação e o movimento de certa forma proporciona espaço onde as mulheres se sentem pertencentes, onde as mulheres se reconhecem e entendem o papel que elas têm que cumprir na sociedade (Vera).⁷⁶

Segundo Helene (2019), por serem as mulheres designadas às tarefas de cuidado, o espaço da casa ganha uma importância ainda maior para elas, tornando-se, ao mesmo tempo,

⁷⁶ Entrevista concedida à pesquisadora em 24 de fevereiro de 2022.

um local de proteção para si e para seus dependentes. Desse modo, a luta por moradia ganha um protagonismo de mulheres, em especial de mães e/ou de mulheres que sofrem violência doméstica.

Para a Frente Popular Darío Santillán, o feminismo é central no processo de construção de uma sociedade socialista, devido à íntima ligação, do ponto de vista estrutural, entre capitalismo e patriarcado (Frente Popular Darío Santillán, 2022). Ademais, esse horizonte é construído através do empoderamento popular no transcorrer das práticas militantes, de modo que um socialismo “*desde abajo*” é tecido por meio da prefiguração de uma sociedade socialista e feminista. Nesse sentido, MTST e FPDS postulam a centralidade da construção de *poder popular* enquanto estratégia, definida pela FPDS como:

Construir poder popular é construir nossa autonomia como povo trabalhador hoje, ao mesmo tempo que cimenta as vias para a destruição do poder opressor e sua substituição por um poder fazer democrático e dxs trabalhadorxs. Nos espaços assembleários, na auto-organização, nos corpos de delegados e nas construções federativas, o povo participa e decide com sua voz e com seu corpo. Da mesma forma, na luta popular e na ação direta, o povo aciona por si mesmo na defesa de seus interesses demonstrando que é na luta de todxs onde se conquistam os direitos e se adquire consciência da nossa potência para mudar a sociedade, se unimos as maiorias oprimidas.

Para isso, nossa concepção de Poder Popular, em função destes princípios, se desenvolverá em dois planos: construção de base e projeção política, como um todo que permita um verdadeiro “empoderamento popular” em sentido integral, necessidade insubstituível se queremos dar batalha por uma sociedade de iguais, um socialismo desde abaixo, prefigurativo, igualitário (Frente Popular Darío Santillán, 2022, p. 57, tradução nossa).

Na visão da FPDS, a construção de poder popular se dá, portanto, em uma unidade dialética entre a tomada de consciência do sujeito oprimido e a ação militante no dia-a-dia, que desemboca em ações prefigurativas. De modo semelhante, para o MTST, a construção de poder popular reside sobretudo na ampliação da organização e na construção de práticas coletivas, como pode ser visto na resolução final do seu I Encontro Nacional:

Queremos ajudar a construir uma nova sociedade, uma sociedade socialista, na qual não existam nem explorados nem exploradores e onde todos possam ter acesso ao que é produzido. Mas é preciso um intenso acúmulo de forças para atingirmos nossos objetivos principais. Todas nossas ações devem estar voltadas para fortalecer nosso caminho rumo a estes objetivos. Isso significa ampliar nossa referência nas periferias urbanas, nosso número de militantes, nossas conquistas, nossa capacidade de mobilização, dentre muitos outros fatores. Podemos resumir esta meta na seguinte ideia: construção de poder popular. Ou seja, a realização efetiva do princípio de que só os trabalhadores podem resolver os problemas dos trabalhadores. Na prática, isso significa

estimular e valorizar as iniciativas autônomas, construir formas de organização e de decisão coletivas, lutar por nossas reivindicações e direitos; enfim, não esperar nada de ninguém a não ser de nós mesmos. Assim, podemos dizer que nosso objetivo maior é a construção do poder popular, contra o capital e seu Estado (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, 2015).

Nota-se, neste trecho, um sentido de tomada do Estado, pautado pela teoria marxista da tomada do poder pelos trabalhadores. Nesse sentido, a construção de poder popular para o MTST possui um objetivo estratégico de tomada do Estado e constituição de uma sociedade socialista. Para ambos os movimentos, esta construção se dá, sobretudo, através de mulheres periféricas, muitas vezes vítimas de violência, que na luta por moradia, trabalho e dignidade tecem um horizonte de alternativas anticapitalistas e feministas.

Ademais, para o MTST e a FPDS, a construção de poder popular implica a ampliação da sua base social através da conscientização de trabalhadores em relação à sua própria força. Nota-se, portanto, a influência da Teologia da Libertação e do pensamento de Paulo Freire, que postulam o sujeito oprimido como ator político capaz de superar a própria opressão e alienação, e do marxismo, que pressupõe a passagem de um ser em si para um ser para si no processo de luta em direção à superação do capitalismo. No entanto, o apontamento para um horizonte estratégico também demonstra a suplantação de uma posição defensiva imediata, característica das associações de bairro e CEBs, para uma postura estratégica que aponta para a construção de uma nova hegemonia em longo prazo, na qual o oprimido passa da condição de “subjugação” para a de “subjetivação” (Semeraro, 2007). Em outras palavras, à diferença das associações de bairro que predominavam entre as décadas de 1950 e 1970 no Brasil, os programas políticos do MTST e da FPDS deixam de ater-se apenas à defesa de interesses imediatos e o oprimido passa a assumir uma postura de sujeito político, a partir do desenvolvimento de uma consciência histórica e da capacidade prática de traduzir os interesses coletivos, com projeto de transformação da sociedade.

Para alcançar seus objetivos estratégicos de tomada do poder e construção de uma nova sociedade, MTST e FPDS definem bandeiras que procuram ligá-los às necessidades mais concretas da população, isto é, aos seus interesses imediatos. Conforme vimos no capítulo 2, as bandeiras definidas pelo MTST são a luta por moradia digna e a reforma urbana, como bandeiras principais, que definem o horizonte imediato do movimento. Por isso o MTST é considerado um movimento socioterritorial urbano, que organiza a classe trabalhadora a partir de pautas relacionadas ao direito à cidade e, em especial, à vida nas periferias. É com base

nessas bandeiras que o movimento ganha projeção nacional, assim como suas figuras públicas, como Guilherme Boulos e Ediane Maria.

Para além disso, são definidos eixos de interesse econômico imediato, que variam de acordo com o contexto, como: reforma tributária, reforma política, auditoria da dívida, democratização dos meios de comunicação e reforma agrária. Esses eixos possibilitam a mobilização da base social do MTST a partir de pautas mais relacionadas à conjuntura, muitas vezes em unidade com outros movimentos sociais.

A FPDS, por sua vez, adota como suas bandeiras principais: trabalho, dignidade e mudança social. Nesse sentido, o trabalho é entendido como a atividade humana necessária para transformar a natureza em cultura e que, por sua vez, origina produtos necessários para satisfazer as necessidades humanas. O trabalho, portanto, dignifica a vida humana ao permitir que as pessoas transformem a natureza ao mesmo tempo que transformam a si mesmas. No entanto, as diversas formas de exploração que estruturam o capitalismo e que levam à precarização do trabalho e à opressão de trabalhadores homens e também mulheres, dissidências sexuais e de gênero e outras minorias, negam a humanidade desses sujeitos (Frente Popular Darío Santillán, 2022). Assim, o que se busca aqui é acabar com a relação capital/trabalho assalariado, própria do capitalismo, e apostar, por meio de práticas prefigurativas, na organização, por exemplo, de cooperativas e outras modalidades de espaços autogeridos, pretensamente livres de patrões e da exploração capitalista.

Nesse sentido, a dignidade é compreendida no âmbito da existência humana em sua concretude, que é negada sempre que um sujeito é tratado como objeto, isto é, quando é desprovido de sua humanidade. É a partir da tomada de consciência do processo de negação da humanidade, no contexto de exploração capitalista, que se constrói a luta por dignidade e mudança social (Frente Popular Darío Santillán, 2022). A luta pela transformação radical da sociedade em direção a uma sociedade socialista passa, deste modo, pela recuperação da humanidade, em seu sentido coletivo, e pela luta pela dignidade. Nota-se, mais uma vez, a influência marxista de tomada do Estado, a freireana, em especial na centralidade da reivindicação de dignidade para os sujeitos oprimidos, e a influência do existencialismo, que compreende a existência humana na experiência real do cotidiano.

5.3 DA ESTRATÉGIA PARA A AÇÃO: TÁTICAS E TERRITORIALIZAÇÃO DO MTST E DA FPDS

Com base em seus objetivos estratégicos e suas bandeiras, o MTST e a FPDS definem suas principais táticas. Nesse sentido, o MTST, sendo um movimento cujas principais bandeiras são a luta pela moradia digna e pela reforma urbana, adota como sua principal forma de atuação a ocupação de terras urbanas, que, além de satisfazer uma demanda concreta, é vista como modo de pressionar diretamente os proprietários e o Estado, bem como de denunciar o problema social da moradia (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, 2015). Já a FPDS, sendo um movimento que se origina dos MTDs e que tem o trabalho e a dignidade como duas de suas bandeiras centrais, organiza cooperativas e as mais diversas formas de trabalho autogerido, de modo a dar uma resposta imediata ao problema do desemprego que afeta principalmente moradoras das periferias e, ao mesmo tempo, promover uma forma de trabalho colaborativa, na qual o lucro é compartilhado. Deste modo, diferentemente da modalidade de trabalho hegemônica na sociedade capitalista, na qual há alienação e exploração de trabalhadores por seus patrões, nas cooperativas todo o controle da produção é realizado pelas trabalhadoras, que deste modo recuperam sua dignidade.

Há dois tipos de táticas que são comuns à atuação do MTST e da FPDS: externamente, os bloqueios de avenidas e rodovias e internamente a realização de trabalho comunitário. Enquanto os primeiros têm o objetivo de chamar a atenção do Estado e da sociedade sobre as reivindicações de cada movimento, a realização de trabalho comunitário – que neste caso se diferencia de ações verticais de caridade – relaciona-se diretamente com a transformação das relações produtivas e a prefiguração de sociedades nas quais são vigentes formas de trabalho coletivo e autogerido, que rompem com a relação de exploração capitalista. Por conseguinte, se os bloqueios consistem em ações de confronto com sujeitos antagônicos, a realização de trabalho voluntário tem o objetivo de dar coesão e organicidade ao movimento.

No caso do MTST, o trabalho comunitário tem também o objetivo de neutralizar a tendência ao preconceito incentivado pela mídia e muitas vezes reproduzido por moradores locais. Assim, ao distribuir alimentos, roupas e itens de higiene aos moradores dos bairros onde se localizam as ocupações – prática que, conforme veremos na seção seguinte, foi muito comum durante a pandemia – o MTST amplia sua referência no território e diminui seu estigma entre os moradores. Do mesmo modo, a organização de refeitórios e doações de roupas pela FPDS contribui para o fortalecimento de laços com moradoras das comunidades onde são organizadas cooperativas e demais empreendimentos autogeridos, bem como com a recuperação da

dignidade de sujeitos desprovidos de condições humanas de sobrevivência. Cabe destacar que em ambos os movimentos a participação de mulheres nas práticas de trabalho comunitário é preponderante.

A realização de trabalho comunitário se relaciona à territorialização do MTST e da FPDS no contexto da pandemia, uma vez que por meio dessa prática são tecidas novas relações com o território, pautadas na coletividade e na solidariedade, que se opõem à lógica individualista neoliberal. No caso do MTST, a territorialização do movimento se dá por meio da realização do trabalho voluntário e da própria existência das ocupações, onde são criadas relações que fogem à lógica de propriedade privada e onde trabalhadoras urbanas espoliadas de direitos apropriam-se do território e tecem práticas prefigurativas de uma sociedade mais igualitária. A periferia, portanto, deixa de ser o local de exclusão e torna-se um local de potencialidades.

A territorialização da FPDS ocorre por meio da organização de cooperativas, creches comunitárias, os chamados *bachilleratos* populares e os refeitórios comunitários. Essas táticas, somadas a realização de trabalho voluntário, possibilitam a apropriação do território periférico a partir de uma lógica que se opõe à exploração capitalista do trabalho. Trabalhadoras urbanas que participam dessas ações dão um novo significado ao bairro, que passa a se tornar um território de experimentação social.

Internamente, tanto o MTST como a FPDS adotam como tática a realização de assembleias. Trata-se de uma forma de coletivização do processo de tomada de decisões e de democratização do poder. Segundo Guilherme Boulos (2012), ao realizar periodicamente as assembleias, “os ocupantes saem da posição política de completa passividade, que marca a democracia burguesa” (p. 65), possibilitando a construção de poder popular. Portanto, mais do que uma simples forma de organização interna, a realização de assembleias está profundamente ligada com o projeto estratégico do movimento, entrelaçando as transformações cotidianas com o horizonte de transformação radical (Gago, 2020).

Na FPDS, as assembleias também ganham centralidade, constituindo-se enquanto tática central para a construção de poder popular. A participação de mulheres nas assembleias representa um importante processo de formação política e de reapropriação de si mesmas, rompendo deste modo com a herança colonial que as desumaniza e as desabilita para a participação política (Lugones, 2008). Deste modo, a construção do socialismo “*desde abajo*” deve passar pelas reivindicações das mulheres que participam das assembleias, que passam da condição de vítimas de violências de gênero para o local de construtoras e protagonistas de uma luta mais ampla contra o sistema capitalista e patriarcal.

Analisando a construção das assembleias feministas na Argentina, Gago (2020) as define como um “dispositivo situado de inteligência coletiva” (p. 187), uma vez que se caracterizam enquanto espaços de elaboração coletiva de ideias e iniciativas a partir de uma avaliação comum da conjuntura. Do mesmo modo, é possível pensar os espaços de assembleia do MTST e da FPDS como experiências de formulação coletiva e politização, que possibilitam o rompimento com métodos hierárquicos e patriarcais de tomadas de decisão, que em geral privilegiam a figura masculina em espaços de fala.

A mobilização e a formação são o que garante a sustentação da luta, a tomada de consciência da militância do MTST e da FPDS e, deste modo, a construção de poder popular. Segundo Boulos (2012), uma ocupação não sobrevive um mês sem mobilização e, por isso, uma vez ocupado um terreno, é realizado um conjunto de ações que visam pressionar o Estado, como marchas, acampamentos em prédios públicos e, conforme vimos, o trancamento de rodovias. Embora o processo de mobilização seja por si só muito formativo, existe atualmente no MTST um setor de formação, responsável por organizar rodas de conversa e oficinas de formação política, e os podcasts “Hoje na Luta” e “PodOcupa”, que tratam sobre grandes acontecimentos históricos protagonizados por processos de luta popular, bem como temas mais relacionados à conjuntura, contribuindo para a formação política da militância do movimento. A FPDS realiza processos de mobilização muito parecidos aos do MTST, embora a ocupação de prédios públicos seja menos comum. Em relação à formação, conforme vimos no capítulo 3, são organizadas cartilhas próprias para a militância e uma série de cursos e atividades que variam seu formato conforme o local e o contexto.

A realização permanente de atividades de formação possibilita à militância do MTST e da FPDS a compreensão histórica da realidade, das estruturas de exploração e opressão, e a tomada de consciência de si enquanto sujeitas e sujeitos políticos. Quando realizada em conjunto com ações de mobilização, é o que possibilita a intervenção consciente na realidade (a *práxis*, no sentido marxista), ligando as táticas adotadas por ambos movimentos ao seu horizonte estratégico anticapitalista e feminista e a construção de poder popular.

Do ponto de vista das articulações traçadas por cada movimento, nota-se uma série de diferenças que remetem à estrutura histórica de organização das esquerdas no Brasil e na Argentina, das relações dos movimentos sociais com partidos políticos e com o Estado em cada um dos países – discussão que foge do escopo desta pesquisa –, bem como das tradições políticas e da conjuntura em que cada movimento opera. Nesse sentido, embora tanto o MTST como a FPDS pautem a defesa da unidade em seus programas, nota-se que na prática a unidade é construída de forma bastante particular em cada um dos casos.

No caso do MTST, identificamos um maior nível de centralismo democrático e, conseqüentemente, menor exposição pública das divisões internas. A aposta de unidade para fora se dá sobretudo a partir da tática de construção de frentes únicas, como a Frente Povo Sem Medo, sendo o MTST o maior e principal movimento da Frente desde a sua fundação, em 2016. Além disso, durante os anos de 2020 e 2021, o MTST cumpriu um importante papel na articulação da Frente Fora Bolsonaro – uma coalizão mais ampla que a Frente Povo Sem Medo – que protagonizou grandes manifestações de rua a favor do impeachment do então Presidente da República Jair Bolsonaro durante a fase mais crítica da pandemia. A FPDS, por sua vez, além de possuir maior nível de tensionamento interno, que já provocou importantes rupturas – existem hoje três movimentos na Argentina que reivindicam o nome Frente Popular Darío Santillán –, participa da construção de uma diversidade de frentes, sindicatos e articulações, conforme visto no capítulo 3.

A relação com partidos e com o Estado também é um importante ponto de diferenciação entre os dois movimentos. Assim, muito embora no seu início tanto o MTST quanto a FPDS apresentassem posições muito parecidas de autonomia em relação ao Estado e a partidos políticos, o MTST vem adotando paulatinamente uma mudança de postura a partir de 2018, quando uma de suas lideranças e principal figura pública nacional, Guilherme Boulos⁷⁷, foi candidato à Presidência da República pelo PSOL. Desde então, Boulos participou de outras duas eleições, tendo sido candidato à Prefeitura de São Paulo em 2020 – chegando ao segundo turno das eleições – e candidato a deputado federal em 2022, quando foi eleito com mais de 1 milhão de votos e tornou-se o deputado mais bem votado do estado de São Paulo naquele ano, tendo sido eleito juntamente com Ediane Maria como deputada estadual, ambos pelo PSOL. Em 2021, o MTST participou da fundação de uma tendência interna do PSOL, chamada Revolução Solidária.

A FPDS adota a concepção leninista de Estado, segundo a qual o Estado é uma ferramenta das classes dominantes utilizada para manter a dominação de classe. No entanto, na visão do movimento, é possível incidir sobre as fissuras dessa ferramenta para arrancar vitórias para as classes populares.

⁷⁷ Guilherme Boulos é membro da Coordenação Nacional do MTST e, desde a sua candidatura à Presidência da República pelo PSOL, em 2018, passou a ganhar projeção nacional. No entanto, o movimento possui outras lideranças nacionais, muitas das quais são mulheres, como Natália Szermeta. Em âmbito estadual, o movimento também possui muitas mulheres enquanto figuras públicas e lideranças, como Ediane Maria, eleita deputada estadual em 2022, Debora Lima e Claudia Garcez.

Como se assinala em textos que são de referência para nossa militância, a ordem do capital é indissociável do Estado como estrutura política de controle, que assegura sua reprodução e evita as contradições. Mas o Estado, assim como o poder, não é uma coisa nem se reduz a um aparato de governo. Não é um artefato externo à sociedade. O Estado é uma forma de relação social ou, melhor dito, um processo relacional, dinâmico, que se tece em interações recíprocas dos seres humanos, que se realiza no conflito e em cuja configuração participam também as classes subalternas (Frente Popular Darío Santillán, 2022, p. 72, tradução nossa).

Embora o movimento admita a possibilidade de conquistar vitórias dentro do Estado, a participação em eleições foi motivo de tensões e rupturas no interior da FPDS. Atualmente, apenas o setor que atua na Cidade Autônoma de Buenos Aires mantém uma prática de participação eleitoral, a partir da criação do instrumento político Frente Pátria Grande, que por sua vez, fez parte da coalizão Frente de Todos, que elegeu o Presidente Alberto Fernandez nas eleições presidenciais de 2019. Nos demais setores que reivindicam o nome Frente Popular Darío Santillán, existe um posicionamento deliberado de não participação em eleições, de modo que a tomada do poder aconteceria apenas a partir do acúmulo de forças com a construção de poder popular, para a posterior destruição do Estado.

A postura da FPDS frente ao Estado e a participação em eleições, assim como a priorização da tática de construção de espaços autogestionados, pode ser explicada pelas origens do movimento, que nasce a partir dos MTDs que protagonizaram o grito “*!Que se vayan todos!*” (Fora Todos!), em um contexto de alta rejeição da classe política, em 2001. Assim, a FPDS, em especial os setores que estiveram à frente de rupturas, carrega uma forte bagagem da tradição autonomista existente na Argentina, com forte influência anarquista. Todavia, o movimento mantém a construção do socialismo como projeto político estratégico, o que evidencia a diversidade de influências e correntes políticas na constituição do movimento.

5.4 GÊNERO, TERRITÓRIO E PANDEMIA

Em um contexto de conjunção de crises, como foi a pandemia de Covid-19, que conformou uma crise de caráter político, econômico, ambiental, social, sanitário e de reprodução social, a experiência coletiva acumulada pela luta de movimentos como o MTST e a FPDS é colocada em prática. Assim, seguindo Zavaleta Mercado (2015), a análise das ações destes movimentos durante a pandemia de Covid-19, possibilita exemplificar o conteúdo real de cada movimento, uma vez que são obrigados a adotar ações imediatas, a partir de sua acumulação histórica local.

Nesse sentido, durante a pandemia, ambos os movimentos adotaram formas de ação muito parecidas, uma vez que os contextos de agravamento da precarização das vidas de moradores das periferias de São Paulo e de Buenos Aires foram bastante semelhantes. Deste modo, a fome aparece como um elemento comum de atravessamento das duas realidades, evidenciando o agravamento da crise para as camadas mais empobrecidas.

Se em um primeiro momento a solução encontrada pelo MTST foi a constituição de um fundo para financiar doações de alimentos e itens de higiene aos moradores das periferias, na segunda fase da pandemia o movimento passou a adotar a estratégia das cozinhas solidárias, com forte inspiração nos refeitórios argentinos. Na Argentina, uma das primeiras ações adotadas por militantes da FPDS foi a reativação dos refeitórios que estavam desativados, bem como o uso improvisado de novos locais para se cozinhar para a comunidade, como evidenciado pelo uso de cozinhas de escolas que estavam fechadas durante a pandemia.

A resposta à crise é encabeçada por mulheres lideranças destes movimentos, evidenciando elementos da colonialidade do gênero que antes estavam ocultos. Em outras palavras, na crise o trabalho invisibilizado realizado cotidianamente por mulheres aflora, porque as saídas para a crise dependem deste trabalho até então negado. Frente à omissão de lideranças masculinas, portanto, são as mulheres que tomam a frente da criação e reativação de refeitórios comunitários.

Nos dois casos, os movimentos passam a cumprir o papel de criação de elos nas periferias e de laços de solidariedade entre moradores de um mesmo bairro, graças principalmente à atuação de mulheres em ambos os movimentos. Assim, muito embora as mulheres já cumpram esta função na prática concreta de suas vidas e na militância, este papel ganha ainda mais relevância em um contexto no qual a resposta do Estado foi o completo abandono – no caso do Brasil – ou o rígido controle de mobilidade sem oferecer condições para que os mais pobres garantissem sua sobrevivência em casa – no caso da Argentina.

Embora divergentes, as ações de ambos os governos privilegiaram o funcionamento da economia em detrimento da garantia das condições de vida da população durante a pandemia. No caso brasileiro, este fenômeno manifesta-se de forma mais latente, devido ao caráter negacionista das ações do governo Bolsonaro. Deste modo, para que “a economia não parasse”, o governo brasileiro se posicionou contrário até o último momento a ações de fechamento de escolas, comércio e outros serviços – práticas essenciais na primeira fase da pandemia para evitar o contágio pelo vírus. Na Argentina, as ações de isolamento total de pessoas infectadas pela doença, sem condições de garantia de alimentação adequada e com inúmeras restrições de mobilidade, foram o outro extremo de práticas governamentais que, embora demonstrassem

preocupação para conter a crise, evidenciaram no fundo um desejo maior de recuperação econômica o mais depressa possível. Nesse contexto de completo abandono e desamparo, portanto, as ações protagonizadas por mulheres do MTST e da FPDS foram essenciais para conter os aspectos mais críticos da crise, como a fome e o amparo frente a morte de entes queridos, bem como para fortalecer a esperança entre os sujeitos mais duramente afetados pela pandemia.

Esta crise significou um ponto de inflexão na vida de mulheres que vivem nas periferias de São Paulo e de Buenos Aires, devido, por um lado, à demanda redobrada das tarefas de cuidado, e, por outro, pelo aumento de violências, de modo que tanto as ocupações do MTST como os refeitórios e as cooperativas organizadas pela FPDS tornaram-se refúgio para as mulheres vítimas de violência – fator que, conforme relata Vera, já era recorrente nas ocupações do MTST mesmo antes da pandemia. Assim, se a imposição colonial do gênero teve papel central na desintegração das relações comunais (Lugones, 2008), desintegração esta que se agrava em um contexto de crise, as teias de solidariedade tecidas pelas mulheres que, ao mesmo tempo que buscavam garantir a vida de suas comunidades, tentavam proteger a si mesmas das violências de seus companheiros, constituem e são constituídas pelos territórios que atuam. É possível afirmar, portanto, que as territorialidades construídas por movimentos como o MTST e a FPDS são entrelaçadas por sociabilidades solidárias e atravessadas por feminismos populares que emergem dos contextos mais duros da crise.

Para Veronica Gago (2020), a emergência de feminismos populares pode ser analisada a partir da perspectiva da economia feminista, que centra sua análise em como a reprodução da vida coletiva é organizada e garantida. Desse modo, enfatiza-se as economias que têm capacidade prefigurativa, que podem ser concebidas como alternativas anticapitalistas em um processo de desobediência à lógica de estruturação do capital, e que emergem principalmente em contextos de crise, como a da pandemia. Para a autora, a economia feminista supõe:

[...] um momento de aprendizagem e sistematização dessas práticas diversas, simultâneo ao modo experimental por meio do qual vão *produzindo* realidade. Funciona aqui uma premissa política e metodológica: assumir a *instabilidade* da *reprodução* da relação social de obediência que supõe a relação social capitalista. Sem desautomatizar essa *reprodução* da relação de obediência que torna possível a exploração, não há terreno para a experimentação (Gago, 2020, p. 150, grifo da autora).

Desse modo, a economia feminista centra sua análise no trabalho invisível relacionado a esfera de cuidados, realizado principalmente por mulheres. Ao dar visibilidade para essas

tarefas, a perspectiva da economia feminista possibilita dimensionar a sobrecarga de trabalho de quem estava na linha de frente do combate ao vírus durante a pandemia, como foi o caso de Fernanda:

Meu horário de trabalho se estendia 24h, Helena. Eu olhava para a minha casa... eu tinha que entrar no trabalho à 1h, por exemplo, ia até minha casa e às 4h da tarde estava no hospital. E eu ia embora do hospital, tinha que vir, e começava a chamar as famílias pelo meu telefone, pelo telefone da minha casa. Então os pacientes tinham o meu telefone, me chamavam a qualquer hora, 1h da manhã, que o marido havia morrido, então tinha que conter... Ou seja, não havia dispositivo, não tínhamos dispositivo, um telefone no qual poderiam ligar para o hospital, não. O que quero dizer é que nos envolvemos de tal maneira que usávamos nosso tempo 24h, no que depois desde a economia feminista começamos a estudar, a extensão horaria de nosso trabalho que passou a ser de 24h (Fernanda).⁷⁸

Ao dar visibilidade para o trabalho de cuidados, a economia feminista politiza-o e valoriza formas de organização econômica centradas na esfera da reprodução social (Bhattacharya 2019). Nesse sentido, os feminismos populares, por meio da economia feminista, trazem uma nova perspectiva de trabalho, que excede o trabalho remunerado e formalizado, trazendo visibilidade para os trabalhos “invisíveis”, realizados principalmente por mulheres. Segundo Gago (2020, p. 152), “o trabalho, em perspectiva feminista, faz do corpo (como potência indeterminada) uma medida que extravasa a noção de força de trabalho meramente associada ao custo”. Trata-se do trabalho realizado no interior dos lares para a garantia da reprodução social e os trabalhos de cuidado que, por meio de movimentos como MTST e FPDS, extravasam o âmbito doméstico e produzem novas economias nos bairros e/ou em ocupações, alcançando um novo prestígio social que se encarna em lideranças femininas. Desse modo, de vítimas de violência, essas mulheres passam a ocupar um papel de protagonismo na garantia de sobrevivência de seus bairros e comunidades, em um contínuo processo de desobediência das relações que tornam possível a exploração do capital.

A grande presença de mulheres militantes nas periferias de São Paulo e de Buenos Aires significa, portanto, um processo de politização das tarefas da esfera da reprodução social (Gago, 2020). Nesse sentido, aquele papel que se situa no âmbito oculto do sistema moderno/colonial de gênero, no interior de lares e de contextos familiares, vem a público e passa a mostrar notoriedade para o conjunto da sociedade. No decorrer desse processo, as mulheres militantes, ao passo que transformam a sociedade, também são elas mesmas transformadas em sujeitos

⁷⁸ Entrevista concedida à pesquisadora em 17 de agosto de 2022. Tradução nossa.

políticos, a partir da descolonização da memória e da reapropriação das noções de si mesmas e do fortalecimento de vínculos com suas comunidades (Lugones, 2014).

No caso do MTST, cabe destacar a grande presença de mulheres negras enquanto lideranças das ocupações e na centralidade da garantia da sobrevivência dos moradores desses territórios, fator que pode ser explicado pelas características da colonialidade do poder (Quijano, 2005) e de gênero (Lugones, 2008) que estruturam a formação da sociedade brasileira. Deste modo, sua presença e atuação relaciona-se também ao resgate de elementos da “matrifocalidade africana” (Barbosa, 2019), que constituem o decurso de reapropriação de si mesmas e de sua concepção de realidade, identidade e organização social (Lugones, 2014), em um processo de resistência infrapolítica. Segundo Lugones:

A subjetividade que resiste com frequência expressa-se infrapoliticamente, em vez de em uma política do público, a qual se situa facilmente na contestação pública. Legitimidade, autoridade, voz, sentido e visibilidade são negadas à subjetividade opositora. A infrapolítica marca a volta para o dentro, em uma política de resistência, rumo à libertação. Ela mostra o potencial que as comunidades dos/as oprimidos/as têm, entre si, de constituir significados que recusam os significados e a organização social, estruturados pelo poder (Lugones, 2014, p. 940).

Assim, mostra-se fundamental no processo de resistência de mulheres negras e periféricas o rompimento com o epistemicídio (Carneiro, 2005), que caracteriza as relações raciais no Brasil. O resgate de conhecimentos ancestrais e marginalizados possibilita a compreensão de si mesmas enquanto sujeitas políticas e a recuperação de sua autoestima, tornando possível, desse modo, sua atuação consciente no território e a formulação de novos projetos de futuro.

Ao protagonizar e colocar seus corpos em ações que visam garantir a sobrevivência de suas comunidades em meio a uma crise multifacetada agravada pelo contexto da pandemia, militantes do MTST e da FPDS tecem verdadeiras práticas de resistência, bem distantes do olhar público da sociedade, mas que politizam a questão da reprodução social. Essas ações constroem novas territorialidades nas periferias de São Paulo e de Buenos Aires, pautadas na dignidade e na humanidade dos seres que resistem na diferença colonial (Lugones, 2014) e em economias populares, que colocam no centro os cuidados a partir de uma lógica comunitária, e que apontam para possibilidades de construção de outros modelos de sociedade, a partir do florescimento do “inérito-viável” (Freire, 2018).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como toda pesquisa, o trajeto de execução desta dissertação foi permeado por desafios que não estavam previstos no início da jornada. Destaca-se, nesse sentido, a pandemia de Covid-19, que não apenas atravessou o tema da pesquisa, como também a sua própria execução. Assim, além de trazer obstáculos materiais para a realização do trabalho de campo, que acabou sendo adiado inúmeras vezes devido às condições sanitárias, a pandemia também situa o contexto psicossocial no qual parte significativa desta dissertação foi escrita, em um cenário marcado por incertezas e por um grande luto coletivo pelas mortes provocadas pela doença.

Em que pese estes desafios, a possibilidade de realizar pesquisa de campo, graças à prorrogação dos prazos da pesquisa, enriqueceu e deu vida ao trabalho, a partir dos testemunhos coletados. Ademais, a própria experiência de visitar ocupações e refeitórios comunitários possibilitou a territorialização da pesquisa, de modo que as práticas dos movimentos estudados foram não apenas descritas e analisadas como também vividas e sentidas pela pesquisadora, possibilitando a construção de um conhecimento sentipensante.

A partir do uso da crise como método de análise destas realidades foi possível testar a hipótese de emergência de novos feminismos nas periferias durante a pandemia. Consideramos que esta hipótese é comprovada apenas parcialmente porque, muito embora a prática militante de mulheres no MTST e na FPDS apontem para a construção de novos tipos de mundo, esta prática não é iniciada com a pandemia. O que o uso da crise como método possibilitou evidenciar, portanto, é que os feminismos periféricos são tecidos na práxis cotidiana destas mulheres, tendo apenas ganhado mais visibilidade em um contexto de emergência sanitária. No entanto, acreditamos que estes feminismos ocultados pela colonialidade do poder e do gênero indicam possibilidades de transformação radical da sociedade e da emergência do inédito-viável.

O emprego do conceito de movimento socioterritorial também se manifestou pertinente para analisar as territorialidades produzidas por estes movimentos, dando concretude às práticas realizadas por suas militantes nas periferias de São Paulo e de Buenos Aires. Deste modo, ao realizarem ocupações, refeitórios, cooperativas e demais iniciativas coletivas em locais desprovidos de infraestrutura urbana e abandonados pelo Estado, as mulheres militantes do MTST e da FPDS dotam estes territórios de vida e de potencialidade, ao passo que transformam também a si mesmas.

6.1 PERIFERIA: TERRITÓRIO FÉRTIL DE CONSTRUÇÃO DE NOVOS MUNDOS

Os processos de urbanização das cidades de São Paulo e de Buenos Aires guardam muitas semelhanças entre si, uma vez que estão inseridos no contexto de industrialização, respectivamente, do Brasil e da Argentina, os dois países do continente latino-americano onde esse fenômeno se deu de forma mais intensificada. Nesse sentido, São Paulo e Buenos Aires, dada a centralidade econômica que possuem para seus respectivos países, absorvem o grosso dos efeitos que processos de rápida expansão urbana implicam, o que envolve a formação desordenada de periferias.

As periferias de São Paulo e de Buenos Aires podem ser consideradas, portanto, os locais onde se reproduz a outra cara da modernidade, isto é, onde se manifesta a face oculta dos processos de expansão urbana, que incluem contextos de precariedade habitacional, laboral e sanitária. Trata-se dos locais onde a desumanização decorrente do processo de formação capitalista nos países latino-americanos, atravessados pela colonialidade do poder e do gênero, expressa-se de modo mais latente.

Essas características explicam a formação de movimentos como o MTST e a FPDS nas periferias de São Paulo e de Buenos Aires, uma vez que ambos os movimentos integram em suas fileiras trabalhadores informais, desempregados, negros, indígenas, jovens precarizados laboralmente e mulheres. São os seres humanos espoliados, oprimidos, os que foram mais duramente impactados pelas políticas de ajuste neoliberal desde a década de 1990 e, posteriormente, pela pandemia.

Todavia, são as particularidades históricas dos modelos de urbanização de São Paulo e de Buenos Aires, bem como do distinto processo de desenvolvimento de formas de organização social em cada uma dessas sociedades, o que explica as diferenças existentes entre os dois movimentos. Nesse sentido, enquanto em São Paulo as consequências decorrentes da rápida expansão urbana, que a transformaram em uma das maiores megalópoles do mundo, colocam como central a pauta da reforma urbana para os movimentos socioterritoriais que se desenvolvem na cidade, em Buenos Aires a intensidade da crise econômica do final da década de 1990 e início dos anos 2000 e o acentuado processo de desindustrialização pelo qual passou a Argentina, provocando uma enorme onda de desemprego, explicam como a demanda por trabalho tornou-se fundamental para os movimentos que se desenvolveram na região do conurbano bonaerense. Soma-se a isso, a forte tradição sindicalista existente na Argentina.

A análise das contradições do processo de urbanização, ancorada no modo como se desenvolveu o capitalismo em países como Brasil e Argentina, potencializa-se em um momento

de crise, quando constituem-se fraturas nas formas de representação social dominantes que ocultam as desigualdades existentes. Deste modo, a crise possibilita a ampliação do olhar sobre a diversidade social, sobre os antagonismos presentes no interior de uma dada sociedade, bem como sobre as potencialidades de emergência de um novo vir-a-ser, a partir das rachaduras do sistema.

A investigação dos modelos de organização social nas periferias de São Paulo e de Buenos Aires possibilitou, nesse sentido, a constatação da centralidade das mulheres na manutenção do elo e na garantia da reprodução da vida das suas comunidades. Na pandemia, esse papel ganha ainda mais importância, em um cenário em que a oposição capital x sobrevivência se exacerba. Assim, enquanto a pressão do capital para funcionamento da economia segue a todo custo, torna-se evidente que sem a garantia das condições para a reprodução da vida, a máquina do capital não pode girar.

Em um contexto de agravamento da situação de insegurança alimentar no Brasil e na Argentina, o trabalho realizado por mulheres nas cozinhas solidárias do MTST e nos *comedores* da FPDS garantiu aos moradores das periferias de São Paulo e de Buenos Aires um patamar mínimo de dignidade. Essas ações somam-se ao aumento das demandas das tarefas de cuidado realizadas por mulheres no interior de seus lares, as quais são frequentemente acompanhadas por situações de violência.

Nesse sentido, a comparação do MTST e da FPDS a partir de um contexto de crise possibilitou a análise de rachaduras no sistema construídas por mulheres nas periferias de São Paulo e de Buenos Aires. Esta investigação foi potencializada, ainda, pelas entrevistas, que trouxeram narrativas pessoais de trajetórias militantes antes e durante o contexto de emergência da Covid-19.

Na pandemia, portanto, diante de uma conjunção de crises sem precedentes, que envolve a sobrecarga das tarefas de reprodução social e do aumento da violência de gênero, emergem feminismos nas periferias de São Paulo e de Buenos Aires, pautados na centralidade dos cuidados, na horizontalidade e na coletividade. São os feminismos construídos por mulheres negras e indígenas, mulheres trabalhadoras, precarizadas, jovens e idosas, cujo papel desempenhado no interior de suas comunidades – embora já levassem para o âmbito público a centralidade das tarefas de cuidado desde suas ações militantes cotidianas – passa a ganhar uma nova dimensão de valor e importância para a sociedade.

A partir da revalorização dos cuidados e de um processo de descolonização da memória, desde o habitar a si mesmas, as mulheres historicamente invisibilizadas pelo sistema moderno/colonial de gênero, as sujeitas oprimidas, cujos corpos são frequentemente e

estruturalmente violentados, protagonizam a construção de feminismos populares, que emergem nas periferias de São Paulo e de Buenos Aires. Esse processo é levado a cabo simultaneamente à reapropriação dos territórios periféricos, a partir do tecer de relações pautadas na coletividade e na centralidade dos cuidados, tornando possível o pulsar da vida em espaços onde são destinados os seres invisibilizados pelo sistema. Desde a reapropriação de seus corpos e territórios, desde o pleno habitar de seus *corpos-territórios*, portanto, essas mulheres periféricas anunciam novas possibilidades de ser e estar no mundo.

6.2 POSSIBILIDADES DE CAMINHOS FUTUROS DE PESQUISA

Longe de esgotar os debates sobre movimentos socioterritoriais a partir de uma perspectiva de gênero, esta pesquisa pretende contribuir para futuras investigações sobre o tema, bem como dar suporte para estudos a partir de desdobramentos desta temática. Nesse sentido, apontamos para três possíveis caminhos de construção de agendas de pesquisa.

Em primeiro lugar, acreditamos ser possível investigar, partindo do debate apresentado nesta dissertação, de que modo as modalidades de organização social predominantes no Brasil e na Argentina influenciam na conformação do movimento feminista geral em cada um dos países. Por que na Argentina o movimento feminista se constitui enquanto movimento de massas e no Brasil não? De que modo o debate de gênero realizado no interior de movimentos como a FPDS influencia na construção da agenda política feminista argentina? Como se dá essa relação no caso de movimentos brasileiros, como o MTST, e a agenda do movimento feminista do Brasil?

Um segundo possível desdobramento desta pesquisa é o estudo sobre a articulação dos movimentos socioterritoriais a nível internacional. Se um dos motivos da escolha do MTST e da FPDS como objetos de investigação desta dissertação foi a já sabida existente articulação entre ambos, ao longo da realização da pesquisa de campo esta articulação foi comprovada pelos relatos de trocas realizadas entre militantes do MTST e da FPDS. De que modo estas trocas potencializam a atuação destes movimentos em seus territórios? Com quais outros movimentos estas trocas são realizadas? De que modo a articulação de movimentos socioterritoriais da região possibilita uma integração latino-americana feita “por baixo”, ou seja, longe das cúpulas oficiais de governos, mas a partir de experiências militantes realizadas nas periferias e demais territórios marginalizados?

Por fim, o debate sobre a relação entre movimentos sociais e o Estado, embora não seja uma problemática exclusiva da atualidade, é tema sempre pertinente para a análise da

capilaridade dos partidos de esquerda e das principais formas de organização de luta da classe trabalhadora em um determinado contexto. Ao longo desta pesquisa observamos a mudança de posicionamento em relação à participação na política institucional em ambos os movimentos. Se ambos iniciaram sua trajetória adotando posições mais autônomas e de afastamento em relação a partidos políticos, observamos no caso do MTST uma contínua aproximação com o PSOL e a eleição de algumas de suas principais figuras públicas para cargos legislativos a partir de 2018. Já na FPDS, o debate sobre a participação em eleições foi motivo de rupturas no interior do movimento e a divergência de opiniões sobre este tema no interior da FPDS evidencia a diversidade de correntes e orientações políticas que estiveram presentes na sua formação, abrangendo um espectro que ia desde movimentos anarquistas, passando por trotskistas até peronistas. O que essas diferentes orientações podem indicar no futuro? A tomada do poder pelo jogo partidário pode ser um indicativo de institucionalização do movimento e posterior desmobilização? Quais são as implicações da não participação no jogo político institucional em um contexto em que a extrema direita se utiliza – e se elege – por meio destes mecanismos?

No mais, sabemos que as possibilidades de organização coletiva são infinitas e que são inúmeras as abordagens com as quais podemos analisá-las. O uso de uma perspectiva feminista nas futuras análises, no entanto, mostra-se premente para que não se incorram nos mesmos erros do passado e para que adotemos métodos de pesquisa que não deixem ninguém para trás.

REFERÊNCIAS

- ALFONSO, Diana Carolina. Mulheres latino-americanas, o Covid-19 e o neoliberalismo. *In*: ROQUETA, Marta *et al.* **Coronavírus, gênero e a luta de classes**. Brasil: Terra sem amos, 2020. p. 15-20.
- ANDRADE, Artur Leonardo; ALVES, Flamarion Dutra. As representações socioespaciais da relação campo-cidade, rural-urbano na Geografia Agrária brasileira: análise do período entre 1998 e 2012. **Campo-território**: revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 9, n. 17, p. 166-193, abr. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCT91722773>. Acesso em: 07 jan. 2021.
- ANDREWS, Geore Reid. **Los afroargentinos de Buenos Aires**. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1989.
- ARGENTINA. Ministerio del Interior. Dirección Nacional de Población. **La migración reciente en la Argentina entre 2012 y 2020**. Buenos Aires: Dirección Nacional de Población, nov. 2021. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2021/11/migracion_reciente_en_la_argentina._2012-2020_final.pdf. Acesso em: 09 mar. 2023.
- ARRUZZA, Cinthia; BATTHACHARYA, Tithi. Teoría de la Reproducción Social. Elementos fundamentales para un feminismo marxista. **Archivos de Historia del Movimiento Obrero y la Izquierda**, [S. l.], ano 8, n. 16, p. 37-69, mar./ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.46688/ahmoi.n16.251>. Acesso em: 31 jul. 2023.
- BARBOSA, Eliete Edwiges. **Negras lideranças**: mulheres ativistas da periferia de São Paulo. São Paulo: Editora Dandara, 2019.
- BENGOA, Cristina Carrasco. A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. **Temáticas**, Campinas, v. 26, n. 52, p. 31-68, ago./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v26i52.11703>. Acesso em: 23 jul. 2023.
- BERTONI, Gimena. **Del Movimiento al Frente**: dinámica política en el Frente Popular Darío Santillán. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Sociologia) – Departamento de Sociología, Facultad de Humanidades y Ciencias de La Educación, Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 2014. Disponível em: <https://memoria.fahce.unlp.edu.ar/tesis/te.1028/te.1028.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2022.
- BHATTACHARYA, Tithi. Teoria da reprodução social e porque precisamos dela para entender a crise do coronavírus. *In*: ROQUETA, Marta *et al.* **Coronavírus, gênero e a luta de classes**. Brasil: Terra sem amos, 2020. p. 37-39.
- BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? **Revista Outubro**, [S. l.], n. 32, p. 99-113, 1. sem. 2019. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/o-que-e-a-teoria-da-reproducao-social/> Acesso: 04 fev. 2021.

BOGADO, Adriana Marcela. **Tecendo a política**. Itinerários de participação política de mulheres em movimentos sociais contemporâneos na Argentina. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. *In*: MARICATO, Erminia. (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982. (Coleção Urbanismo, v. 1). p. 117-154.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?** São Paulo: Scortecci, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Conheça algumas das características do novo Minha Casa, Minha Vida. **gov.br**, Brasília, DF, 14 fev. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/02/conhec-as-alguas-das-principais-caracteristicas-do-novo-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 28 jul. 2023.

BRUNO, Maria Martha. O aborto legal no SUS da Argentina. **Gênero e Número**, [S. l.], 28 set. 2022. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/aborto-legal-sus-argentina/#:~:text=Na%20Argentina%2C%20a%20lei%20da,n%C3%A3o%20precisam%20explicar%20o%20motivo>. Acesso em: 29 jul. 2023.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação Socioespacial. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 45-60, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2007v4n6.12794>. Acesso em: 01 mar. 2023.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARVALHO, Sandro Sacchet de. Uma visão geral sobre a Reforma Trabalhista. **Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, DF: IPEA, ano 63, p. 81-94, out. 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10299>. Acesso em: 17 mar. 2023.

CARVALHO, Soraia de. Piqueteros y autonomismo: notas acerca del Frente Popular Darío Santillán. **Razón y Revolución**, [S. l.], n. 19, p. 85-98, 2. sem. 2009. Disponível em: <https://revistaryr.org.ar/index.php/RyR/issue/view/6>. Acesso em: 24 nov. 2022.

CARVALHO-SILVA, Hamilton Harley de; TOMIZAKI, Kimi. Os aprendizados da luta política: trajetórias militantes das mulheres no MTST. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 27, p. 1-19, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/lc.v27.2021.36690>. Acesso em: 03 dez. 2022.

CORTE SUPREMA DE JUSTICIA DE LA NACIÓN (Argentina). Oficina de la Mujer. **Registro Nacional de Femicidios de la Justicia Argentina, Edición 2020**. Buenos Aires: CSJN, 31 maio 2021. Disponível em: <https://www.csjn.gov.ar/omrecopilacion/docs/informefemicidios2020.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2023.

CRUZ HERNANDEZ, Delmy Tania. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. **Solar**: revista de Filosofía Iberoamericana, Lima, ano 12, v. 12, n. 1, p. 56-71, 2016.

CZYTAJLO, Natalia. Desafíos para ciudades equitativas: desigualdades, género y cuidados en el territorio, **Género, (des)igualdades y derechos en tensión**: boletín del Grupo de Trabajo de CLACSO, Buenos Aires: CLACSO, ano 1, n. 1, p. 82-89, jun. 2020. Disponível em: <https://www.clacso.org/boletin-1-genero-y-desigualdades-tensiones-en-debate/>. Acesso em: 02 mar. 2023.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos**: cultura e política na periferia de São Paulo. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DAMIANI, Amélia Luisa. A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 21-37, 2000. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/359/341>. Acesso em: 21 jul. 2023.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho. **Boletim Especial 8 de março Dia da Mulher**, São Paulo: DIEESE, p. 1-14, mar. 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.html>. Acesso em: 09 mar. 2023.

DI VIRGILIO, María Mercedes; ARQUEROS MEJICA, María Soledad; GUEVARA, Tomás. Estratégias de acceso al suelo y a la vivienda en barrios populares del Área Metropolitana de Buenos Aires. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 29-49, maio 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2012v14n1p29>. Acesso em: 15 dez. 2020.

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Diálogos Latinoamericanos**, [S. l.], v. 6, n. 10, p. 116-131, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.7146/dl.v6i10.113653>. Acesso em: 09 fev. 2023.

ENGELMAN, Juan Manuel; WEISS, María Laura. Iman na Cidade: migração e distribuição espacial de população indígena na Região Metropolitana de Buenos Aires, Argentina. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, v. 10, n. 18, p. 51-70, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/57826>. Acesso em: 30 jan. 2023.

ENTIDADE DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES. Escritório ONU Mulheres Brasil. **Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe**: dimensões de gênero na resposta – Brief Março 2020. Brasília, DF: ONU Mulheres, mar. 2020. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.

FALS BORDA, Orlando. **Una sociología sentipensante para América Latina**: antología de Orlando Fals Borda. Compilación de Víctor Manuel Moncayo. Bogotá: Siglo del Hombre Editores: CLACSO, 2015. (Coleção Antologías del Pensamiento Social Latinoamericano y Caribeño). Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/coedicion/fborda/>. Acesso em: 23 jul. 2023.

FAUR, Elenor; PITA, María Victoria. Lógica policial o ética del cuidado. **Género, (des)igualdades y derechos en tensión**: boletín del Grupo de Trabajo de CLACSO, Buenos Aires: CLACSO, ano 1, n. 1, p. 15-30, jun. 2020. Disponível em: <https://www.clacso.org/boletin-1-genero-y-desigualdades-tensiones-en-debate/>. Acesso em: 23 jul. 2023.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas**: da Idade Média aos dias atuais. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 24-34, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i6.1460>. Acesso em: 23 jul. 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999). 1999. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, Florestan. **Dominación y desigualdad**: el dilema social latinoamericano. Antología de Florestan Fernandes. Compilación de Heloisa Fernandes. México, DF: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015. (Coleção Antologías del Pensamiento Social Latinoamericano y Caribeño). Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/16357/1/AntologiaFernandes.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2023.

FERREIRA, João Sette Whitaker. O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço terciário em São Paulo. **Revista Pós-FAUUSP**, São Paulo, n. 16, p. 26-48, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43384>. Acesso em: 11 jan. 2021.

FERREIRA, Sandra Cristina. A formação socioespacial como orientação teórico-metodológica no estudo da rede urbana regional. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 37, p. 1-7, mar. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCG123716185>. Acesso em: 14 dez. 2020.

FONTES, Paulo. Trabalhadores e associativismo urbano no governo Jânio Quadros em São Paulo (1953-1954). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, n. 66, p. 71-94, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882013000200005>. Acesso em: 29 dez. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Nota técnica sobre violência doméstica durante pandemia de Covid-19**. 3. ed. São Paulo: FBSP, 24 jul. 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/05/violencia-domestica-covid-19-ed03-v3.pdf/>. Acesso em: 21 fev. 2023.

FRANCO, Marielle. Discurso de 8 de março de 2018. In: CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Discursos e Votações do Ver. Marielle Franco**. Rio de Janeiro: Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 8 mar. 2018. Disponível em: <http://www.camara.rio/vereadores/marielle-franco/discursos-e-votacoes>. Acesso: 20 maio 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN. **Formación (Archivo)**. [S. l.]: Frente Popular Darío Santillán, c2023. Disponível em: <https://frentedariosantillan.org/index.php/category/archivo/formacion-archivo/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN. **Cartilla de Formación Política del Frente Popular Darío Santillán para Formación de Base**. Buenos Aires: Frente Popular Darío Santillán, 2022.

FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN. **Breve historia del Frente Popular Darío Santillán**. Selección de Documentos 2000-2013. Un Fantasma Recorre Nuestra América, 2013. Buenos Aires: Frente Popular Darío Santillán, 2013. Disponível em: <https://frentedariosantillan.org/index.php/2013/06/16/libro-breve-historia-del-frente-popular-dario-santillan-seleccion-de-documentos-2000-2013/>. Acesso em: 16 nov. 2022.

FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN. **Darío y Maxi, dignidad piquetera: el gobierno de Duhalde y la planificación criminal de la massacre del 26 de junio en Avellaneda**. 3. ed. Buenos Aires: El Colectivo, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Uma ponte para o Futuro**. Brasília, DF: Fundação Ulysses Guimarães: PMDB, 29 out. 2015. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1727762&forceview=1>. Acesso em: 17 mar. 2023.

G1 SÃO PAULO. SP terá, pela primeira vez na história, trabalhadora doméstica como deputada estadual. **g1**, São Paulo, 3 out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2022/noticia/2022/10/03/sp-tera-pela-primeira-vez-na-historia-trabalhadora-domestica-como-deputada-estadual.ghtml>. Acesso em: 28 jul. 2023.

GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. Tradução: Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

GAMBINA, Júlio C. Argentina e as lutas populares em uma perspectiva anticapitalista. *In*: SANTOS, Roberto Santana; VILLAREAL, Maria; PITILLO, João Claudio (org.). **América Latina na encruzilhada: lawfare, golpes e luta de classes**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 231-249.

GOHN, Mária da Glória Marcondes. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOHN, Mária da Glória Marcondes. **Classes populares, periferia e movimentos sociais urbanos**. 1979. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

GÓMEZ GRIJALVA, Dorotea A. Mi cuerpo es un territorio político. *In*: ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys; GÓMEZ CORREAL, Diana; OCHOA MUÑOZ, Karina (ed.). **Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 263-275.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Publicado originalmente em 1988. *In*: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a. p. 126-136.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. Publicado originalmente em 1979. *In*: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b. p. 20-38.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo: ANPOCS, p. 223-244, 1984.

GORDON, Rebecca. O futuro pode ser feminino, mas a pandemia é patriarcal. *In*: ROQUETA, Marta *et al.* **Coronavírus, gênero e a luta de classes**. Brasil: Terra sem amos, 2020. p. 27-35.

GORELIK, Adrián. A produção da “cidade latino-americana”. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 111-133, jun. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702005000100005>. Acesso em: 22 jul. 2023.

GOREN, Nora; JEREZ, Celeste; FIGUEROA, Yamila. Los cuidados en agenda? Reflexiones y proyecciones feministas en época de COVID-19. **Género, (des)igualdades y derechos en tensión: boletín del Grupo de Trabajo de CLACSO**, Buenos Aires: CLACSO, ano 1, n. 1, p. 44-51, jun. 2020. Disponível em: <https://www.clacso.org/boletin-1-genero-y-desigualdades-tensiones-en-debate/>. Acesso em: 23 jul. 2023.

GOULART, Débora Cristina. **O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2011.

GUEVARA, Tomás Alejandro. **¿La ciudad para quién?** Transformaciones territoriales, políticas urbanas y procesos de producción del hábitat en la Ciudad de Buenos Aires (1996-2011). 2015. Tese (Doutorado em Estudos sobre a Cidade) – Universidad Nacional Autónoma de México, México, DF, 2015.

HALVORSEN, Sam; FERNANDES, Bernardo Mançano; TORRES, Fernanda Valeria. Movimientos socioterritoriales. Casos de América Latina y Europa. **Geograficando**, La Plata, v. 17, n. 2, p. 1-19, nov. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24215/2346898Xe097>. Acesso em: 16 fev. 2022.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, set./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4612>. Acesso em: 17 maio 2023.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **InterfaceEHS**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-20, jan./abr. 2008. Disponível em: http://www.interfacehs.sp.senac.br/BR/artigos.asp?ed=6&cod_artigo=113. Acesso em: 08 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, c2023a. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Séries Históricas. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Continua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua**. Rio de Janeiro: IBGE, c2023b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 18 mar. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. **Retrato das Desigualdades de Gênero e de Raça**. Brasília, DF: IPEA: ONU Mulheres, 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html>. Acesso em: 28 fev. 2023.

KEINDÉ, Wlange; MELLO, Vitor Rebello Ramos. Relações étnico-raciais na Argentina: história, desigualdades e resistência. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 50, n. 3, p. 349-371, nov. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.36517/res.50.3.d11>. Acesso em: 23 jul. 2023.

LANZA, André Luiz. **Imigrantes no Brasil e na Argentina: políticas de atração, fluxos, atividades e deslocamentos** (São Paulo e Buenos Aires, 1870-1930). 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina. Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-13092016-144814/en.php>. Acesso em: 26 jan. 2023.

LÖWY, Michael. Pandemia e crise ambiental: a alternativa ecossocialista. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 48, p. 48-56, 2. sem. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2021.60290>. Acesso em: 03 fev. 2023.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 22, p. 935-952, set./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 03 dez. 2022.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso: 03 dez. 2022.

LUGONES, María. Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System. **Hypatia**, Cambridge, v. 22, n. 1, p. 186-209, dez./mar. 2007. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4640051>. Acesso em: 11 fev. 2022.

LUGONES, María. Multiculturalismo radical y feminismos de mujeres de color. **Revista Internacional de Filosofía Política**, Iztapalapa, n. 25, p. 61-76, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/592/59202503.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2022.

LUÍS, Catarina Reis. **Megacidades, políticas migratórias e inclusão: a cidade de Buenos Aires**. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017.

MACEDO, Márcia dos Santos. Mulheres chefe de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 389-404, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000200013>. Acesso em: 23 jul. 2023.

MATTEI, Lauro; SANTOS JÚNIOR, José Aldoril dos. Industrialização e Substituição de Importações no Brasil e na Argentina: uma análise histórica comparada. **Revista de Economia**, Curitiba, ano 33, v. 35, n. 1, p. 93-115, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/re.v35i1.17054>. Acesso em: 12 jan. 2021.

MELLO, Michele de. Guilherme Boulos é deputado federal mais votado de SP com mais de 1 milhão de votos. **Brasil de Fato**, São Paulo, 2 out. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/02/guilherme-boulos-e-deputado-federal-mais-votado-de-sp-com-quase-1-milhao-de-votos>. Acesso em: 28 jul. 2023.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 49-66, jun. 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451989000200004>. Acesso em: 17 fev. 2023.

MONTERO, Laetitia; GARCÍA, Johann (ed.). **Panorama multidimensional del desarrollo urbano en América Latina y el Caribe**. Santiago do Chile: CEPAL: ONU: Cooperación Regional Francesa para América del Sur, jun. 2017. (Documentos de Projetos)

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO. **Enfrentando o Corona na Periferia**. [S. l.]: MTST, c2023. Disponível em: <https://mtst.org/enfrentando-o-corona-na-periferia/>. Acesso em: 28 jul. 2023.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO. As cozinhas solidárias do MTST: refeições gratuitas e afeto nas periferias do Brasil. **MTST**, [S. l.], 12 mar. 2021a. Disponível em: <https://mtst.org/mtst/as-cozinhas-solidarias-do-mtst-refeicoes-gratuitas-e-afeto-nas-periferias-do-brasil>. Acesso em: 29 jul. 2023.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO. [Sem título]. [S. l.], 17 jun. 2021b. Instagram: Cozinhas Solidárias do MTST @cozinhasolidariasmtst. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQPNdiChIvO/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO. Frente de Resistência Urbana: um novo espaço de integração das lutas no continente. **MTST**, [S. l.], 10 dez. 2017. Disponível em: <https://mtst.org/mtst/frente-de-resistencia-urbana-um-novo-espaco-de-integracao-das-lutas-no-continente>. Acesso em: 28 jul. 2023.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO. As linhas políticas do MTST: Resolução final do I Encontro Nacional (2011). **InSURgência**: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 242-246, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/18806>. Acesso em: 10 fev. 2023.

NATANSON, José. Las batallas de Alberto Fernández. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 292, p. 4-11, mar./abr. 2021. Disponível em: <https://www.nuso.org/articulo/las-batallas-de-alberto-fernandez/>. Acesso em: 02 mar 2023.

NEVES, Renake Bertholdo David das. De vizinhos a piqueteiros: movimentos de trabalhadores desempregados e grupos subalternos na Argentina recente. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 50, n. 2, p. 289-314, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2178-4582.2016v50n2p289>. Acesso em: 23 jul. 2023.

OBSERVATORIO DE LA DEUDA SOCIAL ARGENTINA. **El habitat como dimension del bienestar**: diagnostico sobre un enfoque multidimensional fundado en Derechos. Buenos Aires: ODSA: UCA, 2019a. p. 1-28. Disponível em: <https://wadmin.uca.edu.ar/public/ckeditor/Observatorio%20Deuda%20Social/Presentaciones/2019/2019-OBSERVATORIO-PPT-HABITAT-UNSAM.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2023.

OBSERVATORIO DE LA DEUDA SOCIAL ARGENTINA. **Tiempo de balances**: pobreza, exclusion y desigualdad en la Argentina urbana (2010-2018). Trabalho apresentado na 15ª Jornadas Argentinas de Estudios de Población, 2019, San Juan. Buenos Aires: ODSA: UCA, 2019b. p. 1-67. Disponível em: https://wadmin.uca.edu.ar/public/ckeditor/Observatorio%20Deuda%20Social/Presentaciones/2019/2019_Observatorio_Pobreza_Exclusion_AEPA_SAN_JUAN.pdf. Acesso em: 16 mar. 2023.

OBSERVATORIO DE LA DEUDA SOCIAL ARGENTINA. **Pobreza en la Argentina Urbana (2010-2016)**. Documentos de divulgación. Buenos Aires: ODSA: UCA, 2017. p. 1-39. Disponível em: <https://www.observatoriosocial.com.ar/images/articulos/2017-Observatorio-Presentacion-Informes-Pobreza-2010-2016.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2023.

OBSERVATORIO NACIONAL DE VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES (Argentina). **Boletín de Estadísticas de Género**, Buenos Aires, p. 1-15, 2017. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/boletin-estadisticas-de-genero-8-de-marzo.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2023.

OFFE, Claus; WIESENTHAL, Helmut. Two logics of collective action: theoretical notes on social class and organizational form. **Political Power and Social Theory**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 67-115, 1980. Disponível em: <https://www.hwiesenthal.de/downloads/2logics.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2023.

OLIVEIRA, Márcio de. Políticas de Imigração na Argentina e no Brasil, 1886-1924: semelhanças e diferenças. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-17. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548856712_8f3e6f6f0418cb45dcb6b7c23b7d3c4f.pdf. Acesso em: 26 jan. 2023.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. **Segregação Urbana e Racial na Cidade de São Paulo: as periferias de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas. **The World's Cities in 2018**. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 2018. Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/urbanization/the_world_s_cities_in_2018_data_booklet.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA; FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA; FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA; PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Panorama regional de la seguridad alimentaria y nutricional – America Latina y el Caribe 2022: hacia una mejor asequibilidad de las dietas saludables**. Santiago de Chile: FAO, 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cc3859es/cc3859es.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde. Histórico da pandemia de Covid-19. In: ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA Da SAÚDE. **Folha Informativa sobre Covid-19**. Washington, DF: OPAS/OMS, c2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 01 mar. 2023.

OUVIÑA, Hernán. **Rosa Luxemburgo e a Reinvenção da Política: uma leitura latino-americana**. Tradução: Igor Ojeda. São Paulo: Boitempo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

PAREDES, Julieta. **Hilando fino desde el feminismo comunitário**. La Paz: Lesbianas Independientes Feministas Socialistas, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. *In*: CECEÑA, Ana Esther; SADER, Emir (coord.). **La guerra infinita**. Hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 217-256. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena/porto.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RAMA, Ángel. **La ciudad letrada**. Montevideu: Arca, 1998.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VIGISAN)**. Relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 02 mar. 2023.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da Desigualdade 2022**. São Paulo: RNSP, 2022. Disponível em: https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Mapa-da-Desigualdade-2022_Tabelas.pdf. Acesso em: 09 mar. 2023.

RESENDE, Thiago. Folha de São Paulo. Bolsonaro cortou 90% da verba de combate à violência contra a mulher. **Agência Patrícia Galvão**, [S. l.], 19 set. 2022. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/bolsonaro-cortou-90-da-verba-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher/#:~:text=O%20dinheiro%20destinado%20ao%20Minist%C3%A9rio,acordo%20com%20dados%20da%20pasta>. Acesso em: 24 fev. 2023.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la logica instrumental a la descolonizacion de la historia. **Temas Sociales**, San Andrés, n. 11, p. 49-64, 1987. Disponível em: <https://repositorio.umsa.bo/handle/123456789/16222>. Acesso em: 19 mar. 2023.

ROCÍO AZAR, Indiana; MOTTA, Luiza Tavares da. Violência de Gênero e Lawfare: uma análise dos casos Dilma Rousseff e Cristina Fernández de Kirchner. **Resenha Eleitoral**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 213-230, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.53323/resenhaeleitoral.v23i1.117>. Acesso em: 16 mar. 2023.

RODRÍGUEZ, Gonzalo. Segregación residencial socioeconómica en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Dimensiones y cambios entre 1991-2001. **Población de Buenos Aires**, Buenos Aires, v. 5, n. 8, p. 7-30, out. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74011761001>. Acesso em: 24 nov. 2020.

RODRÍGUEZ, Vera Sofía. Movimientos sociales, territorio e identidad: el movimiento de madres y abuelas de Plaza de Mayo. **Geograficando**, [S. l.], v. 8, n. 8, p. 1-20, 2012. Disponível em: <https://www.geograficando.fahce.unlp.edu.ar/article/view/GEOv08n08a11>. Acesso em: 13 mar. 2023.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. *In*: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**: o negro na geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 75-90.

ROMA, Cláudia Marques. Segregação socioespacial interurbana: uma hipótese? **Terra Livre**, Dourado, MS, ano 24, v. 2, n. 31, p. 111-132, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/264/248>. Acesso em: 15 dez. 2020.

ROVIRA, Guiomar. El Zapatismo y la Red Transnacional. **Razón y Palabra**, Monterrey, v. 10, n. 47, p. 1-13, out./nov. 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1995/199520655008.pdf> Acesso em: 24 nov. 2022.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de; PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Habitação em São Paulo. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 48, n. 17, p. 167-183, maio/ago. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000200014>. Acesso em: 23 jul. 2023.

SANTOS, Fabio Luís Barbosa dos. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Elefante, 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Roberto Santana; PITILLO, João Claudio Platenik. Brasil: o fim da Nova República – Quebra do arranjo político, crise de representatividade e golpe de Estado no ocaso da república liberal brasileira. *In*: SANTOS, Roberto Santana; VILLAREAL, Maria; PITILLO, João Cláudio (org.). **América Latina na encruzilhada**: lawfare, golpes e luta de classes. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 199-230.

SÃO PAULO (Estado). SP tem 10 Delegacias de Defesa da Mulher 24h: veja quais são elas e os endereços; unidades reforçam rede de proteção, além das 125 que funcionam das 9h às 19h. **Portal do Governo**, São Paulo, 19 ago. 2020. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/sp-tem-10-delegacias-de-defesa-da-mulher-24-horas/>. Acesso em: 26 maio 2023.

SARAIVA, Camila; MARQUES, Eduardo. A dinâmica social das favelas da região metropolitana de São Paulo. **Pensamento & Realidade**, São Paulo, ano 10, n. 21, p. 12-41, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pensamentorealidade/article/view/8306/0>. Acesso em: 26 mar. 2021.

SCHWARTZ, Rosana Maria Pires Barbato. O processo construtivo de moradia popular dos mutirões construindo novos saberes e representações femininas. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 17., 2004, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004. p. 1-20.

SEMERARO, Giovanni. Da libertação à hegemonia: Freire e Gramsci no processo de democratização do Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 29, p. 95-104, nov. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782007000200008>. Acesso em: 21 mar. 2023.

SILVA, Beatriz Pereira. Buenos Aires Negra, Negra Buenos Aires: uma contextualização acerca das geo-grafias negras da cidade (século XIX). **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 104, p. 121-141, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/2021>. Acesso: 10 fev. 2023.

SOUZA, Lene. **Pé no barro**. São Paulo: Funilaria, 2022.

SVAMPA, Maristella. Argentina, una década después: del “que se vayan todos” a la exacerbación de lo nacional-popular. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 235, p. 17-34, set./out. 2011. Disponível em: <https://www.nuso.org/articulo/argentina-una-decada-despues-del-que-se-vayan-todos-a-la-exacerbacion-de-lo-nacional-popular/>. Acesso: 14 nov. 2022.

SVAMPA, Maristella; PEREYRA, Sebastian. La política de los movimientos piqueteros. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 1-21, dez. 2004. Disponível em: <http://maristellasvampa.net/archivos/ensayo10.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2023.

TANAKA, Giselle Megumi Martino. **Periferia**: conceito, práticas e discursos. Práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

TARROW, Sidney. **El poder en movimiento**: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. Tradução: Herminia Bavia e Antonio Resines. Madrid: Alianza Editorial, 1997.

TOURAINÉ, Alain. An introduction to the study of social movements. **Social Research**, Baltimore, MD, v. 52, n. 4, p. 749-787, inverno 1985. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40970397>. Acesso em: 16 fev. 2023.

TRAMAS DEMOCRÁTICAS 1: Educação Popular em Movimento: Chile e Argentina. [Locução de]: Joanna Salém, Antônio Ferreira e Fernanda Paixão. Entrevistadora: Elaine Amorim. Entrevistadas: Carolina Rossi e Scarlett Abarca. [S. l.]: Pulso Latino, 22 abr. 2021. *Podcast*.

VIDAL-KOPPMANN, Sonia. La expansión de la periferia metropolitana de Buenos Aires. “Villas miséria” y “countries”: de la ghetización a la integración de actores en el desarrollo local urbano. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 11, n. 245, 01 ago. 2007. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/1369>. Acesso: 24 nov. 2020.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 71, n. 25, p. 37-58, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142011000100004>. Acesso em: 22 jul. 2023.

WAHREN, Juan. “Territorios Insurgentes”: aportes conceptuales en torno a la dimensión territorial de los Movimientos Sociales de América Latina. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 24, n. 61, p. 15-35, 2021. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/9094>. Acesso em: 22 jul. 2023.

ZAVALETA MERCADO, René. **La autodeterminación de las masas**: antología de René Zavaleta. Compilação de Luis Tapia. México, DF: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015. (Coleção Antologías del Pensamiento Social Latinoamericano y Caribeño). Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/coedicion/zavaleta/>. Acesso em: 23 jul. 2023.

ZIBECHI, Raúl. **Territórios em resistência**: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas. Rio de Janeiro: Contexto Editorial, 2015.

ZITO LEMA, Vicente. Pasión por la justicia. **Topia**, [S. l.], outono 2005. Disponível em: <https://www.topia.com.ar/articulos/pasi%C3%B3n-por-la-justicia>. Acesso em: 03 dez. 2022.